

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA
E SOCIEDADE

DISSERTAÇÃO

“SE FOR PRA MORRER DE FOME, EU PREFIRO
MORRER DE TIRO”:

O Norte de Minas e a formação de lideranças rurais

HUGO FONSECA MOREIRA

2010



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**“SE FOR PRA MORRER DE FOME, EU PREFIRO
MORRER DE TIRO”:
O Norte de Minas e a formação de lideranças rurais**

HUGO FONSECA MOREIRA

Sob a Orientação do Professor

Dr. Luis Flávio de Carvalho Costa

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Sociologia**, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Área de Concentração em Sociologia Política.

Rio de Janeiro, RJ
Agosto de 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

HUGO FONSECA MOREIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Sociologia**, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 30/08/2010

Dr. Luis Flávio de Carvalho Costa. CPDA/UFRRJ
(Orientador)

Dr^a. Regina Landim Bruno. CPDA/UFRRJ

Dr. Rômulo Soares Barbosa. PPGDS/UNIMONTES

DEDICATÓRIA

Aos povos e populações
tradicionais do Norte de
Minas.

AGRADECIMENTOS

A realização de uma pesquisa de mestrado é o produto de um trabalho à várias mãos. Sobretudo no meu caso, as dificuldades encontradas foram vencidas graças ao apoio de incontáveis seres humanos: amigos, familiares, profissionais.

Agradeço, primeiramente aos meus pais, Valquíria e Minervino, pela confiança, pelo apoio, não apenas moral, mas financeiro, estrutural... pelo amor, entusiasmo, e por serem os meus primeiros leitores e admiradores; ao meu irmão José e demais familiares, pelo orgulho com que me têm; e à minha amada Andréa, pela paciência, compreensão e amor.

Agradeço aos amigos Rômulo Barbosa e Daniel Coelho, dos quais prezo respeito, admiração e, sobretudo, muita amizade; aos amigos Diogo Caminhas, Wálison Pascoal, Kátia Fonseca, Bernardo Macedo, Giancarlo Machado, Geélison Ferreira e Fabiano Souto, por serem parceiros de sonhos e de conquistas; às “Marias”: Flávia (Papaty), Alice (Lila) e Tereza (Tetê), pelos butecos, farras, festas e afins; e aos amigos Gemilson e Zé Nailton, pela parceria, de planos, de trabalhos, de vida. Aos amigos de ontem e de hoje, por permitirem que eu goze e experimente a vida de uma maneira toda “viva”.

Agradeço aos colegas e amigos conquistados durante minha angustiante residência no Rio de Janeiro, que tanto me ajudaram e tornaram infinitamente mais agradável o ano de 2008, sobretudo as pessoas de Bernard Alves, Sérgio Barcellos, Felipe Comunello, Elicardo Heber, Manuela Cordeiro e Aline Caldeira.

Ao professor Luiz Flávio de Carvalho Costa, pela orientação deste trabalho, pelos comentários e por sua paciência; à professora Regina Bruno e ao professor Rômulo Barbosa por aceitarem, tão prontamente, comporem esta banca avaliadora; às professoras Eli Napoleão e Veronica Secreto, pela imensa contribuição que suas disciplinas tiveram na conclusão deste trabalho; e à querida professora Leonilde Servolo de Medeiros, da qual sou fã, admirador e prezo imenso respeito; uma das principais responsáveis, junto aos meus pais, por esta conquista, que tanto empenho teve em possibilitar que eu e demais colegas tivessem o auxílio de uma bolsa, o que fez toda a diferença.

À professora Delma Pessanha Neves (UFF), pelo carinho com que leu o meu trabalho e me aconselhou em caminhos a serem tomados.

E, finalmente, agradeço a todos e a todas, que de uma forma ou de outra, me ajudaram à realizar esta pesquisa, viabilizando viagens, hospedagens, entrevistas e acessos a textos e documentos: às funcionárias da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, sobretudo Natália e Rejane; aos estagiários do Departamento de Documentação e Informação da Unimontes; a Walmir, técnico agrícola do STR de Varzelândia; a Alvimar Ribeiro da CPT, pela paciência e zelo que teve com a minha pesquisa, concedendo entrevista e acesso ao vídeo com a entrevista de Saluzinho; a Luiz Chaves pelas informações concedidas; ao professor João Batista de Almeida Costa pela amizade, conversas e hospedagem no Rio de Janeiro; a Seu Éuzio, Dona Dulce e Seu Dó pelas entrevistas e acolhimento em suas casas quando tanto os perturbei atrás de informações; à Dona Maria Eunícia (*in memoriam*) pela entrevista e paciência em me receber e ao senhor José Armando, pela conversa e informações que dispôs; à Petrônio Braz e ao senhor Flávio Carvalho.

A todos, os meus respeitos e gratidão!

RESUMO

MOREIRA, Hugo Fonseca. **“Se for pra morrer de fome, eu prefiro morrer de tiro”**: o Norte de Minas e a formação de lideranças rurais. 2010. 129 p. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2010.

A história do Norte de Minas não está escrita. E nunca será. O processo formativo desta figuração é o produto somático de uma série de outros processos históricos, culturais, sociais, políticos e econômicos. A história do processo de ocupação e de colonização, por bandeiras paulistas e baianas, ofuscou outro processo de ocupação, qual seja o de “negros aquilombados do sertão”; A história dos processos de dominação política, se por um lado retrata bem as relações de favor por compadrio, por outro, oculta o sujeito não dependente e não colonizado que, posseiros de terras de “águas podres”, não conheceu os braços da Colônia, ou do Império, e, na República, viveu um outro processo de dominação: de “domesticação do sertão”. Este processo, entretanto, resultou na formação de personalidades rebeldes, não domesticáveis, aqui representadas nas trajetórias individuais de Antônio Dó (1878-1929) e de Saluzinho (1919-1990). Este, “bandido”, “cangaceiro”, herói e algoz das barrancas do São Francisco; Aquele, “comunista”, “anarquista”, “fera”, herói dos posseiros do Norte de Minas.

Palavras-chave: Lideranças Rurais, Norte de Minas, Antônio Dó, Saluzinho.

ABSTRACT

MOREIRA, Hugo Fonseca. **"If it is to die of hunger, I prefer to die of shooting"**: the Norte de Minas and the formation of rural leaders. 2010. 129 p. Thesis (Master of Social Sciences in Development, Agriculture and Society). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2010.

The history of the *Norte de Minas* is not written. And never will be. The process of formation of this figuration is the somatic product of a series of other historical, cultural, social, political and economic processes. The history of occupation and colonisation by paulist and bahian flags overshadowed another occupation process, which is the "black *aquilombados* of backwoods"; the history of the political domination processes, if one face portrays well relations favour by cronyism, all too easy to hide the not dependent subject and not colonised subject that, squatters land "rotten waters", did not experience the arms of the Colony, or of the Empire, and, in the Republic, lived another process of domination: "domestication of backwoods". This process, however, resulted in the formation of personalities rebels, not domestics, here represented at tracks individual Antônio Dó (1878-1929) and Saluzinho (1919-1990). This, "villain", "bandit of Brazil", hero and algoz of *barrancas do São Francisco*; One, "communist", "anarchist", "beast," hero of squatters *Norte de Minas*.

Keywords: Rural Leaders, Norte de Minas, Antônio Dó, Saluzinho.

LISTA DE SIGLAS

AMAMS	Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene
BNB	Bando do Nordeste do Brasil
CAA/NM	Centro de Agricultura Alternativa
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CPT/MG	Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
GEA	Grupo de Estudos Ambientais
GREIS	Grupo Regional de Integração Social
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca
ITER	Instituto de Terras de Minas Gerais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O Norte de Minas	18
Figura 2 – Saluzinho	99
Figura 3 – Entrevista de Saluzinho a Luiz Chaves e Alvimar Ribeiro (1990)	101
Figura 4 – Capa do Processo Criminal de Salustiano Gomes Ferreira	104
Figura 5 – Mapa dos limites entre os municípios	111
Figura 6 – Pedido de <i>Habeas Corpus</i>	117
Figura 7 – Continuação da Figura 5	118
Figura 8 – Continuação da Figura 6	119
Figura 9 – Conclusão do Pedido de <i>Hábeas Corpus</i> (Des. Layre Santos)	120

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I – O NORTE DE MINAS.....	16
1.1 - História Recente: onde o Brasil encontra os Gerais	23
1.1.1. A Proto-Indústria Norte-Mineira	25
1.1.2 - SUDENE: “graças à desgraça”.....	38
1.2 - A População Norte-Mineira	52
1.2.1 - Os Geraizeiros	58
1.2.2 - Os Caatingueiros	60
1.2.3 – Quilombolas ou Negros da Jayba.....	63
1.2.4 - Os Xakriabá.....	65
1.2.5 - Os Barranqueiros e os Vazanteiros	67
CAPÍTULO II – LIDERANÇAS DO SÉCULO XX: AS TRAJETÓRIAS DE ANTÔNIO DÓ E SALUZINHO.....	71
2.1 - Antônio Dó: O “Cangaceiro” dos Gerais	71
2.2 - Salustiano Gomes Ferreira: O “Saluzinho”	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132

INTRODUÇÃO

A História do Norte de Minas não está escrita.

Esta é uma afirmação que pode gerar, tanto em leigos quanto em pesquisadores, principalmente naqueles que se dedicaram a estudar a região, sentimento de espanto (sempre) e algumas vezes até admiração. Porém, é a frase que melhor expressa aquilo a que esta pesquisa se dedicou.

Muitos foram os trabalhos e estudos acadêmicos que voltaram os seus esforços para a região. Destes, foram construídos e colhidos dados e elementos históricos que descrevem e compreendem as populações, as culturas, o processo de desenvolvimento desencadeado a partir da década de 1960 etc.; outros são, também, os estudos que se referenciam ao Norte de Minas apenas como recorte epistemológico. Sejam pertencentes a uma ou a outra vertente, essas pesquisas foram capazes de contemplar distintas faces de um mesmo prisma, porém não foram capazes de amarrar toda a dinâmica processual a qual escreveria o que aqui chamo de “a História do Norte de Minas”. Realizaram, sim, leituras que, somadas, dão, aos que às analisam, a possibilidade, cada vez mais ampla, de realizarem novas leituras.

No ano de 2003, foi defendida, pelo professor João Batista de Almeida Costa (Costa, 2003), sua tese de doutoramento pelo Departamento de Antropologia Social da Universidade de Brasília, com o título: *Mineiros e baianos: englobamento, exclusão e resistência*. Esta pesquisa trata do lugar ocupado pelo Norte de Minas no estado mineiro e como o norte-mineiro se enxerga enquanto norte-mineiro no tempo em que enxerga o mineiro; e de como o mineiro se vê enquanto mineiro enquanto observa o norte-mineiro. Para além desta análise crítica, o que, a princípio parece o estudo, esta tese trata da imagem mineira criada no brasileiro e sua tendência à invisibilização do norte-mineiro, ora, se o estado mineiro é o resultado de dois mundos que o co-fundaram.

Talvez seja esta a pesquisa que, mesmo que indiretamente, dê voz à frase enunciada acima: “a História do Norte de Minas não está escrita”. Não está escrita, não porque não haja o esforço de muitos pesquisadores, ou porque não existam dados, documentos, catalogados, analisados, em suma, escritos. Muito pelo contrário. O que não falta é o entusiasmo e a dedicação, tanto de estudiosos mineiros quanto de norte-mineiros em direcionarem os seus olhares à história norte-mineira. Não está escrita porque se perdeu o fio da meada que inicia o seu novelo junto ao processo de ocupação da região. Afinal de contas, quem “colonizou” o Norte de Minas: brancos ou negros? E para a resposta desta pergunta há de se questionar,

também, o que significa o termo “colonizar”. Daquele instante até este o que ocorreu foi o silêncio de vozes, abafadas pelo estrondo de outras. Minimizou-se, portanto, quase que a zero as possibilidades de inferência sobre a região. Ou seja, afora os trabalhos de estudiosos que arriscaram realizar críticas a documentos históricos, se voltarmos aos elementos oculares da história, ou nos referenciaremos por estes mesmos documentos ou procuraremos as leituras de memorialistas que, assim como aqueles documentos, são vozes que falam de um determinado lugar, para uma determinada direção (elitista) e, ao falarem, silenciam, para sempre, outras tantas vozes. Em suma: quando se fala em Norte de Minas, os documentos e as memórias até então conhecidos são as vozes de uma elite tanto colonizadora quanto colonizada, que não narram uma história, mas apenas descrevem interpretações.

Também não é a intenção desta pesquisa advogar por aqueles silenciados. Nem tampouco escrever a tal “história perdida”. O objetivo desta pesquisa foi o de realizar, embasado naquilo que se tem escrito e naquilo que se tem lido, também uma leitura. Uma leitura que dialogue o Norte de Minas, aqui entendido não como região e sim como representação, à formação de lideranças rurais no século XX. O objetivo deste trabalho foi o de repousar sobre elementos históricos do Norte de Minas uma lente que traga à tona não a sua história, em si, mas o processo social, que ao longo de décadas e séculos, forjaram, no século XX, o cenário onde se desencadearam as trajetórias de dois homens específicos: Antônio Dó e Saluzinho.

De um lado, então encontramos o paradigma do que seja Norte de Minas e do que seja Minas Gerais. Ainda deste lado, encontramos a problemática semântica do que sejam “os Gerais” em relação “as Minas”, aqueles comumente vinculados a essas, ou como adjetivação negativa, ou como extensão marginal. Daí a necessidade de se compreender quais os meandros da formação territorial, populacional, econômica e política, tanto das Minas quanto dos Gerais, para, a partir daí, compreender, também, sua formação cultural ao longo do diálogo entre seus povos e populações tradicionais.

O processo social dinamizado no Norte de Minas, ao longo de séculos, criou o norte-mineiro. Não o norte-mineiro recortado, que somente significa este título para caracterizar o recorte geográfico. Mas o norte-mineiro signo, figurativo, fato social total, reportando aos conceitos durkheimianos. Por isso, quando falo em Norte de Minas, trago à tona não um recorte, mas uma representação, ou mesmo uma figuração, onde os indivíduos estão pluralizados e descritos como sujeitos dos processos por eles vividos.

De outro lado, compreendido o Norte de Minas como uma figuração, no sentido eliasiano do termo: “pessoas no plural”, dialogamos seu processo social à formação de lideranças rurais em determinados períodos históricos.

Neste ponto, firmar-se-á o foco às trajetórias pessoais de dois personagens, quais sejam: Antônio Dó (1878 a 1929) e Saluzinho (1919 a 1990).

Essas duas trajetórias são postas nesta pesquisa de forma individualizada, de modo a se buscar detalhes próprios às vidas de cada. Todavia, considerando-as a partir do que compreendemos como “Fatos Sociais Totais” a partir da interpretação de Durkheim (1981) Mauss (1981) como um fenômeno que articula todos os níveis institucionais de uma dada sociedade, sendo, ao mesmo tempo, econômico, estético, sociológico, religioso, morfológico, fisiológico etc., misturando os homens às suas coisas e as coisas aos seus proprietários. A “realidade social”, como assim conceitua Mauss (1981), deve, portanto, ser entendida como produto de todas as instituições que a compõem, e não apenas por uma ou por outra. Desse modo, ao me focar à análise das trajetórias de Antônio Dó e de Saluzinho, às enxergo [as trajetórias] como fatos sociais totais ao instante em que transfiro essa análise à análise de outras formações de lideranças no Norte de Minas. Não como uma totalização positivista, tomando o termo ao pé da letra, mas uma totalização se considerado que foi, a partir desses personagens, que outros também surgiram no decorrer histórico dos conflitos regionais. Poderiam ser estudados, então, personagens como Eloy Ferreira, em Chapada Gaucha, e outros tantos, desconhecidos de uma maioria, mas de extrema significância no desencadear de tantos conflitos, passados e presentes, no sertão dos gerais.

Os estudos que deram origem a esta dissertação tiveram início ainda na graduação de Ciências Sociais, na Universidade Estadual de Montes Claros, quando me matriculei em uma disciplina optativa chamada Sociologia Rural e me interessei pelo estudo da qualidade de vida dos trabalhadores de assentamentos de reforma agrária. No ano de 2006 desenvolvi pesquisa de iniciação científica, na qual a finalidade era o estudo do *Perfil agropecuário do Norte de Minas* (Moreira, 2006), pesquisa esta que se faria a partir da base de dados produzida pelo Censo Agropecuário de 1995-96 e do estudo *O novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto* (Bittencourt, 2000).

Às conclusões às quais esta pesquisa chegou revelaram relevante discrepância entre os dados relativos à agricultura patronal na região Norte de Minas e os dados relativos à agricultura familiar na mesma região. Paralelos a esses dados, haviam os dados relativos ao crescimento dos conflitos de luta pela terra no Norte de Minas. Lutas essas não entre

“agricultores familiares” versus “agricultura patronal” ou algo semelhante, mas, mais que isto, lutas que, embora tivessem motivações semelhantes, eram localizadas e dotadas, cada qual, de características muito particulares e, ao mesmo tempo, gerais.

Terminada a pesquisa quanto ao *Perfil agropecuário do Norte de Minas* (MOREIRA, 2006), estimulado pelos dados por ela revelados, iniciei a feitura de monografia de conclusão de curso, que, a priori, tinha como objetivo o estudo narrativo das lutas pela posse e propriedade de terras no Norte de Minas a partir do início do Século XX. Todavia, dentre as obras selecionadas para leitura e provável referencial teórico, três obras de autoria do sociólogo José de Souza Martins, *Os camponeses e a política do Brasil* (1981), *O sujeito oculto* (2003) e *Reforma agrária: o impossível diálogo* (2004) causaram significativo interesse pelo estudo das lideranças e, mais precisamente, dos agentes de mediação, sobretudo política, dos processos de demanda por uma “reforma agrária”. Deste interesse, foi confeccionado o trabalho monográfico *Dilemas da mediação política: os significados de terra e de reforma agrária para os trabalhadores do assentamento Estrela do Norte* (2007). Nesta pesquisa foram entrevistadas lideranças e trabalhadores rurais de um assentamento coordenado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Da leitura realizada para a realidade do assentamento, uma específica, e que se tornou central na análise, foi a de que, de fato, naquele assentamento existia um “tensionamento” entre o que trabalhadores e lideranças significavam a “terra” conquistada e o processo (reforma agrária) pelo qual conquistaram aquela terra. Para os trabalhadores a “terra” simbolizava o que eles conceituaram de “autonomia”: o termo autonomia apareceu 218 vezes entre as 22 entrevistas realizadas com trabalhadores. Autonomia de poder dizer-se “proprietários”, de “trabalhar pra si”, de “poder fazer financiamentos”, em suma, de passarem de um status social a outro, almejado. A “reforma agrária” era meio pelo qual conquistaram tal “autonomia” e, por isso, e apenas por isso, era algo bom. O que significava ou a o que a mesma caminharia não tinha tanta importância. Por outro lado, para aqueles que se diziam e eram reconhecidos como “líderes”, o que importava, definitivamente era a “reforma agrária”, conceituada por eles como um “processo maior, de expansão nacional, de transformação social”.

Percebida essa contradição de significações, percebeu-se, também, que, embora isto, um elemento completava o outro de forma a, juntos, caminharem rumo aos seus objetivos particulares.

Após a escrita e defesa da monografia, a dúvida que me surgiu foi a seguinte: se entre duas esferas (trabalhadores e “mediadores”) há um tensionamento no significado que as

mesmas empregam aos dois processos nos quais estão envolvidas (posse da terra e reforma agrária – esta última num sentido político), o que faz com que essas duas esferas caminhem de braços dados e não se separem? Ou, em outras palavras, será que existe, realmente, o que Martins (2003) chamou de “sujeito oculto”?

As respostas a essas perguntas seriam respondidas na pesquisa que geraria minha dissertação de mestrado, que, anteriormente, tinha o título de *A terceira mediação*, na qual o objetivo era estudar um terceiro sujeito deste processo. Se de um lado havia o trabalhador e de outro o “líder”, que eu não chamaria de líder, e sim “mediador”, entre os dois um terceiro sujeito apareceria, qual fosse o trabalhador que se destacaria por certa liderança. Mas não a liderança exercida pelo mediador (agente da CPT, ou do próprio MST, ou de outra instituição), mas uma liderança, se assim posso dizer, mais “natural”.

Iniciadas as aulas no mestrado de Ciências Sociais por este Programa de Pós-Graduação, o objetivo era, de fato, o de estudar este sujeito que eu teimava em chamá-lo “terceira mediação”. Entretanto, a partir de outras leituras, de conversas com colegas e professores e, sobretudo, a partir da banca de qualificação do projeto, a pesquisa tomou um outro rumo, que não mais o de estudar um sujeito produzido da tensão de poder, e sim analisar os reais elementos que possibilitariam a indivíduos assumirem o papel de sujeitos. Desta forma, não seria foco da pesquisa a compreensão de como um sujeito se comporta em determinado jogo de poder e justificar sua própria gênese, enquanto sujeito, pela sua inserção neste jogo; em outro caminho, o que aqui se fez foi a realização de uma leitura do sujeito, em si, em um profundo e contínuo diálogo com a sua própria vida e sua própria trama. Só que, antes disso, a realização de uma leitura do Norte de Minas enquanto processo social, dotado de amplas transformações, contínuas e de longas durações. Um processo não planejado, mas, ao mesmo tempo, estruturado e orientado no desenvolvimento das estruturas sociais da região e no que chamo de “estrutura de personalidade do homem rural norte-mineiro do século XX”. Esta leitura gerando aquela, num diálogo entre contexto/contexto e sujeito/contexto.

O que este trabalho apresenta, então, é o diálogo entre as tramas vividas por dois homens, a saber, Antônio Antunes de França, o Antônio Dó, e Salustiano Gomes Ferreira, o Saluzinho, em dois momentos distintos de um mesmo processo: o acesso ou não à terra, e a confecção do cenário que propiciou tais tramas: “dos tempos das soltas e das farturas” aos “tempos do cercamento e da desgraça”. E, mais que a narrativa de tais tramas, a repercussão das mesmas em um novo contexto que tem início justamente junto às suas experiências.

CAPÍTULO I – O NORTE DE MINAS

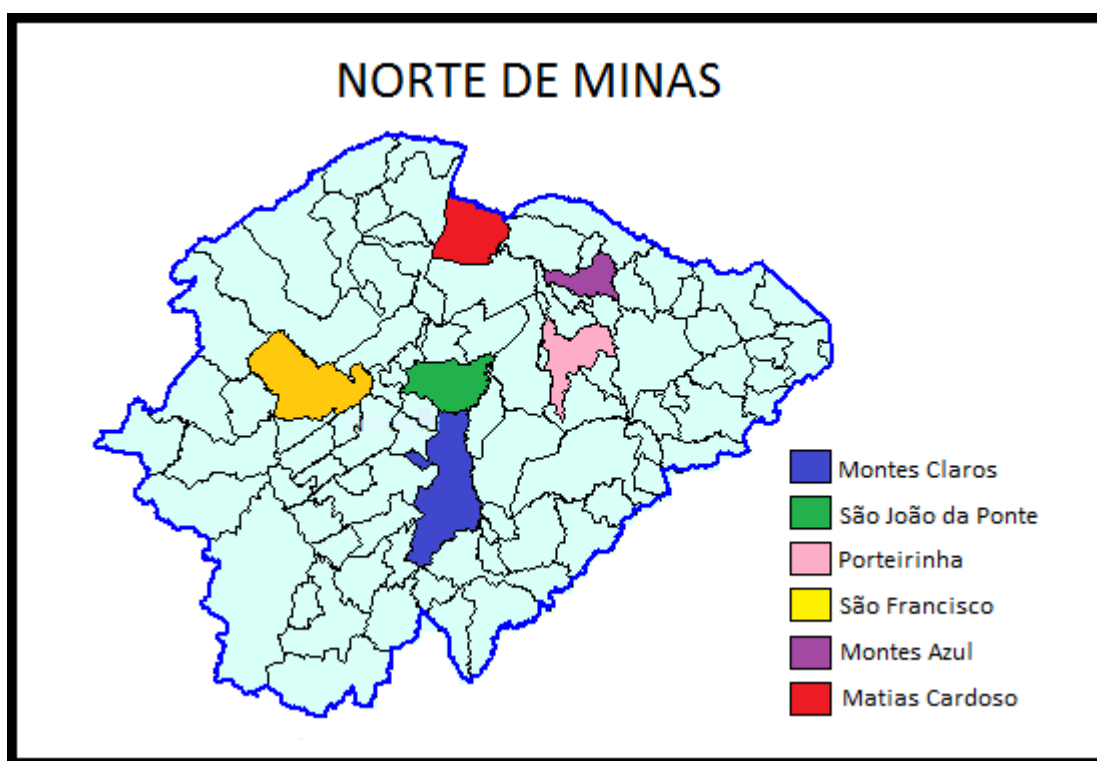
Em Minas Gerais, dada a existência de duas formações históricas distintas, que em um dado momento do passado se imbricaram e deram constituição à sociedade mineira, há duas culturas, duas mentalidades e duas identidades diferenciadas. Uma é conhecida e reconhecida: a mineira, pelo simbolismo construído em torno da formação sócio-econômica e cultural vinculada à mineração aurífera e diamantífera. A outra é conhecida e reconhecida pela ficcionalização construída por João Guimarães Rosa sobre o mundo pastoril. São dois signos identitários distintos que devem ser acionados na imagem mental do brasileiro para se falar da totalidade da realidade social em Minas Gerais. O primeiro signo, que identifica a formação mineradora, é *mineiro*, mas se replica nos signos *as Minas* ou *as Gerais*. O campo semântico aí vinculado expressa a região econômica aurífera que foi intensamente controlada pela metrópole portuguesa. O segundo signo se refere à formação pastoril que se iniciou no curso médio do rio São Francisco e se espalhou pelos campos gerais. O signo que aciona a imagem mental é *o Sertão* ou os *Gerais*.

Uma discussão que pode contribuir para entender a duplicidade de sentimento de pertencimento em Minas Gerais se vincula à argumentação de Anderson (1989) sobre a nação como uma comunidade imaginada. O conteúdo da imaginação da coletividade norte-mineira não se formou pela interação entre produção e relações produtivas, por tecnologia de comunicação e pela lingüística como afirmado pelos autores, mas pelas relações de parentesco e compadrio que articulou, na historicidade regional, membros de uma mesma parentela em diversas localidades do território norte-mineiro. E, através do fenômeno do cunhadismo (Ribeiro, 1998) e do compadrio, outras famílias foram incorporadas às tramas do parentesco que, como uma rede, recobriu todo o território regional. É a partir dessas tramas e dessa rede que se processou, ao longo da história regional, o sentimento de regionalidade tão caro a todo norte-mineiro. Este, fora de sua região, afirma-se primeiro como um ser regional para depois afirmar sua localidade. O norte-mineiro compreende-se distinto do mineiro como afirmado por alguns de seus escritores como Ribeiro (1995), Pires (1978) e Teixeira (1975). Essa é uma afirmação compartilhada por escritores mineiros como Vasconcellos (1968) e fundamentada na obra de Diegues Júnior (1960) quando caracteriza as regiões culturais do Brasil.

Outra possibilidade para se compreender os fundamentos da identidade cultural norte mineira como distinta da mineira se vincula à ausência de um sistema colonial opressivo

sobre a população que ocupava os territórios dos antigos *currais sanfranciscanos*¹. As condições de afastamento da autoridade governamental, considerada nos estudos históricos e sociológicos sobre Minas Gerais como “isolamento”, propiciou a emergência de uma psicologia social distinta daquela do mineiro, que ensimesmado, dúbio e demorado em tomar decisões deve sua psicologia social à opressão do sistema colonial que objetivava drenar o ouro para a metrópole e não pelo determinismo geográfico. O vínculo a desenvolvimentos econômicos distintos, no dizer de Diegues Júnior (1960) gerou no interior da sociedade brasileira regiões culturais distintas, ainda que construídas sobre uma base comum, aquela portuguesa e católica.

Figura 1 – O Norte de Minas



Fonte: Hugo Fonseca Moreira, 2010.

Na expansão pastoril pelas margens e vale do São Francisco, baianos e paulistas fundaram diversas povoações desde meados do século XVII, algumas décadas antes do descobrimento e exploração do ouro. Posteriormente, também essas povoações passaram a fazer parte da Capitania de Minas Gerais, em 1720². Ofuscados pelo brilho do ouro, renomados historiadores mineiros denominaram a expansão da sociedade pastoril pelo território de Minas Gerais como a *madrugada* de Minas, sendo que o ouro iluminou a *aurora*

¹ Neste sentido, vide Abreu (2000) e Prado Júnior (2000).

² Vide Anastasia (1993).

do mesmo estado. Agindo assim, obscureceram o fato de que Minas Gerais é fruto da conjugação entre a sociedade mineradora nas entranhas da Serra do Espinhaço e a sociedade pastoril disseminada pelas chapadas que se espalham pela bacia do rio São Francisco.

Por volta dos anos 1650, a sociedade do Recôncavo Baiano começou a ser invadida por grupos indígenas aliados a negros aquilombados no sertão³. Como diversas expedições baianas não foram capazes de debelar essa ameaça que pairava sobre as populações dedicadas à produção de açúcar, o governo da Capitania da Bahia entendeu de pedir auxílio a paulistas. Dentre eles, Mathias Cardoso de Almeida, que conduziu um grupo de mais de cem “bandeirantes”, além de escravos negros e indígenas para o baixo São Francisco. Após dominar os índios Cariri, a noroeste da Bahia, ele e seu grupo subiram o rio São Francisco dando continuidade à sua missão: aprear índios e exterminar quilombos, cuja existência ameaçavam constantemente as povoações dedicadas ao cultivo da cana de açúcar e à criação de gado. Ao chegar, por volta de 1660, na região do rio Verde Grande, Mathias Cardoso de Almeida e seu grupo aí se estabeleceram. Foram fundados alguns arraiais e algumas fazendas, dentre eles, o Arraial do Meio, ou de Mathias Cardoso, e a fazenda Jaíba, de Antônio Gonçalves Figueira, nas cabeceiras do Rio das Rãs⁴. Entretanto, pouco depois de estabelecidos os arraiais nas margens do rio Verde Grande, tiveram que mudar suas localizações devido à inundações e à insalubridade da área. Fundou-se, então, nas margens do rio São Francisco, e amparado por algumas elevações rochosas, o povoado de Morrinhos, hoje cidade de Matias Cardoso⁵.

Essa foi a primeira povoação duradoura a se estabelecer no território mineiro, apesar de na época pertencer à Capitania da Bahia. Continuando a sua luta aos grupos indígenas, o grupo liderado por Mathias Cardoso de Almeida que fora chamado a São Paulo para acompanhar Fernão Dias Paes na busca das esmeraldas, fundou em 1668 as povoações de Brejo do Salgado (hoje cidade de Januária) e São Romão. Para poderem se estabelecer nessas localidades, os paulistas do grupo de Mathias Cardoso de Almeida precisaram exterminar e aprisionar os indígenas que aí viviam. Salomão de Vasconcellos (1944) informa em seu livro sobre o *bandeirismo*, que Manoel de Borba Gato, após assassinar o fidalgo espanhol Dom Rodrigo de Castel Branco, estabeleceu-se e fundou a povoação da atual Barra do Guaycuí, na confluência do rio das Velhas e do rio São Francisco.

³ Vide Costa (2000).

⁴ Vide Paula (1979).

⁵ Vide Paula (1979).

Desde sua fundação por volta de 1660, a sociedade pastoril, disseminada a partir de Morrinhos (Matias Cardoso), se dedicou à criação de gado e à produção de gêneros alimentícios, que comercializavam com a cidade de Salvador. Daí a existência de um caminho que ligava as duas cidades e que, posteriormente, fizeram parte dos chamados *caminhos do sertão*, ou *caminhos da Bahia*, que tanta preocupação deu aos administradores coloniais portugueses após a descoberta do ouro nas proximidades do Itacolomi⁶. O comércio com a sociedade baiana era tão intenso e tão lucrativo que possibilitou à população de Morrinhos construir uma imensa igreja, *a primeira de Minas Gerais*, ainda hoje existente na cidade de Matias Cardoso. Ela era e é dedicada a Nossa Senhora da Conceição. Constituiu-se *a primeira freguesia* em território mineiro, que ocorreu no ano de 1695, antes mesmo da fundação do Arraial de Nossa Senhora do Carmo, hoje cidade de Mariana, que ocorreu em julho de 1696, alguns meses depois. Até hoje, é ensinado nas escolas (e assim eu aprendi) que a primeira freguesia de Minas Gerais é Mariana, onde está a “primeira” igreja de Minas Gerais, qual seja a de Nossa Senhora do Carmo⁷.

Foi nomeado para pároco o padre Antônio Thomaz Corvelo Garcia D’Ávila, que posteriormente, em 1706 passa também a atender à população localizada no território do atual município de Curvelo – localidade consagrada por João Guimarães Rosa como a “porta de entrada dos Gerais” para os que vêm da região centro-sul em direção ao norte – até onde sua paróquia se estendia⁸. Pároco esse que posteriormente aí se instalou definitivamente para contribuir com os criadores de gado na luta contra a administração colonial, vide sua atuação nos conflitos da Vila do Papagaio.

Em 1694 é achado ouro no ribeirão Tripuí. Entretanto, a exploração continuada de tal minério só ocorre, mesmo, após a descoberta do ouro de aluvião na região de Mata Cavalos, no ribeirão que os paulistas chamaram de Nossa Senhora do Carmo, e que ocorreu em 16 de julho de 1696. Antonil (1997), em seu livro *Cultura e Opulência do Brasil*, informa que em 1697, 1699 e 1701, os mineradores que acorreram para a região onde o ouro foi descoberto e estava sendo explorado tiveram que abandonar as lavras, catas e minas, pois a fome generalizada os impedia de continuarem em sua busca desenfreada pelo abundante ouro. Foi o

⁶ Vide Arruda (1999).

⁷ Recentemente a Assembléia Legislativa de Minas Gerais aprovou projeto, e este foi sancionado pelo Governador de Estado, o qual prevê a re-escrita da História Oficial do Estado de Minas Gerais, onde devem ser contemplados os fatos históricos que visibilizam a importância da Sociedade Pastoril, e de outras sociedades, na constituição de toda a sociedade mineira.

⁸ Vide Costa (2000).

chamado “ciclo bi-anual de fome” que muito impedia a consolidação da sociedade mineradora, e que, curiosamente, após 1701 não mais ocorreu.

O antropólogo João Batista de Almeida Costa (2003) em sua tese de doutorado, *Mineiros e baianos*, faz o seguinte questionamento quanto a esse episódio: “O que realmente ocorreu? Sendo uma sociedade *dependente* de alimentos, já que não havia ninguém que se dedicasse à produção de alimentos por estarem todos voltados para a exploração do ouro, era necessário que uma outra região do país atendesse à essa demanda e possibilitasse aos mineradores dedicarem-se, sem interrupção, à exploração do minério aurífero. Visto isto, quem viabilizou que gêneros alimentícios, gado e animais de transporte suprissem à demanda da sociedade mineradora?” A resposta, segundo Costa (2003) é a de que a sociedade pastoril que vivia nas margens do rio São Francisco é que vinha suprindo a sociedade mineira dos mesmos produtos.

Para Costa (2003), não reconhecer que a sociedade mineira é fruto da articulação da sociedade mineradora com a sociedade pastoril sanfranciscana é alienar-se da verdadeira história dos primórdios de Minas Gerais.

Salomão de Vasconcellos (1944, p. 22) escreve que “o povoador ancestral foi, incontestavelmente, o vaqueiro do norte, a cujo esforço, conjugado logo depois com o do bandeirante do sul, devemos precipuamente os alicerces da independência econômica, da ocupação territorial e da civilização do planalto”.

Esse povoador ancestral firmou seu pé, primeiramente, em Morrinhos, hoje Matias Cardoso, que nos primórdios de sua existência foi um “cenário dos mais retumbantes acontecimentos do alvorecer das Minas, ponto forçado de penetração para os planaltos, centro ativo de comércio e teatro predileto das bravatas e escaramuças do maior caudilho do tempo, o famigerado Manoel Nunes Viana” (VASCONCELLOS, 1944, p. 24).

Os viajantes Spix e Martius (1976) quando passaram por Morrinhos, no início do século XIX, afirmam, baseados em documentos manuseados por eles e que posteriormente foram queimados, que essa localidade possuía, na época de instalação da *freguesia*, em 1695, cerca de 10.000 almas, fora a 12.000 almas espalhadas por todo o território paroquial, que englobava parte do território baiano, e imensa parte do território mineiro, já que Caetés e Sabará faziam parte dele.

Visto isto, resta uma pergunta, a qual norteia a compreensão do papel esquecido e discriminado do Norte de Minas no imaginário do mineiro. Por que o obscurecimento do papel crucial dos proto-norte-mineiros no surgimento de Minas Gerais? Por que o

esquecimento dessa sociedade que foi isolada do restante das Minas e a construção de uma imagem negativa a poluir a imagem de Minas? Segundo Costa (2003), há, ainda, uma discriminação e exclusão do norte-mineiro do imaginário tanto do mineiro quanto do brasileiro. Por que isto? Para Costa (2003), essas são perguntas que só poderão ser respondidas se procurarmos compreender a atuação dos proto-norte-mineiros no cenário da nascente sociedade mineira, que é resultante da articulação da sociedade mineradora com a sociedade pastoril. Sendo que a primeira foi dependente da segunda para poder se consolidar e, pela atuação da famigerada administração colonial, foi sendo colocada à margem do desenvolvimento da sociedade mineira nascente.

Quando em 1702 os criadores de gado existentes ao longo do São Francisco passaram a suprir a demanda da sociedade mineradora⁹. O preço dos produtos que comerciavam, o gado em pé, animais de transporte, grãos, farinha, cachaça e rapadura, era algo que, hoje, se consideraria elevado. Mas se olharmos as condições da época, veremos que quanto maior a massa metálica, menor o valor do ouro, como dizia uma tese mercantilista. Quando se diz, hoje, que um gado em pé custava dois quilos de ouro; ou que um animal de transporte custava três quilos de ouro; ou, ainda, que uma rapadura custava 50 gramas de ouro, todos ficamos assustados, assim como Antonil (1997) que informa tais cifras. Mas não era o que parecia aos mineradores sedentos por alimentos e por animais de transporte, sem os quais não poderiam continuar a explorar os veios auríferos das minas existentes na região de Mariana e Ouro Preto.

O valor do alimento, para os mineradores, pode ser depreendido a partir do apelido que o marianense possui ainda hoje e que lhes foi dado pelos ouropretanos desde os primórdios da sociedade mineradora: *os gaveteiros*¹⁰.

Instalada a administração colonial portuguesa em Mariana, o Conde de Assumar, Dom Pedro de Almeida Portugal, empreendeu uma luta inglória e ineficaz para impor aos membros da sociedade pastoril do São Francisco o mesmo imposto cobrado dos mineradores, ou seja, o quinto por cada partida que chegava à região das minas. Os criadores de gado sabiam-se

⁹ Vide Antonil (1997).

¹⁰ Apesar das várias interpretações dadas pelos marianenses, uma informa que o alimento era o bem mais precioso a se guardar e a se mostrar, dependendo de quem chegava em casa. Se uma pessoa de mesmo *status* social adentrava a casa, o alimento continuava exposto nos pesados armários existentes nas salas. Se uma pessoa de *status* social menor, as portas dos armários eram fechadas e se a família estava à mesa se alimentando, toda a comida era posta em gavetas existentes nos lados da mesa. Deriva daí o apelido de *gaveteiro* para o marianense. Como se sabia quem chegava a casa? As janelas mineiras sempre preservaram olhares indiscretos para os que transitam pelas ruas, mas nunca para os que estão dentro da casa, pois através das tramas do *crochet* é possível, muito bem, visualizar quem chamava à porta (COSTA, 2005).

pertencentes à Capitania da Bahia e exigiam pagar o tributo cobrado pelo governo baiano, ou seja, o dízimo. O procurador da *Casa da Ponte*, Manoel Nunes Viana, era o responsável por receber os foros dos arrendatários existentes na sesmaria recebida por Antônio Guedes de Brito, em 1663, do governador da Bahia, Dom Vasco de Mascarenhas, e que ia até as nascentes do rio Paraopeba, como bem comprovou Simeão Ribeiro Pires (1979) em sua obra *Raízes de Minas*.

Como o Conde de Assumar, primeiro governador da capitania de Minas Gerais, criada em 1720, não conseguiu se impor frente aos proto-norte-mineiros, solicitou ao rei que o destituísse do cargo, pedido não atendido de pronto. Mas ele iniciou um processo de incentivo a que outras regiões do país passassem a fornecer os mesmos gêneros e animais ofertados pela sociedade pastoril sanfranciscana para a sociedade mineradora. Assim, o vale do rio Paraíba do Sul, nos limites de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, começam a produzir gêneros alimentícios que mais tarde passam a suprir a demanda dos moradores das cidades mineiras¹¹.

Neste momento, a imagem de Nossa Senhora Aparecida é achada por pescadores. A informação que se tem sobre o fato é a de que esses pescadores estavam pescando para o Conde de Assumar. Esses peixes abasteceriam as minas, substituindo os peixes vindos, até então, do rio São Francisco. Dom Lourenço de Almeida, que ocupa a vaga deixada por Dom Pedro de Almeida Portugal, o Conde de Assumar, passou a incentivar, também, a vinda de charque e de animais desde os pampas gaúchos até as regiões mineradoras. Para chegarem até a região das minas, os animais vindos do extremo sul demoravam três invernações: a primeira na região de Lages, a segunda na região de Curitiba e a terceira na região de Sorocaba e de Barretos. Assim, para poder se impor aos membros da sociedade pastoral sanfranciscana, os proto-norte-mineiros, a administração colonial propiciou a implantação de inúmeras povoações que se desenvolveram à sombra do ouro, enquanto a sociedade pastoril norte-mineira foi impedida de continuar a suprir as necessidades da sociedade mineradora, sua irmã na fundação de Minas Gerais, como bem argumenta Costa (2003).

Cerceada em seus direitos e fragilizada pelas lutas travadas com a administração colonial portuguesa, em 1736, os proto-norte-mineiros, foram vencidos numa guerra insana, chamada pelos historiadores de *motins do sertão* ou de *Sedição de 1736*, e chamada pela população norte-mineira de *Conjuração Sanfranciscana*¹². Até na denominação do evento histórico, que significou a capitulação do Norte de Minas à administração colonial, é

¹¹ Vide Arruda (1999) e Costa (2000).

¹² Vide Anastasia (1993).

demonstrada a discriminação e o menosprezo com que a sociedade pastoril foi tratada. Concordando com Costa (2003), só se pode ser acreditado é que o chamado *isolamento do sertão* foi o mecanismo com que a sociedade pastoril foi excluída e assim mantida das benesses do ouro em Minas Gerais.

Segundo Costa (2003), em sua tese de doutorado, tal exclusão, caudatária da guerra perdida para a administração colonial portuguesa, continuou e continua a ser mantida para com a população norte-mineira e para com as cidades norte-mineiras. Para ele, é recorrente, em Minas Gerais, dizer que a região do Norte de Minas, ou suas cidades, a partir da qual se fala, é *esquecida*. Se a população é comumente chamada de *baiana* ou de *baiana cansada*, as cidades norte-mineiras assumem o discurso imposto da pobreza e vivem à margem de bens advindos com a modernidade.

1.1 - História Recente: onde o Brasil encontra os Gerais

Cardoso (1996), ao estudar a dinâmica das transformações espaciais dessa região, informa que, com a construção da estrada de ferro, ligando o Centro-Sul ao Nordeste pelo sertão norte dos Gerais e pelo interior da Bahia, a sociedade regional sofre transformações que, a partir de mil novecentos e trinta, mudaram sua relação com o restante do país. Se desde o início do Século XVIII a região estivera relativamente isolada da economia nacional, a partir da interligação ferroviária inicia-se um processo de modernização da economia regional. Pimentel (1996) chama este “processo de modernização” de “domesticação do sertão”, termo este que também adotarei neste trabalho.

Nos anos sessenta do século passado, como parte da área do Polígono das Secas, a região Norte do chamado Sertão dos Gerais, é anexada a área de atuação institucional da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). A partir de política federal houve a disponibilização, via incentivos fiscais e financeiros, de grande aporte de recursos que possibilitaram a modernização da estrutura sócio-econômica e político-cultural regional. A expansão das relações capitalistas de produção apoiadas nas ações governamentais propiciaram: a mercantilização da terra, a transformação da fazenda em empresa rural passível de investimentos e financiamentos incentivados, a industrialização de algumas cidades regionais e a implantação de projetos de irrigação tanto institucionais (Jaíba e Gortuba) quanto privados. E, devido a expulsão de imensos contingentes de pessoas, um intenso fluxo

migratório se verificou para as principais cidades da região e do país, conforme informa Luz (1991), em estudo sobre os ecossistemas regionais.

No Final do século XIX, Minas Gerais estava ameaçada de ser desintegrada territorialmente. Além da tentativa de criação da Província do São Francisco, o Sul de Minas reivindicava a sua independência. Durante todo o século, os municípios do Sul realizaram gestões junto ao governo imperial neste sentido, sendo que o projeto de uma nova província chegou a ser discutido e aprovado em primeira discussão na Câmara dos Deputados. Com o advento da República, os sul-mineiros tentaram, à força das armas, realizar a sua autonomia (ANDRADE, 1993).

Desde o final do século XVIII, Ouro Preto, a então capital de Minas, perdera a condição de centro aglutinador das diversas regiões do Estado. A arrecadação não bastava sequer para o município arcar com as suas despesas. No entanto, o sistema federativo implantado pela República valorizou o papel dos Estados membros e, conseqüentemente, de suas capitais (ANDRADE, 1993).

Na iminência de perder territórios ao Sul e Norte e diante de uma capital que não cumpria sua função, Minas Gerais não teve outra saída senão construir uma nova sede administrativa que unisse o Estado, tanto política quanto economicamente. Em 1891, segundo Linhares (1905) Augusto de Lima preconizou esta necessidade qualificando a nova capital em “um centro de atividade intelectual, industrial e financeiro, e ponto de apoio à integridade de Minas Gerais, seu desenvolvimento e prosperidade”. Sugeriu a localização da nova cidade no pequeno arraial do Curral del-Rei e justificou:

(...) ficará atravessada pela Estrada de Ferro Central do Brasil e quase à margem do Rio das Velhas, tributário do São Francisco, circunstância esta que reunirá o Norte ao Sul do Estado. (...) que além de ser um ponto mais ou menos central, Belo Horizonte está destinada a ser o ponto de convergência das ferrovias que partirem do vizinho estado do Espírito Santo e das regiões do Oeste de Minas Gerais (LINHARES, 1905).

Localizado no Vale do Rio das Velhas, via natural de ligação ente o Centro e o Norte, o pequeno Curral del-Rei traçava uma linha divisória que distinguia a região mineradora da zona agropastoril. Construir ali a nova capital traduzia o objetivo de polarizar o Norte de Minas, integrando-o econômica e politicamente ao resto do Estado. A Estrada de Ferro Dom Pedro II funcionaria como mecanismo de atração.

Há de ressaltar que as relações comerciais da região Noroeste eram feitas predominantemente com a Bahia através da via navegável do Rio São Francisco, que tem início em Pirapora, no Norte de Minas. Esta tendência foi reforçada pela conclusão da estrada de ferro que ligava Juazeiro a Salvador e pela implantação da navegação a vapor, toda ela controlada pela Empresa Viação do Brasil, arrematada em 1888 pelo governo baiano.

Com a instalação da Central do Brasil, houve uma reversão da direção do comércio. As trocas passaram a ser feitas, na sua maioria, com Belo Horizonte e Rio de Janeiro, através do novo meio de transporte, que colocou estes centros em posição privilegiada em relação a Juazeiro e Salvador.

O comércio de tecidos empreendido pela empresa Cedro e Cachoeira exemplifica bem a reversão. Os depósitos localizados ao Norte do Estado (Pirapora, Montes Claros, Teófilo Otoni, Curvelo, Tremedal (atual Monte Azul) e Araçuaí) foram extintos e os produtos têxteis passaram a ser comercializados com Belo Horizonte e Rio de Janeiro¹³.

O depósito de Pirapora, instalado nesta cidade devido à insalubridade da Barra do Rio das Velhas, operou uma verdadeira transformação naquela pequena povoação de pescadores. Com a chegada dos trilhos da “Central do Brasil”, o depósito foi extinto e a Companhia deu início a um novo sistema de comercialização dos seus produtos: procurava comerciantes de maior porte, geralmente do Rio de Janeiro, em detrimento dos negociantes varejistas espalhados pelas pequenas cidades. Por volta de 1917 a “Cedro e Cachoeira” já havia conquistado o mercado fluminense com a fabricação e venda de chita e, em 1927, a sede da Companhia foi transferida para Belo Horizonte.

1.1.1. A Proto-Indústria Norte-Mineira

1.1.1.1 - Os Ciclos do Algodão e da Borracha

Enquanto, internamente, as atividades mineradoras perdiam impulso, no âmbito externo a Revolução Industrial marcava profundas alterações no sistema produtivo mundial, principalmente a partir do último quartel do Século XVIII. A primeira etapa da revolução industrial apresentou como características básicas, segundo Furtado (1959, p. 111), “a

¹³ Vide Pierson (1972).

mecanização do processo manufatureiro da indústria têxtil e substituição nessa indústria da lã pelo algodão, (...) cuja produção podia se expandir facilmente”.

Esta transformação da indústria têxtil motivou o aumento do preço do algodão. E, por isso mesmo, houve, na concepção de Stralen (1980), um enorme crescimento em seu cultivo no Brasil nas áreas que iam desde o Nordeste até o Norte de Minas, regiões propícias à cotonicultura. Nesta evolução da cultura algodoeira surgiu uma importante área produtora localizada na divisa de Minas Gerais com a Bahia, de onde procedia a maior parte do produto que era exportado pela Bahia, e parcela daquela que era exportada pelo Rio de Janeiro.

Entretanto, com o tempo, esta fase expansiva do algodão perde impulso, provocando uma substancial diminuição nas áreas cultivadas. No caso do Norte de Minas, este desaquecimento fez com que a cotonicultura se restringisse a uma área ao sopé da Serra do Espinhaço, principalmente nos municípios de Porteirinha, Monte Azul (antiga Tremedal), Mato Verde e Espinosa.

O desenvolvimento desta atividade algodoeira, que se caracterizou como sendo uma atividade agrícola comercial, não promoveu alterações substanciais nas relações de produção até então verificadas na Região, situação que, segundo Stralen (1980, p. 10), ocorreu porque “a cultura do algodão não se deu sob forma de *plantation*, mas sob a forma de assimilação da estrutura agrária constituída a partir da pecuária extensiva, introduzindo ou fortalecendo formas de parceria”.

Esta visão é corroborada ainda por aquela posta por Oliveira (1993), ao tratar da cultura algodoeira nordestina. Para este autor, a produção do algodão foi deixada aos cuidados de fazendeiros, sitiantes, meeiros e posseiros. De forma que, o vasto algodual não se constituía numa *plantation*, mas sim, numa ampla segmentação de pequenas e isoladas culturas. Esta estrutura, no entanto, não acaba com a submissão do pequeno produtor aos latifundiários: pelo contrário, até a reforça.

A atividade algodoeira, conforme precebe-se nos argumentos de Andrade (1982), se desenvolveu em áreas cercadas muitas vezes associada ao milho e/ou ao feijão. E, devido ao seu caráter mercantil, provocou o aparecimento, na Região, de muitas boladeiras e posteriormente de descaroçadoras motorizadas. Equipamentos estes que tinham a finalidade de separar a fibra do caroço do algodão, sendo a fibra transportada em lombos de burro para pontos de comércio, e os caroços usados na alimentação bovina, principalmente em períodos de seca.

Pode-se dizer, inclusive, que as atividades ligadas ao algodão chegaram a integrar o conjunto de afazeres cotidianos de boa parte da população norte-mineira.

A expansão algodoeira provocou um crescimento mais acentuado de Montes Claros, na medida em que motivou a intensificação de suas relações comerciais tanto com a Bahia quanto com o Centro de Minas Gerais. De fato, pode-se dizer que até mesmo o prelúdio da experiência fabril da referida localidade, esteve, em grande medida, relacionado à tradição algodoeira. Neste aspecto, um texto da Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene (AMAMS) (1993), em referência à atividade algodoeira, explicita que esta tradição, no caso de Montes Claros, veio a desembocar na primeira experiência fabril na região, com a instalação de sua fábrica filatória de tecidos na década de 1880.

Em 1884, a Companhia Cedro Cachoeira resolve implantar um depósito de compra de algodão e venda de tecidos em Pirapora, muito embora, na época, Guaiçuí fosse uma localidade economicamente mais dinâmica. Na realidade, a escolha da Companhia tinha por trás uma estratégia empresarial, considerando que Pirapora seria o local mais indicado para a passagem da linha férrea, que já era realidade em Sabará na época.

Esta decisão da Companhia Cedro Cachoeira provocou uma alteração na realidade econômica de Pirapora. Desencadeou um forte processo de crescimento, suficiente para que a localidade se tornasse um importante centro urbano regional.

Vinte estabelecimentos têxteis se implantaram em Minas Gerais entre 1872 e 1899, sendo os mais importantes localizados nos municípios de Curvelo, Sete Lagoas e Santa Luzia, sendo estas indústrias abastecidas com algodão proveniente da região norte-mineira. É importante não esquecer, entretanto, que outras localidades também dispunham de tais empreendimentos. No caos do Norte de Minas, Paula (1957) comenta que, já em 1880, fundou-se em Montes Claros uma sociedade denominada Rodrigues, Soares, Bittencourt, Veloso & Cia., a qual montou uma fábrica destinada à produção de tecidos de algodão que entrou em operação no ano de 1881.

Outro produto que foi bastante explorado na região, e que representou relevante importância econômica no decorrer do seu ciclo, foi a borracha. A extração do látex, verificada no Vale do São Francisco no último quartel do Século XIX, se concentrou entre os municípios de Januária e Remanso.

Assim como na Amazônia, onde a exploração da seringueira provocou um surto migratório sem precedentes, no Vale do São Francisco, entre Januária e Remanso, a extração

do látex da mangabeira e da maniçoba inscreveu uma história em tudo semelhante: pequena duração do ciclo econômico, extração predatória e exploração da mão-de-obra nordestina.

Já em 1817, Spix e Martius (1938, p. 225), viajando pelo Vale do Carinhanha, em direção à fronteira de Minas com Goiás, apontaram a utilidade da resina da mangabeira:

A mangabeira apresentava-se daqui em diante, cada vez em maior número, nas regiões quentes e secas do sertão, e é cultivada, não raro, como nas províncias da Bahia, Pernambuco e Ceará, da mesma forma que a goiabeira e o ananás. Contém suco leitoso, pegadiço, rico de resina, que, endurecida, talvez pudesse ser utilizada como a goma elástica comum. Com os frutos, costuma a gente do lugar preparar um refresco agradável e nutritivo.

A primeira referência à exploração da mangabeira no sertão mineiro, com o objetivo de comercializar a borracha, encontra-se na obra de James Wells (1887, p. 254), *Três mil milhas através do Brasil*. Em nota de rodapé, o autor indicou o ano de 1885 como marco inicial da exportação do produto através da Bahia. A partir dessa época, com a introdução do pneumático e a ampla difusão do automóvel, o Brasil passou a ser um dos principais exportadores mundiais da borracha.

O anuário de Minas Gerais de 1918, organizado por Nelson de Senna, trás informações valiosas sobre o ciclo da borracha em Minas. O autor publicou entrevistas com comerciantes de Januária, extraídas do jornal *A Luz*, que fornecem dados sobre a produção e comercialização do látex. Theodomiro Pimenta, negociante, informou que Januária exportou, entre 1902 e 1907, cerca de 300.000 quilos de borracha sendo que apenas 8% deste total tinha produção de Goiás. O restante eram provenientes dos municípios norte-mineiros de Paracatu, Rio Pardo, Montes Claros, Tremedal, Brasília de Minas e São Francisco.

Conforme Mata-Machado (1991), a partir de 1907, a exploração na maniçoba fez subir para 30% a participação do município de Januária nas exportações. O ápice desta produção se deu entre os anos de 1909 a 1912, sendo que, neste último, a exportação brasileira – 42.000 toneladas – foi a maior registrada e jamais superada. Em 1911, Januária exportou 8.000 toneladas para o Rio de Janeiro e 4.000 toneladas para a Bahia, ou seja, 12.000 toneladas. Se os dados fornecidos pelo comerciante estiverem corretos, Januária chegou a comercializar cerca de ¼ da produção brasileira para esta época (MATA-MACHADO, 1991).

Até 1909, o comércio era feito com a Bahia, via Juazeiro; a partir de 1911 passou a ser feito predominantemente com o Rio de Janeiro, via Pirapora.

A demanda do produto nesses anos estimulou os fazendeiros locais a plantarem maniçoba, pois até então só a planta nativa era explorada. Entretanto, os plantadores e comerciantes viam suas iniciativas frustradas por causa da concorrência da produção oriental (Ceilão e Malásia) que, organizada metodicamente, superou a borracha brasileira em quantidade e qualidade.

A produção da borracha de maniçoba e da mangabeira no Vale do São Francisco provocou êxodo nordestino para a área. Trabalhadores explorados, comerciantes desiludidos e plantadores frustrados foram o saldo da fugaz febre da borracha. Minas Gerais, embora em escala menor, também participou deste ciclo.

Esse curto período de exploração correspondeu no tempo ao declínio da Cidade de Januária, antes o grande empório comercial do sertão Noroeste de Minas. Senna (1918, p. 808) comenta que um comerciante, Theodomiro Pimenta, ao ser questionado das causas desse declínio, respondeu que,

embora seja Januária uma cidade feita e que poderá viver independentemente, dada a importância do seu comércio e lavoura, sofreu, contudo, um corte de 60%, aproximadamente, em seu movimento geral, de 1890 a 1910. a causa essencial do retrocesso é devida ao desenvolvimento dos municípios adjacentes e ao prolongamento da Estrada de Ferro Central até o porto de Pirapora.

A partir de 1911, Pirapora, através do desenvolvimento do comércio e da indústria, tomou o lugar de Januária como cidade-pólo da região Norte de Minas.

1.1.1.2 - A Navegação a Vapor

Por volta de 1875, James Wells (1887) passou por Pirapora e vislumbrou um pequeno conjunto de 36 casinhas cobertas de palha e buriti e em ruínas. Teve do lugar uma impressão pior do que a do seu conterrâneo, o inglês Richard Burton (1977), que ali estivera dez anos antes. Julgou o povoado mais decadente que antes, pois não viu, como seu antecessor, nem diamantes, nem tropas, nem peixes secando ao sol. Naquela época, Guaicuí funcionava como entreposto comercial das mercadorias que vinham do Norte em direção ao centro de Minas e ao porto do Rio de Janeiro. Também as mercadorias provenientes da Corte eram, ali, comercializadas. Wells (1887) notou, na pequena cidade, duas lojas comerciais onde se encontravam tecidos estampados de Manchester, vinhos portugueses, cerveja inglesa, gim

holandês, fósforos suecos, além de produtos locais como carne seca, feijão, farinha etc. em 1894, a Companhia Cedro e Cachoeira decidiu instalar um depósito de algodão e tecidos naquela região e optou pelo pequeno povoado de Pirapora, apesar de ser Guaicuí o centro comercial.

Praticamente todos os viajantes que passaram por Guairuí se referiram às febres que grassavam na vila entre os meses de janeiro e junho, que todos os anos dizimavam parte da população. A instalação do depósito de Cedro e Cachoeira em Pirapora deu início ao crescimento desse vilarejo que, mais tarde, como previram os diretores da Companhia, seria o local escolhido como ponto terminal da Central do Brasil na junção com o Rio São Francisco. Quando a estrada de ferro chegou, a localidade já era uma cidade próspera, com ruas traçadas a régua e compasso, a exemplo de Belo Horizonte, de acordo com uma planta encomendada pela Cedro e Cachoeira, e que previa uma população de 10.000 habitantes.

Nelson Senna (1918) publicou no Anuário de 1918 de Minas Gerais, escrito por A. Ramos César, datado de outubro de 1910, que se refere a Pirapora:

A população ali aumenta numa proporção notável. Diariamente chegam famílias imigrantes atraídas pela riqueza da região. Não se encontram uma única casa vaga, existindo inúmeros prédios em construção na margem direita, onde a população é mais densa e onde o movimento comercial já é grande, existindo duas fábricas de bebidas, padaria, casa de bilhares, duas farmácias, restaurantes, hotéis etc.. Pelo porto são despachadas, mensalmente, para mais de 1.000 toneladas de mercadorias. Há um depósito de sal e uma agência filial do srs. Durish & Companhia, para compras e exportação de couros e artigos congêneres, regulando comprar, mensalmente, 2.000 couros verdes de rezes (SENNA, p. 1.152).

Portanto, o desenvolvimento de Pirapora foi anterior à chegada dos trilhos. Em 1911, quando foi inaugurada a estação férrea, Pirapora passou a centralizar o comércio de todo o sertão Noroeste de Minas e logo transformou-se no maior centro industrial da região. Em 1912 foi criada, por uma empresa de navegação baiana, a linha de Januária a Pirapora, e foi elevada para quatro o número de viagens entre Juazeiro e a nova cidade. Em 1918, rompendo um monopólio exercido desde 1888, pela empresa baiana, formou-se a Companhia Indústria e Viação de Pirapora que, além da navegação, atuava em outros ramos de negócios. Por ocasião da visita de Mello Viana, presidente do Estado de Minas Gerais, ao sertão do São Francisco (1925), a Companhia já atuava em várias frentes. Segundo informações de Victor da Silveira (1926), ela possuía dois descaroadores e prensa de fardos de algodão com ligação férrea até a estação da Central; uma fábrica de óleos vegetais de algodão, coco de babaçu e mamona com

aproveitamento do bagaço da semente do algodão na fabricação de farinha para o gado leiteiro; uma fábrica de sabão, com equipamentos franceses, para aproveitamento dos óleos vegetais; dupla instalação elétrica, térmica e hidráulica, que fornecia energia para a fábrica e toda a cidade; e serviço de abastecimento d'água, com carneiros hidráulicos importados dos EUA, que servia também à população urbana. Noraldino Lima (1925, p. 28), que acompanhou a comitiva de Mello Viana como repórter, escreveu sobre a Cia. Indústria e Viação de Pirapora:

Dessa visita tivemos todos a melhor impressão, já pelo aperfeiçoamento dos métodos por que é tratado ali o algodão, que atravessa descaroçadores possantes e outras máquinas modernas, já pela beleza e resistência da fibra, tendo aquele ilustre profissional [Astúrio Lobo], nos informando ser do próprio vale, parte do mineiro, parte do baiano, todo o produto armazenado.

A ligação ferroviária com Belo Horizonte e Ri de Janeiro, além de transformar Pirapora em centro comercial e industrial, alterou os tradicionais vínculos da região Noroeste de Minas com a Bahia. As mercadorias provenientes do Rio e da Capital mineira passaram a entrar com maior velocidade e quantidade, utilizando a estrada de ferro e a navegação a vapor.

Pirapora, que é a sede Sul da navegação do São Francisco, está se tornando, assim, o centro irradiador da economia do rio. De lá partem, carregados de objetos manufaturados, os vapores de várias companhias com pesar, eu vi toneladas de caldeirões e panelas de ferro sabarense enchendo os porões e matando irremediavelmente a cerâmica ribeirinha tão original. Os tecidos mineiros e cariocas, a cerveja paulista, tudo isso sai de Pirapora para Minas, Goiás, (por Januária), Bahia, Piauí (pelo Porto de Remanso) e Pernambuco, por Petrolina. Pirapora fornece o sertão do São Francisco, dele recebendo quase tudo, exceto as peles, que têm seu mercado tradicional em Juazeiro. Só a Mineira transporta uma média de 25.000 quilos de produtos manufaturados para o sertão (CARVALHO, 1937, p. 79).

Os esforços para implantar a navegação a vapor na bacia do Rio São Francisco datam do Império. A primeira experiência foi feita no Rio das Velhas em 1833-34, que pretendia construir um vapor em Sabará; A segunda, também no Rio das Velhas, se realizará em 1869, quando o vapor Saldanha Marinho, sob o comando do engenheiro Henrique Dumont, pai de Santos Dumont, viajou entre Sabará e a fazenda Jaguará, sofrendo vários encalhes. O vapor importado de Bordéus foi construído em 1867, por um contrato realizado entre o engenheiro e o governo de Minas. Experiência idêntica acontecia na Bahia, com a colocação em atividade do vapor Conselheiro Dantas, mandado construir no Rio de Janeiro pelo então Presidente da

Província, Conselheiro Manoel Pinto de Souza Dantas. A navegação a vapor desenvolveu-se regularmente na seção inferior do São Francisco, ligando Piranhas a Peno, próximo do litoral. A navegação do trecho médio, entretanto, só seria efetivada com o advento da República.

A preocupação maior do governo imperial era a ligação com o litoral através da combinação entre o transporte fluvial e o ferroviário. Várias possibilidades foram aventadas, o que proporcionou sucessivas viagens de reconhecimento pelo rio e seus afluentes, feitas por engenheiros contratados a primeira delas foi empreendida pelo alemão Halfeld, entre 1851-54. além de fazer uma planta detalhada, ele deveria estudar a possibilidade de ligar as seções média e inferior do rio através de um canal que margearia o trecho encachoeirado que impedia a livre navegação. A obra foi considerada impraticável; a construção das estradas de ferro de Recife e Salvador até Juazeiro foi a alternativa encontrada pelo governo. Ao mesmo tempo foi feito o reconhecimento das possibilidades de navegação do Rio das Velhas e do alto São Francisco, sendo o engenheiro francês Emmanuel Liais incumbido dessa função. Entre a desobstrução do alto São Francisco até a cachoeira de Pirapora e a do Rio das Velhas, o engenheiro francês aconselhou a segunda opção, tendo ele mesmo obtido concessão do governo imperial para a realização das obras muito trabalho e muito dinheiro eram necessários, e o engenheiro, não conseguindo arrancar do Ministério da Agricultura condições contratuais favoráveis, abandonou a empresa.

Retardada durante muitos anos a construção das vias férreas de Salvador e Recife até o São Francisco, devido a insuficiência de recursos das empresas que se organizaram para esse fim, na opinião de Elpídio Mesquita (s/d), o governo imperial decidiu retomar a idéia da desobstrução do trecho encachoeirado. Para tal, contratou, em 1868, o engenheiro hidráulico Carlos Krauss.

Enquanto Krauss estudava a ligação entre o trecho inferior e o médio, Francisco Manoel Álvares de Araújo, em 1870, realizou novo reconhecimento das seções média e superior navegando no Saldanha Marinho pelos Rios das Velhas e São Francisco. Foi encarregado também de avaliar as condições dos Rios Paracatu e Grande. Como se não bastassem tantas viagens exploratórias, outra comissão hidráulica, chefiada pelo engenheiro Milnor Roberts, foi contratada pelo gabinete Sinumbú em 1879. Neste ano, entretanto, a navegação do São Francisco já estava comprometida pela chegada dos trilhos da Baía-São Francisco até o Porto de Juazeiro, forçando a navegação fluvial a enfrentar um trecho difícil entre Sento Sé e aquela cidade.

Não fosse a imposição do influente Conselheiro juazeirense, a atual Leste Brasileiro podia ter obedecido a outro traçado, rumando para o médio superior, livrando a navegação dos bancos e corredeiras que entulham o rio de Sento Sé até Juazeiro. Tendo de buscar, forçosamente, Juazeiro, que é o terminal da Leste, os vapores do São Francisco têm de ser os mais rasos possíveis, perdendo assim sua condição de veículo de transporte de cargas. Com pouco calado e tendo de vencer perigosos trechos encachoeirados, os vapores do São Francisco não proporcionam às mercadorias do Vale um transporte seguro e barato (LINS, 1960, p. 209).

Geraldo Rocha (1940) sustentou posição idêntica, defendendo ainda que o trecho a ser utilizado pela navegação a vapor deveria ter sido menor.

Todas essas idas e vindas, incertezas e enganos da navegação do São Francisco refletiam a ausência de uma política cientificamente aplicada às necessidades econômicas do País. A fama de que os rios brasileiros, à exceção do Amazonas, não se prestavam à navegação a vapor, havia se espalhado. Burton (1977, p. 192) contestou:

A observação *in loco*, todavia, mostrou-me que os cursos inferiores de muitos rios podem ser ligados, por meio de estradas de ferro de pequena extensão, aos cursos superiores, que deveriam ser aproveitados para comunicações fluviais e têm sido completamente desprezados.

O mesmo autor criticava a inclinação dos governos brasileiros aos projetos monumentais e defendia uma política de transportes que levasse em conta a comunicação entre as localidades através de pequenas obras.

O Governo Imperial, entretanto, além de dar prioridade às grandes obras, beneficiava o transporte ferroviário, concedendo privilégios a particulares, como a garantia de juros.

O deputado mineiro João da Mata Machado, entusiasta da navegação a vapor, lutou na Câmara do Império pela concessão de juros às companhias de navegação. Em 1883, o deputado alcançou seu objetivo. Ele próprio se beneficiou da garantia de juros, formando a Companhia Viação do São Francisco. Antes porém de colocar um vapor no rio, sua empresa foi colhida pelas malhas do encilhamento e veio à falência. O acervo da empresa, que incluía o Vapor Saldanha Marinho, foi arrematado pelo governo baiano. A Empresa Viação Central do Brasil, depois Empresa Viação do São Francisco, gozou de 1888 a 1917, pelo Decreto Imperial n.º 9.964, de subvenção federal e monopólio da navegação no rio (BRASIL, 1973). Em 1917, a Empresa possuía onze vapores em tráfego, a saber: Pirapora, Saldanha Marinho,

Rio Branco, Severino Vieira, Engenheiro Halfeld, Juazeiro, Antônio Olinto, Mata Machado, Carinhanha, Alves Linhares e Prudente de Moraes.

A abolição do monopólio baiano estimulou a criação de outras companhias, como a Companhia Indústria de Pirapora que, embora de domínio particular, possuía concessão do governo federal. Em 1925, o Decreto n.º 16.562 transferiu o contrato dessa empresa ao Estado de Minas Gerais, que constituiu a Companhia Mineira de Navegação (BRASIL, 1973a). No mesmo ano, o Presidente do Estado, Fernando de Mello Viana, realizou excursão ao Rio São Francisco para tomar as providências necessárias ao funcionamento da nova empresa. Desde 1920, na gestão de Raul Soares, que o governo mineiro estava interessado em melhorar a navegação de rio, dando-lhe um cunho de serviço público que, segundo Mello Viana, “o afã do lucro dos interesses particulares dava lugar a abusos e queixas”. O presidente mineiro concebeu um vasto plano de incremento da economia da região Noroeste de Minas, associando ao transporte fluvial. O plano centrou-se no desenvolvimento das lavouras de algodão e mamona e no aparelhamento da indústria madeireira e da pesca. A navegação a vapor no São Francisco e seus afluentes, o Paracatu, o Urucuia, o Carinhanha e o Verde Grande, seria complementada por estradas de rodagem que ligariam os portos às cidades inferiores. Assim foram planejadas as estradas que ligavam Januária ao Porto de Cajueiro, no Carinhanha; de Matias Cardoso a Espinosa, no Verde Grande; de São Frâncico a Brasília de Minas; de Extrema de Montes Claros a Inconfidência; e de São Romão a Formosa. Em sua maioria, essas rotas já existiam, eram as estradas boiadeiras, caminhos estreitos e sem conservação.

O plano previa ainda a construção de portos (especialmente em Pirapora), a instalação de colônias à margem do rio e de um campo de sementes para seleção e distribuição à população local. Este plano foi realizado apenas em parte e não surtiu o resultado esperado de integrar o “Vale do São Francisco na comunhão brasileira” (LIMA, 1925). A navegação do São Francisco, e de seus afluentes, dependia da desobstrução e da regularização dos seus leitos, obras difíceis e dispendiosas.

Em condições naturais, o Rio São Francisco oferecia muitos obstáculos à navegação. Nas cheias, ele não atingia a profundidade necessária, porque se espalhava pelas margens; nas secas, tornava-se raso demais. Por este motivo, tanto os vapores mineiros quanto os baianos sofriam diversos encalhes nas viagens. Alguns, mal planejados, ofereciam condições de tráfego durante apenas seis meses do ano.

As dificuldades naturais de navegação, a necessidade de vapores com porões rasos e a inadequação de alguns às dimensões do rio, impediram que os vapores cumprissem a sua principal função econômica, provocando um aumento exorbitante no preço dos fretes. Carlos Lacerda (1964, p. 119-120), numa reportagem de 1937, anotou os altos preços do transporte de mercadorias e a incapacidade dos vapores para atender à demanda do mercado:

O preço do frete é exorbitante. Por toda a parte, em tempo de exportar, vêm-se fardos de algodão, fumo, couro, expostos ao tempo, a espera de lugar a bordo. (...). Na maior parte das cidades, não há portos estáveis; em nenhuma existem serviços de carga, descarga e armazenagem. Se ancorarem dez navios grandes no porto de Januária, saem carregados, dizia-nos um antigo morador da cidade.

Atualmente, dos mais de vinte vapores que sulcaram o rio, resta um, que serve de atração turística. A decadência da navegação a vapor e o descaso dos governos pelo seu desenvolvimento e um reflexo da dependência histórica do País à economia de exportação. O desenvolvimento do mercado interno, através do estímulo às trocas pelo interior, foi sempre relegado a um segundo plano.

1.1.1.3 - A Expansão Ferroviária

Em finais do século XIX, Pirapora já havia conquistado posição de destaque na economia regional. Com a chegada da ferrovia, a cidade assumiu a condição de “ponta de trilhos”, e, por isso mesmo, a cidade passa a centralizar o comércio de todo o sertão Noroeste de Minas e logo se transforma no maior centro industrial da região. Todavia, isto não significa que ela tenha se tornado, economicamente, mais importante que Montes Claros. Mas o avanço dos trilhos em direção à Pirapora, aliado à importância de sua via fluvial, tendia à transformação desta localidade na principal porta de entrada do sertão.

Lessa (1993) sugere que chegou a haver um considerável fluxo de mercadorias entre Montes Claros e Pirapora. Tal fluxo foi importante a ponto de fazer com que lideranças regionais, já por volta de 1908, intencionava-se construir estradas facilitando a comunicação entre Montes Claros e o ponto final da via férrea, na época localizada em Várzea da Palma, nas proximidades de Pirapora. Esta perspectiva histórica corrobora os estudos de Paula (1957), quando este relata que em 1916, importava-se do Rio de Janeiro, artigos estrangeiros, fazendas finas nacionais, ferragens e armarinho. Nesta ocasião as mercadorias vinham pela

Central até Buenópolis ou Várzea da Palma, de onde tudo era transportado no lombo do burro ou carros-de-bois.

Neste contexto, as relações inter-regionais se processavam tanto com o Nordeste quanto com os importantes centros comerciais do centro sul, como Belo Horizonte e Rio de Janeiro. A estada de ferro ofereceu, na realidade, uma possibilidade para que Pirapora incrementasse suas relações mercantis e, por isso mesmo, passasse a se apresentar como um grande centro econômico no Norte de Minas.

Como fora explorado, anteriormente, a linha férrea que chegava em Pirapora trazia consigo propósitos muitos ambiciosos, uma vez que intencionava a promoção da interligação entre os Vales do Rio das Velhas e do São Francisco com os mercados do Centro Sul de Minas Gerais, fazendo de Belo Horizonte o grande comercial redistribuidor de produtos de subsistência e de outras mercadorias e unindo os pólos do estado, evitando o seu desmantelamento. Além disso, ainda pretendia formar um mercado consumidor no interior do país, onde a produção à margem do setor exportador pudesse ser realizada.

Foi com essa perspectiva que a via férrea chegou de Belo Horizonte até Curvelo (1904), avançando até as proximidades de um lugarejo conhecido Palma Velha, no município de Pirapora, onde, em 1910, inaugurou-se a estação de Várzea da Palma. Segundo Neto (1982), com a inauguração desta estação, houve um paulatino deslocamento do contingente populacional da pequena localidade de Palma Velha para as imediações da mesma, formando-se, assim, a cidade de Várzea da Palma, emancipada em 1953. Só em 1911, a via férrea chegou a Pirapora.

Posteriormente, conforme destaca Lessa (1993), ficou definido pelo Plano Ferroviário de 1935¹⁴, que a ferrovia deveria avançar em dois sentidos: um primeiro estendendo a ferrovia de Pirapora até Belém do Pará; e um segundo ligando Minas Gerais à Bahia, através da construção de um ramal que viria da cidade de Corinto, passando por Bocaiúva, Montes Claros e seguindo em direção ao Nordeste.

De fato, os estudos para a construção da expansão da via férrea de Pirapora até Belém, chegaram a ser iniciados. Mas, conforme destaca Lessa (1993), apesar da euforia com que as lideranças regionais esperavam a obra, o declínio do Ciclo da Borracha na Amazônia fez com que, a partir de 1918, os interesses nacionais se alterassem. Dentro da nova realidade econômica que se apresentava a nível nacional, tornou-se prioridade a ligação férrea de Minas

¹⁴ Isto em 1911.

Gerais com a Bahia, através da expansão da linha a partir de Corinto, passando por Montes Claros. Este trecho tinha importância tal que, em 1925, assumiu a condição de Linha Centro da Estrada de Ferro Central do Brasil. Enquanto, na mesma data, aquele trecho, que passava pelo município de Curvelo seguindo até Pirapora, foi rebaixado à condição de ramal ferroviário.

Acredita-se que este contexto influi bastante na realidade de algumas localidades regionais. No caso de Pirapora e demais localidades situadas nas proximidades daquela linha ferroviária, a paralisação da obra provocou uma queda substancial no volume de negócios e uma paulatina perda de sua importância no cenário regional. O município de Montes Claros, todavia, reforçou sua importância, assumindo a condição de “Boca do Sertão”, consolidando-se como o grande coletador e distribuidor de produtos regionais e extra-regionais.

Considerando as argumentações anteriores, pode-se concluir que, a partir do Século XIX, vários fatores concorreram para alterar a realidade econômica que a Região vinha apresentando. Segundo estudo da AMAMS (1993, p.10-11), “o aprofundamento destas transformações levaram as cidades ribeirinhas à perda de importância. Herança do movimento de ocupação, guiada pelo Rio São Francisco”, fazendo com que houvesse um paulatino deslocamento do eixo econômico das localidades próximas ao Rio São Francisco, que até então se apresentava como a própria razão de ser do Norte de Minas, para áreas mais afastadas deste.

Para Cardoso (1996), a estrada de ferro foi um fator de fundamental importância no processo de reorientação econômica da Região. Com a ligação ferroviária, segundo ele, é que começa a ser rompido o isolamento ao qual a região foi submetida desde o início do Século XVIII. Teria representado, ainda, segundo Cardoso (1996), muito mais que uma possibilidade para o incremento das relações comerciais da Região: teria sido, na realidade, a via pela qual o Norte de Minas começa a integrar a dinâmica econômica do Centro-Sul do País.

Esta idéia se aproxima, de certa forma, àquela exposta por Stralen (1980, p.8), quando este discute as alterações nas relações inter-regionais do Norte de Minas. Conforme relata o referido autor, “todo o processo de ocupação econômica e demográfica ilustra bem a influência da Bahia e do Nordeste, que diminui somente a partir do momento em que a região Sudeste se torna hegemônica no processo de acumulação de capital e que as relações com o Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo se intensificaram”.

Pode-se dizer, também, ainda, que a expansão da rede ferroviária esteve intimamente associada à conjuntura política da época e não apenas à econômica. A esse respeito, Lessa

(1993) destaca que a cidade de Belo Horizonte foi criada como centro estratégico e entroncamento de todas as vias férreas mineiras. Plano somente concluído na década de 1930, quando seu prestígio como capital efetivamente se fortaleceu.

É perfeitamente perceptível, no decorrer desta nossa discussão acerca da evolução econômica do Norte de Minas, que algumas localidades manifestaram-se como importantes centros comerciais e/ou produtores. Estas, no entanto, assumiram uma maior ou menor importância econômica em função de uma série de fatores estruturais, conjunturais e geográficos. Por esta perspectiva, acredita-se (afirmação de Cardoso, a qual eu concordo) que Pirapora, localidade que havia desfrutado de um momento extremamente fértil economicamente com a chegada da estrada de ferro, perdeu grande parte deste impulso, especialmente por causa da paralisação das obras de expansão de sua linha ferroviária. Enquanto isso, outras localidades passaram a desfrutar das vantagens proporcionadas pela expansão da linha férrea, que se tornou prioridade para o governo.

1.1.2 - SUDENE: “graças à desgraça”

Sempre houve a “preocupação” por parte dos Governos Centrais com alguns problemas apresentados pelo Nordeste, especialmente aqueles relacionados às secas. Mas, segundo Andrade (1970), foi principalmente a partir do Século XVIII, época em que o rebanho e a população do sertão nordestino se tornava cada vez mais numerosos, que os problemas causados pelas secas na região ganharam maior repercussão no cenário nacional. Mesmo assim, autores a exemplo de Cohn (1978, p. 57-58) afirmam que “foi somente a partir da grande seca de 1877, ou “Seca dos Dois Setes”, que se passou a encarar as secas nordestinas como um problema que, embora regional, exigia interferência federal”.

Neste sentido, muitos estudiosos, a exemplo de Oliveira (1993), consideram as intervenções do Estado, no “combate” às secas, como a primeira manifestação do planejamento das atividades governamentais para resolver os problemas da economia regional. Todavia, outros autores, como Jatobá (1979), embora aceitem a idéia de terem ocorrido distintas interferências governamentais em algumas regiões do país, não as admitem como políticas de planejamento regional, dizendo ser a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), no final de 1959, a primeira experiência de semelhante política.

Em 1909 é criada a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), órgão subordinado ao Ministério da Viação e Obras Públicas, do Governo Nilo Peçanha. Começou, a partir da criação desta Inspetoria, uma investigação mais profunda quanto a algumas características do semi-árido nordestino. Esta investigação, no entanto, se restringiu, praticamente, aos aspectos físicos e ambientais da região; não se preocupando com a investigação e a compreensão de aspectos relacionados a sua realidade econômica e social.

Em 1945, cria-se o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), em substituição ao IFOCS. O novo órgão, segundo Cohn (1978), seria o responsável pela construção das obras com o objetivo de prevenir e atenuar os efeitos das secas. Neste ponto é interessante notar que o DNOCS não foi concebido para combater os efeitos das secas especificamente na região Nordeste, mas sim, em todo o território nacional. Entretanto, o órgão foi capturado pelas oligarquias regionais nordestinas, que direcionaram suas ações para aquela região.

Em 1952 foi criado o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), primeiro órgão voltado, exclusivamente, para a região nordestina e com sede nesta. As diretrizes propostas pelo referido banco eram bastante inovadoras, representando um avanço na forma de se conceber os problemas do Nordeste. Sua política extrapolava as questões pertinentes às secas, englobando também a estrutura produtiva regional. Vale lembrar, entretanto, que só a partir de 1956, com a criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), é que, segundo Cohn (1978, p. 63) “(...) tem início uma série de medidas que passam a tornar viável, no nível técnico, sobretudo, um planejamento regional”.

A criação da SUDENE, autarquia que deveria realizar a política de fomento da região nordestina, se tornou realidade em 15 de dezembro de 1959, através da Lei 3.692, regulamentada pelo Decreto n.º 47.890/60. Conforme descreve um documento da SUDENE (1980), a autarquia teria como área de atuação os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. O Polígono das Secas de Minas Gerais somente foi incorporado à área nordestina no ano de 1963, através da Lei n.º 4.239. Este fato se deu, principalmente com o objetivo de evitar possíveis controvérsias nos repasses de verbas para a região.

O Norte de Minas é uma região bastante peculiar dentro do Estado de Minas Gerais. É como se fosse uma extensão do Nordeste brasileiro, nela se evidenciando muitas das características econômicas, sociais e culturais nordestinas. Assim, de acordo com um documento da Assessoria Para Assuntos da SUDENE (ASPAS) (1970, p. 03), “(...) sua

estrutura produtiva, seus hábitos e a própria origem de sua população, além da continuidade física de seu território e da identidade de sua ecologia com a região baiana vizinha, (...)”, faz com que os indicadores de subdesenvolvimento mais comuns no Nordeste, ali também, se verifiquem.

Talvez estas características tenham influído na inclusão da região mineira na área de atuação da SUDENE. Mas, na realidade, existem várias especulações acerca dos reais motivos que a levaram a incorporar tal área. Essas especulações, muitas das quais correntes apenas em meios não oficiais e, portanto, não registradas documentalmente, atribuem o fato desde aos aspectos técnicos até àqueles de cunho político e pessoal. De qualquer forma, a visão aceita oficialmente, conforme se verifica nos documentos da autarquia, a exemplo de SUDENE (1995, p. 11), é a de que tal inclusão “(...) foi fundamentada no fato de a área estar contida no Polígono das Secas e apresentar aspectos físico-climáticos similares aos do semi-árido nordestino”.

Até o início da década de 1960, não haviam políticas específicas e deliberadas de desenvolvimento que contemplassem o Norte de Minas. Somente a partir de sua incorporação à área do “Polígono das Secas” e sua conseqüente inclusão nas ações da SUDENE, em 1963, foi que a mesma passou a ser alvo de tais políticas públicas.

O Norte de Minas não foi considerado pela elite mineira que, junto ao Estado, articulava projetos de desenvolvimento para outras regiões de Minas Gerais. Pretendia-se buscar a modernização regional e recuperação do atraso econômico do estado. Todavia, tal projeto e as ações dele decorrentes, centravam-se na diversificação produtiva e na especialização industrial somente nas regiões centro e sul do estado, ficando, o Norte de Minas, portanto, alijado do projeto mineiro de desenvolvimento. Fica a cargo, então, do Governo Federal a condução do processo de modernização produtiva do Norte de Minas.

Ao analisar as modalidades de desenvolvimentos regionais identificadas em Minas Gerais, Otávio Dulci (1999) destaca a coexistência de três tipos de modalidades: 1) Num extremo, o modelo originário de industrialização, fruto da iniciativa de uma burguesia firmemente enraizada na vida local, baseado em fatores de mercado e sem maior interferência de variáveis políticas, tendo como caso clássico a cidade de Juiz de Fora; 2) Noutro extremo, os empreendimentos da área mineira da SUDENE, principalmente Montes Claros, segundo o autor, caracterizados por um fluxo de investimento resultante de uma política do governo federal, um “tipo de industrialização por iniciativa extrema, assinalado pelo manejo de meios institucionais para dinamizar áreas com baixa atratividade em termos de mercado” (DULCI,

1999, p. 192); 3) E, por fim, um terceiro tipo, identificado como a marca característica do desenvolvimento mineiro: a combinação do processo de desenvolvimento por impulso interno, combinando-se a fatores econômicos e políticos, o que significa o emprego de recursos políticos no aproveitamento de condições potenciais de mercado.

O modelo de desenvolvimento implantado no Norte de Minas, consoante os planos de desenvolvimento da época, era orientado pelas teorias de crescimento econômico, calcado na ação do Estado planejador e interventor. Buscava-se criar condições para a produção e para a reprodução capitalista, sendo, para tanto, necessário o estabelecimento de condições estruturais em detrimento de concepções e estruturas sociais já existentes nos locais alvos do desenvolvimento.

Na época, propugnava-se pela necessidade de integrar o Norte de Minas ao processo de desenvolvimento nacional. O processo de modernização das estruturas econômicas da região Norte de Minas desenvolveu-se através de ações conjugadas de organismos federais, como a SUDENE, com incentivos fiscais e financeiros voltados para a industrialização e grandes projetos agropecuários; e da Companhia para o Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco e Parnaíba – CODEVASF, que se ocupava do desenvolvimento econômico da Bacia do Rio São Francisco, através de ações e projetos agro-industriais, tendo como alicerce básico a agricultura irrigada. As ações conjugadas destas agências federais se distribuíram basicamente em quatro eixos: a) grandes projetos agropecuários; b) industrialização; c) reflorestamento; d) e projetos de irrigação.

Em 1974 foi criado o Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR, que tinha o objetivo de atrair recursos das áreas mais desenvolvidas do país para o Nordeste, ou para a área da SUDENE, onde se inclui o Norte de Minas. Este fundo tinha como fonte de financiamento contribuições dos estados que abrangiam a área da SUDENE e do governo federal. Caracterizava-se pela liberação de incentivos fiscais e financeiros à iniciativa privada, contribuindo para a implantação de vários empreendimentos.

Os projetos de pecuária de corte e de reflorestamento foram os que receberam maior volume de investimentos e incentivos. Por meio deles, os proprietários rurais norte-mineiros e de outros locais se modernizaram, capitalizando-se a partir da transformação de suas fazendas em empresas rurais. Diversas empresas brasileiras originadas em outros estados ou regiões de Minas Gerais, utilizando-se dos mecanismos de incentivos fiscais e financeiros, adquiriram terras e implantaram empresas rurais na região. O Banco Nacional criou uma fazenda no município de Januária. No entanto, isso gerou poucos postos de trabalho, uma vez que estas

duas atividades (pecuária de corte e reflorestamento) exigem pouca mão-de-obra. É decorrente da modernização das fazendas e dos fazendeiros uma imensa concentração de terras, pois pequenas propriedades foram incorporadas às novas grandes áreas agro-pastoris ou de reflorestamento. Ocorreu, ainda, a expulsão de posseiros e agregados e a ocupação das áreas comunais, utilizadas pelas populações tradicionais, por empresas reflorestadoras num processo de grilagem que mais adiante será abordado. A concentração fundiária na região produziu a desestruturação da pequena produção e até mesmo seu desaparecimento, gerando a expulsão do homem do campo e um grande movimento de fluxo migratório.

Outro aspecto que merece destaque foi a ampliação das relações norte-mineiras com o Centro-Sul. A partir da criação da SUDENE, intensificaram-se os esforços dos governos federal e estadual no sentido de promover a integração de sua economia àquelas do dinâmico Centro-Sul do País. Por isso mesmo, preocupou-se em dotar o Polígono das Secas mineiro de condições infra-estruturais, de maneira a que, ali, se expandissem formas de produção capitalistas mais modernas. Por isso mesmo, autores a exemplo de Machado (1987, p. 09), argumentam que as intervenções governamentais, além de reforçarem algumas tendências e ideologias modernizadoras, foram as grandes responsáveis pela instalação das condições necessárias à reprodução capitalista na região.

Esse contexto, além de promover a paulatina transformação em muitas das características apresentadas pela estrutura produtiva norte-mineira, contribuiu também para que vários de seus aspectos sociais, econômicos e culturais se alterassem e/ou mesmo se reforçassem. Neste ambiente de transformações, os centros urbanos norte-mineiros que na época dispunham de melhores condições infra-estruturais e de um empresariado com maior capacidade para perceber a nova realidade, como foi o caso do município de Montes Claros, receberam uma maior gama de benefícios reforçando assim sua posição de destaque na região.

A paisagem regional também se transformou. Em estudos desenvolvidos em âmbito do Grupo de Estudos Ambientais (GEA) (1991), verificou-se que, entre 1970 e 1990, a cobertura florestal de matas nativas caiu de 85% para 35%. Dos 1.138 cursos d'água da rede hidrográfica, 558 secaram. Conseqüência direta disto foi o desaparecimento de distintas espécies da fauna e flora regional, e a desertificação de grandes áreas, sem contar o envenenamento de rios e fontes de água, decorrentes dos processos de modernização da produção agrícola.

Todo esse quadro retrata a pobreza a que foi conduzida a população da região, pela quebra de sua convivência com o ecossistema regional realizada pelas transformações ocorridas pela intervenção estatal, via SUDENE, no sistema produtivo regional. A partir da descrição de GEA (1991), sobre as relações estabelecidas entre o norte-mineiro e seu espaço, podemos questionar a “naturalização” da pobreza norte-mineira, lembrando a fartura existente na região, paradoxalmente, antes das políticas de modernização e desenvolvimento.

A organização da produção permitia o auto-sustento das famílias, a partir da interdependência e articulação da grande fazenda e agregados com os pequenos agricultores. As chapadas, territórios coletivo, “terra de ninguém”, eram de apropriação comum, e complementavam a criação de gado, o extrativismo, a alimentação e a medicina. Com grande variedade de leguminosas, frutos e fauna, as chapadas tinham sua utilização baseada na coleta, caça e extração de seus produtos, bem como na criação de gado “na solta”. O rebanho se constituía em valor de reserva para os pequenos produtores, em caso de necessidade (GEA, 1991).

De acordo com Dayrell (1998), com o processo de “modernização conservadora” um novo quadro sócio-econômico e ambiental se desenhou para os agricultores familiares, que tiveram acesso à áreas de chapada, tradicionalmente utilizadas para o extrativismo vegetal e animal, restringido ou pelos eucaliptos ou pelas cercas das áreas de pastagens destinadas à pecuária extensiva. O uso intensivo de agroquímicos e a destruição das matas ciliares ao longo dos rios e nascentes provocaram a contaminação e escassez dos recursos hídricos. As políticas de crédito estavam direcionadas para os quatro pilares do desenvolvimento rural regional, quais sejam: agricultura/fruticultura irrigada, monocultura de eucalipto, pecuária extensiva e monocultura de algodão (DAYRELL, 1998).

Para Dayrell (1998, p. 07), ainda, esse processo de modernização abalou os pilares de sustentabilidade da agricultura familiar norte-mineira, quais sejam:

restrição no acesso aos recursos naturais: maior concentração das terras; redução das áreas de vegetação nativa tradicionalmente utilizadas para coleta extrativista e criação de animais “na solta”. Além disso, secamento dos principais rios, córregos e brejos da região que funcionavam como verdadeiros oásis no meio dos períodos de seca; difusão em larga escala da uniformização de culturas (monoculturas) e de variedades de plantas cultivadas geneticamente uniformes, em substituição das variedades locais, selecionadas secularmente pelos camponeses e adaptadas às condições de estresses agroambientais; restrição dos mercados e feiras livres, provocados pelo empobrecimento dos municípios e pela competição que os seus

produtos enfrentam com os oriundos das agroindústrias, ensacados e enlatados.

Dessa forma, a agricultura familiar no Norte de Minas desenvolveu novas formas de convivência com os agroecossistemas, reorientando suas estratégias produtivas (BARBOSA; FEITOSA, 2006). Em localidades onde foi predominante o monocultivo do algodão, por exemplo, grande parte dos agricultores familiares transformou suas propriedades em minifúndios monocultores. Estabeleceram relações com o crédito oficial, notadamente o Banco do Nordeste, para os investimentos necessários, e venderam a sua produção para as agroindústrias de beneficiamento do algodão, instaladas, particularmente, no município de Porteirinha/MG (BARBOSA; FEITOSA, 2006). Tal intercâmbio, ainda para Barbosa e Feitosa (2006), causava grande dependência da agricultura familiar ao crédito oficial, aos insumos agroquímicos e à agroindústria beneficiadora.

Ao final do ciclo do algodão, no final da década de 1980 e início da década de 1990, restaram aos agricultores familiares a reorganização de estratégias de produção em condições de restrições ambientais¹⁵ e socioeconômicas¹⁶.

Nas regiões onde predominaram o monocultivo do eucalipto, por exemplo, o caso do município de Rio Pardo de Minas, restaram aos agricultores familiares a alternativa de se refugiarem nos estreitos corredores, próximos ao leito dos córregos. Isso porque as chapadas e áreas de nascentes estavam ocupadas com aproximadamente, 1.436.050 hectares de monocultura de eucalipto (Dayrell,1998). Estas são, geralmente, áreas de terrenos devolutos concedidas pelo Estado, e os investimentos foram feitos, principalmente, através de financiamentos com recursos do Fiset.

Com relação à pecuária extensiva estavam destinados em 1985 cerca de 4.456.745 hectares. Tem-se como exemplo o município de Varzelândia que em 1985 tinha 75% de sua área destinada à pecuária extensiva (BARBOSA; FEITOSA, 2006).

A transformação da base técnica da agricultura de subsistência para a comercialização exigiu dos lavradores maior suporte de capital financeiro e aumentou sua dependência em relação ao mercado, tanto para colocar seus produtos neste mercado, quanto para adquirir insumos ou bens de primeira necessidade, conforme estudos de Rodrigues (2000).

¹⁵ Solos desgastados e escassez de recursos hídricos.

¹⁶ Segundo Barbosa e Feitosa, estavam, em grande parte, endividados e em situação de empobrecimento ascendente.

As ações implementadas pela SUDENE significaram um grande impulso para as atividades industriais da região, que tiveram um crescimento substancial entre 1970 e 1985. Destacaram-se Montes Claros, Pirapora, e Várzea da Palma, como grandes pólos industriais regionais. A grande concentração dos investimentos em alguns municípios não propiciou, no entanto, o dinamismo da economia norte-mineira como um todo. Acentuaram-se as disparidades entre as microrregiões norte-mineiras apesar do volume dos investimentos realizados e da qualidade de empreendimentos beneficiados na região (pela SUDENE) até recentemente.

Destaca-se a instalação de grandes projetos de fruticultura irrigada como o caso do Projeto de Colonização do Jaíba, que, segundo Rodrigues (1998, p. 270), foram investidos recursos da ordem de US\$ 471.275.419,03 pelos Governos Federal e Estadual. A utilização dos maciços homogêneos de eucalipto para o fornecimento de carvão para as siderúrgicas da região do quadrilátero ferrífero; O investimento de agentes financeiros, como o Banco do Nordeste (BNB) e Banco do Brasil (BB), na pecuária extensiva, ocupando milhões de hectares; E a monocultura do algodão, notadamente, nos municípios da micro-região da serra geral (Porteirinha, Mato Verde, Monte Azul e Espinosa). É importante ressaltar que esses eixos da modernização rural no Norte de Minas se apresentaram com maior ou menor intensidade em alguns municípios e micro-regiões.

Esse modelo de desenvolvimento rural do Norte de Minas, baseado nos princípios da “Revolução Verde”, com uso intensivo de mecanização e pacotes agroquímicos, se por um lado provocou a “modernização do campo”, por outro implicou no empobrecimento dos agricultores familiares, na degradação dos recursos naturais e na manutenção da concentração fundiária (BARBOSA; FEITOSA, 2006). Fenômenos denominados “viúvas da seca”, “comunidades fantasmas” e “escravos do carvão”, ficaram nacionalmente conhecidos devido, sobretudo, ao deslocamento sazonal de agricultores familiares para trabalharem nas lavouras de café e cana-de-açúcar no sul de Minas Gerais e interior de São Paulo, respectivamente, bem como através da utilização da mão-de-obra familiar regional em condições sub-humanas pelas reflorestadoras, nos seus fornos de produção de carvão.

Sobre as condições de vida da população da região, Rodrigues (2000) afirma que, apesar da melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a partir da década de 1970, a região tem a média do IDH muito menor que a do estado. Ao se considerar o IDH Renda, isoladamente, o Norte de Minas continua na situação de “baixo desenvolvimento” e que vem

piorando na última década. Estes indicadores refletem a proporção da população abaixo da linha de pobreza, que aumentou de 65% na década de 1980 para 75%, no ano de 1991.

Analisando esta situação, Rodrigues (2000), afirma que

Esses projetos não conseguiram gerar número significativo de empregos, capaz de reter a força de trabalho antes dedicada à agricultura de subsistência. Houve melhora significativa no setor de infra-estrutura, sendo a intervenção do Estado decisiva nesse aspecto. Contudo, observando-se a estrutura mais recente da economia local, continua a grande desigualdade de condições de vida entre os segmentos da população, tanto em áreas rurais, quanto em áreas urbanas e o baixo desenvolvimento da região com relação às demais do estado de Minas Gerais (RODRIGUES, 2000, p. 124).

A autora afirma, ainda, que, contando com a presença forte do Estado, promoveu-se, na região, a diversificação com ênfase na industrialização, o desenvolvimento da subestrutura secundária e a modernização de segmentos da estrutura primária. A região apresentou enorme crescimento econômico nas últimas décadas. As taxas de crescimento do PIB da região, de 1985-1995, foram superiores às do Brasil e às do estado (3,70%). Tal crescimento, no entanto, não se refletiu de modo igual em todos os segmentos da população.

As lacunas deixadas pelas políticas estatais contribuíram para o surgimento, ao longo dos anos, no Norte de Minas, de associações, sindicatos, ONG's, organizações preocupadas com a discussão e a promoção do desenvolvimento regional ou, em caráter mais prático, preocupados com a garantia de melhores condições de vida dos vários grupos isolados que representam.

1.1.2.1 - A Expansão Capitalista no Norte de Minas

Principalmente com a expansão ferroviária na direção de Montes Claros, no início do Século XX, a economia das localidades próximas ao Rio São Francisco perde o ritmo e as áreas que margeavam a ferrovia que se expandia em direção à Bahia ganham força econômica. Essas áreas, devido a fatores conjunturais, associados à possibilidade de exploração da pecuária bovina de engorda, passaram a ser bastante demandadas. Pode-se dizer, inclusive, que a área das invernadas a partir de Montes Claros, chegou a se constituir na principal porta de entrada para o capital extra-regional.

O interesse pelas aquisições de terras na região norte-mineira se manifestou de forma mais intensa, ao longo da via férrea que vinha de Belo Horizonte, passando pelos municípios

de Corinto e Montes Claros, para daí seguir na direção de Monte Azul e Espinosa, já nas proximidades da Bahia. Aos poucos, este interesse pelas terras regionais se expandiu para outras áreas do Norte de Minas. Neste processo, conforme aponta Gervaise (1975), entre as décadas de 1920 e 1930, as transações mercantis de terras eram de pequena dimensão. As mais representativas foram efetuadas por compradores residentes em Montes Claros, que realizaram inversões em terras localizadas, principalmente, em Bocaiúva, município beneficiado com a via férrea.

Na década de 1940, as compras se concentraram tanto em Montes Claros quanto em Francisco Sá e Juramento. Nesta época, a maior parte dos compradores eram procedentes da própria região, mas, já se registrando a aquisição de grande área por industriais oriundos de Belo Horizonte. Na segunda metade da referida década, as aquisições de terras já tendiam a se concentrar em torno do município de Janaúba.

Só a partir da década de 1960, começa a se evidenciar mais nitidamente a aquisição de terras numa zona destinada especificamente às invernadas. Esta atividade era praticada nas melhores terras ao longo das vias de comunicação das localidades mais afastadas. Porém, mesmo considerando a ocupação destas terras, em áreas mais isoladas, as negociações de terras em torno de Janaúba continuaram aquecidas. Conforme aponta Gervaise (1975), por exemplo, só no período de 1969/1971, as compras de terras com extensão igual ou maior que 100 ha, no município de Janaúba, atingiram o substancial montante de 137.559 ha.. É interessante notar ainda que no período de 1964 a 1971, as negociações de terras no referido município atingiram cerca de 138.000 ha., valendo notar que 54,22% dos compradores não eram procedentes da localidade (GERVAISE 1975)

Este contexto fica mais claro ao analisarmos os argumentos que Andrade (1982) utilizou para explicar os motivos que faziam com que as aquisições de terras se tornassem economicamente tão interessantes. Segundo Andrade (1982), tanto a burguesia urbana quanto as empresas transnacionais compreenderam as vantagens de se adquirir terras num país novo, em ocupação, com altas taxas inflacionárias, de fácil acesso a crédito subsidiado para empreendimentos rurais e mão-de-obra barata. Pois, tal realidade tornava atraente tanto à exploração produtiva das terras, devido às vantagens auríferas com os baixos custos e amplo mercado, quanto a sua simples detenção como reserva de capital, uma vez que estas se valorizavam numa proporção superior à correção monetária dos ativos financeiros.

No caso específico do Norte de Minas, além destas vantagens, os investidores tinham, especialmente a partir da década de 1960, a possibilidade de desfrutarem de incentivos fiscais

e créditos proporcionados pela SUDENE a projetos envolvendo grandes extensões territoriais, ligados à atividade agropecuária e de reflorestamento. Por isso mesmo, não só na área das invernadas, mas na região norte-mineira como um todo, a excelente oportunidade de investimento representada pelas aquisições de terras fez com que aumentasse a demanda pelas mesmas. O desencadeamento deste processo contribuiu sensivelmente para alterar a realidade econômica e social norte-mineira. E contribuiu para provocar, por exemplo, o assalariamento da mão-de-obra preexistente bem como a sua expulsão para centros urbanos próximos, onde permanecia à disposição do capital a baixos preços; ou para áreas rurais mais afastadas e menos férteis, onde passavam a explorar culturas de subsistência. Este quadro se torna mais negativo quando se percebe que:

O acentuado incremento da população rural, em regiões de solos pobres e com exploração das melhores glebas pela pecuária extensiva, [agravava] o desequilíbrio entre a crescente pressão sobre a terra e a oferta inelástica desse fator, [e tendia] a deprimir ainda mais os ínfimos padrões de produtividade agrícola, pela incorporação de terras menos férteis (...), sem nenhuma melhoria dos métodos de trabalho (SUDEMINAS, 1967, p. 52).

Esta população preexistente na zona rural norte-mineira foi transformada, na verdade, em agregados, posseiros e pequenos proprietários, ou seja, em mão-de-obra barata para o capital. Essas transformações, entretanto, nem sempre se manifestaram de forma pacífica. De fato, na medida em que grandes grupos econômicos ingressavam na região, encontravam a resistência das populações ali estabelecidas. Estas, no entanto, normalmente acabavam por serem expulsas de suas terras. Como exemplo desses conflitos de terra, é possível citar o caso de Cachoeirinha, no município de Varzelândia, e o caso de Brejo do Mata Fome, no município de Itacarambi, este último envolvendo descendentes indígenas dos Xakriabá¹⁷. Também, na mesma região, veremos à frente, a História de Saluzinho, em Varzelândia.

No que se refere aos pequenos núcleos urbanos e povoados, a região também apresentou evidentes transformações, principalmente no que se refere ao aspecto populacional. Pois, enquanto alguns destes passaram por um processo de esvaziamento, outros vivenciaram um processo de grande crescimento. Para Stralen (1980, p. 136), parece que desabou “(...) um quadro de desorganização social sobre os povoados espalhados na região. Em uns, a situação era de quase abandono (...). Em outros, a população crescia, aparecendo serviços improvisados para atender às novas necessidades de consumo”.

¹⁷ À frente, estão descritos, mais detalhadamente, estes conflitos.

É interessante notar, também, que esta estrutura fundiária concentrada bem como as características da atividade praticada no Norte de Minas, representava um problema também no que se refere ao emprego. Conforme destaca um estudo elaborado pelo Grupo Regional de Integração Social (GREIS) (1980, p.5), “o processo de concentração de propriedades associado à pecuária extensiva, atividade pouco absorvedora de mão de obra, vai resultar em conseqüências negativas para o nível de emprego e a conseqüente liberação/expulsão de mão de obra rural”.

De acordo com os estudos de Gervaise (1975), entre 1950 e 1960, a expansão agrícola norte-mineira se manifestou de forma bastante evidenciada. Neste processo expansionista, a incorporação de novas terras à atividade agrícola chegou até mesmo a se processar em ritmo mais elevado que a média do Estado. Isto, no entanto, não motivou profundas modificações nos rendimentos provenientes da terras e do trabalho na região, pois suas estruturas tradicionais se mostraram mais sólidas que os fatores modernizantes emergentes. De qualquer forma, pode-se dizer que, com maior ou menor intensidade, no decorrer deste processo de expansão agrícola, verificaram-se, pelo menos, algumas transformações expressivas na estrutura produtiva regional. Pode-se dizer que, quanto à estrutura produtiva rural da região, a expansão agrícola vivenciada contribuiu sensivelmente a expropriação de grande contingente da população do campo.

No ano de 2002, estudo realizado pelo Instituto de Terras de Minas Gerais (ITER) publicou relatório que discriminava o seu território e, neste era possível visualizar que Minas Gerais possuía 11 milhões de hectares de terras devolutas. Deste número, 63 % estava localizado no Norte de Minas, ou seja, cerca de 6.930.000 milhões de hectares.

Na década de 1930 com o avanço dos trilhos pelo Norte de Minas, distintas comunidades foram desapropriadas de suas terras. Principalmente a partir da construção da cidade de Burarama, hoje Capitão Enéas, em 1945, o desmatamento nas áreas de cerrado e de mata-seca para captação de madeira para fabricação de dormentes, que serviriam de suporte aos trilhos da estrada de ferro, foi um dos maiores responsáveis pela descoberta de dezenas de comunidades negras na região, além de outras comunidades posseiras. Dentre essas comunidades, a comunidade negra de Brejo dos Crioulos. Neste período, pelo desenvolvimento regional propiciado pelo avanço da estrada de ferro e, a partir de 1960 pelos incentivos da Sudene, iniciou-se um processo que foi chamado por pesquisadores, a exemplo Costa (2000), de “tempo do cercamento”, e chamado por agricultores, principalmente posseiros e descendentes dessas comunidades negras de “tempo da desgraça”.

Se, em 2002 estimava-se que cerca de aproximadamente 7 milhões de hectares de terras do Norte de Minas fossem devolutos, quantos hectares não seriam no início do século, se tivéssemos as contas do número de terras griladas na região?

Com o processo de cercamento, marchou, para o Norte de Minas, uma massa incontável de agrimensores, ou a serviço de fazendeiros ou autonomamente, oferecendo os seus serviços a quem deles solicitassem. Neste período, inúmeros posseiros perderam as suas posses num tensionamento em que a *orality* foi sobreposta pela *literacy*. Ou seja, configurava-se a formação de duas posições diretamente opostas: a dos posseiros, marcada pela *orality*, mesmo havendo alguma providência no sentido de legalização formal das terras; e a dos fazendeiros e agrimensores, com o domínio e o pleno acesso a esse código moderno e legal, onde prevalece a *literacy*. Este é um ponto de convergência entre vários grupos de camponeses levantados pro Woortmann E. (1983), Soares (1981), Esterci (1987) e Almeida (1988), entre outros, onde se percebe uma estranheza quanto ao código burocrático-legal.

Não bastava estar na terra e dela ser ocupante ao longo de gerações: sem um documento que o nomeasse proprietário, instalava-se o que foi chamado de “terra de ausente”, ou “gleba de ausente”, que consistia no seguinte: o agrimensor, depois de medir os marcos limites de cada terreno, retirava uma porção, na época medida em “um mil reis”, como assim informaram Seu Jaime e Seu Lucrécio (agricultores de Varzelândia), e esta porção era chamada “terra de ausente”. Ou seja, como não era apresentado um proprietário legal, para não estabelecer aquele terreno como pertencente à União (terra devoluta), supunha-se que “alguém, que estivesse ausente, seria o tutor legal da terra”. Em outras palavras, pouco tempo depois ou algum fazendeiro local, ou outro qualquer, ou até mesmo o próprio agrimensor, requeria aquela parcela de terras como sendo suas. A “terra de ausente” se tornou o meio mais eficaz de se grilar terras naquela região naquele período.

A imensa maioria da população rural, constituída por posseiros, reproduzia-se por meio de um sistema de produção autônoma, organizada, na exploração de culturas alimentares, nas terras baixas e encostas, na criação de animais e na utilização coletiva das chapadas para coleta, caça e criação de gado. Essa população foi, aos poucos, sendo engolida ou expulsa pelos grandes projetos que chegaram com o processo de modernização da região, a partir da década de 1960 (SILVA, 2000). Esta população, ou permaneceu em suas antigas posses na condição de arrendados ou agregados, ou migraram para as cidades da região, principalmente Montes Claros, que atraía operários para trabalharem nas indústrias recém criadas no município, também viabilizadas pela SUDENE.

Analisado o perfil demográfico da cidade de Montes Claros, comparando seus distintos períodos, desde aquela época, percebe-se um inchaço marginal no município, principalmente na região que circunda o Distrito Industrial, com os bairros Eldorado, Vila Castelo Branco, Vila Áurea e Amazonas; e a região que concentra o Grande Major Prates, com os bairros Jardim São Geraldo, Chiquinho Guimarães, Cyro dos Anjos e Vila Greice.

Dos bairros citados acima, durante os setembro e novembro de 2009, contadas uma população estimada em 62.000 pessoas, foi retirada uma amostra igual a 385 questionários, divididas em contagens diretamente proporcionais à população de cada região, e subdividida em contagens simétricas entre homens e mulheres acima de 15 anos de idade, o que gerando um Índice de Confiança igual a 98% e um Erro igual a 5%. Desta pesquisa foi analisado que as duas regiões estudadas, qual sejam as do entorno do Distrito Industrial e do entorno Grande Major Prates, são formadas por massas de parentelas, respectivamente, uma advinda da região rural norte do Norte de Minas, e outra advinda das regiões rurais sul e sudeste do Norte de Minas. Na região do Distrito Industrial foram encontrados os sobrenomes Siqueira, Dias e Fonseca advindos da região de Janaúba e Jaíba (31 % da população) e Lopes e Oliveira advindos das regiões de Varzelândia e São João da Ponte (27% da população), o que somam 58% daquela população; e no entorno Grande Major Prates foram contados os Fonseca, Almeida, Dias, Leite e Medeiros, Ruas e Alves (62 % da população), advindos das zonas rurais de Montes Claros, Claros dos Poções, Bocaiúva, Juramento e Coração de Jesus. Segue, anexo, modelo do questionário aplicado.

Não foi objeto desta pesquisa a análise dos deslocamentos humanos e fluxos migratórios no Norte de Minas, mas tais dados foram construídos apenas na expectativa de visualizar, ainda que de forma superficial, alguns dos sintomas provocados pelo processo de desapropriação de posseiros nesta região para esse período.

Em todos os estudos de conflitos rurais para o Norte de Minas há a presença de populações posseiras lutando em defesa de seus territórios. Isto porque, mais uma vez cabe dizer, esta é a população predominante na região. Antônio Dó e Saluzinho foram os grandes personificadores desses conflitos. Após a década de 1980, com a abertura política no País, aqueles “bandidos”, “heróis dos posseiros” (nas palavras de Alvimar Ribeiro, Coordenador Estadual da CPT), terão suas imagens cravadas na bandeira que se instalará na luta pelo direito ao acesso e permanência na terra.

1.2 - A População Norte-Mineira

A população norte-mineira é recorrentemente reconhecida como portando uma única identidade, a sertaneja, não uma identidade sertaneja genérica, mas sim sertaneja mineira. Nesse sentido, podemos encontrar no viajante francês do século XVIII, Saint-Hilaire (2000), a afirmação da multiplicidade sertaneja em Minas, onde, apesar de relatar sua multiplicidade, caracterizou, apenas, o sertão norte-mineiro. Para ele a população sertaneja da região era “quase toda ela composta de homens de cor [caracterizados por uma] indolência (...), maior que a dos outros mineiros (...). A criação de gado a que se entregam, exigindo pouca atividade, favorece sua tendência à moleza” (SAINT-HILAIRE, 2000. p. 308 e 309). Há uma negativização nesta representação identitária da população norte-mineira frente às outras populações da sociedade em que se encontra inserida, e o que a distingue das demais é o fato de ser sertaneja.

Como vimos no início deste capítulo, a ocupação da região Norte de Minas remonta ao período das concessões de sesmarias. Chegada à região, a primeira tarefa imposta ao “homem-branco português” e ao seu domínio sobre o sertão do alto e médio vale sanfranciscano foi o combate ao indígena e ao negro aquilombado.

Expulsos e empurrados do litoral para os sertões do São Francisco, também grupos indígenas, nesse período, organizaram resistência ao combate dos bandeirantes. No decorrer do Século XVII, milhares de índios foram mortos ou escravizados; outros buscaram proteção nas aldeias dirigidas por missionários que também se instalaram na região.

O *Mapa Etno-Histórico de Curt Ninuendaju* (1987) demonstra a região Sul da Bahia e o Norte de Minas circundado pelos Amipira, Tobajara e Maracá, no século XVI; pelos Akroá e Xakriabá, no século XVIII. Já no século XIX não se registra a presença indígena nestas regiões, exceto pelos Xakriabá que, segundo Santos (1997) constituem o mais numeroso povo indígena do estado de Minas Gerais, resultado de um longo processo de disputa e negociações, envolvendo inúmeras pressões sobre o território tradicional dos ditos “caboclos” ou “sucessores” dos índios de São João das Missões.

Outro fator importante de considerar a ocupação e povoação Norte-Mineira, são as inúmeras missões religiosas que, não diferentemente do restante do País, tiveram associação ao processo de integração do território nacional e incremento de frente econômica. Em muitos casos, como o que se deu no Norte de Minas, muitos dos movimentos colonizadores pela região valeram-se da mediação dos missionários jesuítas, sobretudo a partir do século XVII,

como assim descreve Carvalho (1991) sobre as entradas missionárias, do século XVI ao século XVIII, desde o baixo São Francisco até os tributários Verde Grande e Verde Pequeno, no sertão Norte-Mineiro.

Muitas missões e reduções de religiosos – ainda que resistindo tenazmente e sustentando longos conflitos com os senhores de gado – acabaram por colocar à disposição das fazendas uma extensa mão-de-obra “domesticada” que, em muitas ocasiões, tornou-se escrava. Nos sertões baiano e Norte-Mineiro, os estabelecimentos e missões religiosas eram utilizados pelo Governo como barreira contra os ataques dos índios, sobretudo dos Acroá e Mocoá (SILVA, 1998).

Com a descoberta do ouro na região central do Minas, um grande contingente populacional se dirigiu a essa região, ficando a agricultura, nessa região, relegada a segundo plano.

Nos estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Maranhão, Espírito Santo, dentre outras regiões, estabeleceu-se muito cedo o afluxo de forros, fator este que concorreu para a existência, em Minas, de expressivos núcleos de ex-escravos. Entre os que se transferiram para a região do ouro, muitos eram escravos que vinham acompanhado seus proprietários e, lá, alcançaram a manumissão. Após a crise da extração mineral, a migração pode ter continuado marcante, uma vez que a expansão das atividades voltadas para o mercado interno oferecia oportunidades para as camadas mais humildes da população (PAIVA, 1995).

Esse intenso povoamento configurou os sertões baiano e norte-mineiro como palco de um trânsito regular e ininterrupto de homens e riquezas. O trânsito e afluxo de víveres; a produção de mantimentos e gêneros necessários ao abastecimento das minas; a menor utilização do escravo na atividade econômica pecuarista, hegemônica na região; o surgimento de vilas e arraiais, com suas vendas e postos de abastecimento, imprescindíveis a qualquer penetração mais efetiva, acabaram por favorecer o surgimento de uma nova formação social específica na região.

Segundo Viana Filho (1988, p. 195-196),

O sertão não foi hostil ao negro. A sua organização econômica, no entanto, repeliu o escravo negro. Primeiro associado ao açúcar, depois às minas, e mais tarde às plantações de café, o escravo africano, dentro da economia rudimentar das caatingas e dos campos de criação, foi um elemento deslocado. Para isso concorriam muitos fatores. Primeiro o seu alto preço, em desacordo com a pobreza das explorações da região. Depois a própria natureza dos serviços locais, reclamando apenas limitado número de

trabalhadores afeitos ao conhecimento geográfico dos tabuleiros sem fim, e destinados a uma constante mobilidade no rastro dos animais tresmalhados. Por último, a impossibilidade de uma severa fiscalização, como a que exerciam os feitores atentos nos canaviais e nas minas. Tudo conspirava contra o regime da escravidão negra. Caro, ignorando a região, sempre disposto à fuga, o negro não oferecia (...) as mesmas vantagens que dele fizeram o trabalhador indispensável do litoral.

Conforme Silva (1998), muitos negros alforriados, livres e libertos aportaram nas margens do rio São Francisco, quer como mão-de-obra ocasional e flutuante, quer como posseiros, agregados ou mesmo rendeiros em pequenos sítios no interior das imensas fazendas de gado da região, sobretudo nos momentos de decadência e esvaziamento da atividade mineradora. Silva assinala a extensa penetração e o sólido estabelecimento do elemento negro ou não-branco no sertão sanfranciscano, não como contingente escravo propriamente, mas como parte de um pequeno e embrionário campesinato não-branco, constituído de livres, libertos e alforriados, caracterizados como posseiros, rendeiros ou lavradores agregados à grande fazenda de gado.

Outro autor que se debruçou sobre a representação sertaneja da sociedade criadora de gado do Norte de Minas foi João Guimarães Rosa que construiu um olhar ficcional sobre a mesma, sobre sua cultura e sobre sua identidade regional¹⁸. Em *Grande Sertão: Veredas* (2000), esse autor tinha como objetivo construir uma leitura do Brasil, a partir do sertão, que se distinguisse da leitura feita por Euclides da Cunha (2000), que situou sua narrativa no sertão baiano, aquele da geografia da Guerra de Canudos. Nessa perspectiva, o autor procurou construir uma visão histórica e não pitoresca da sociedade sertaneja, como construtora de uma brasilidade específica. Para Bolle (2000), Guimarães Rosa se propõe a oferecer uma visão da sociedade sertaneja em toda a sua escala social. Ele quis “apresentar uma multidão viva, diferenciada em subgrupos” (idem, p. 221). O próprio autor da saga de Riobaldo colocou, na voz do narrador da história, que a sociedade sertaneja se caracteriza como sendo:

um país de pessoas, de carne e sangue, de mil-e-tantas misérias... Tanta gente – dá susto de saber – e nenhuma se sossega: todos nascendo, crescendo, se casando, querendo colocação de emprego, comida, saúde, riqueza, ser importante, querendo chuva e negócios bons... (GUIMARÃES ROSA, 1986, p. 8).

¹⁸ Diversos autores têm analisado sua obra e afirmado, a partir dos topônimos, a localização geográfica dos cenários de seus romances, como sendo, principalmente, o norte de Minas.

Entretanto, o objetivo roseano não era caracterizar os subgrupos internos à sociedade sertaneja em suas identidades. Ficcionalmente, ele retrata alegoricamente a maioria da população brasileira, trazendo para o primeiro plano os marginalizados da história econômica do nosso país, conforme argumentado por Bolle (2000, p. 215). A representação construída, apesar da ficcionalização da realidade e da cultura regional, desde dentro, não permite compreender a multiplicidade de identidades existentes no interior da sociedade sertaneja.

As sociedades situadas no vale do rio São Francisco foram estudadas por Donald Pierson (1972) que considerou, na região média da bacia, a existência de uma representação identitária englobante da população norte-mineira, ou seja, a sertaneja. Porém, em decorrência do objetivo do estudo de compreender o homem no vale do São Francisco, foram apresentadas diversas representações identitárias subsumidas à sertaneja.

Nos cerrados os pesquisadores identificaram geraizeiros, caatingueiros, vazanteiros, barranqueiros e chapadeiros. Esses signos identitários, que informam as especificidades das populações locais, vinculam-se a algumas das diversas ecologias que compõem o bioma Cerrado. Os geraizeiros e chapadeiros encontram-se localizados nas faixas de cerrado. Os caatingueiros, por sua vez, residem na área onde existiu uma floresta de caatinga arbórea. Por fim, os vazanteiros estão situados nas áreas de vazantes dos rios existentes no território regional, sendo que, os habitantes das margens do rio São Francisco são denominados como barranqueiros. Ao longo da história regional em função da maneira como o homem aqui se localizou, “estruturou-se um modo peculiar de vida a partir do criatório de gado bovino de forma extensiva que viabilizou o estabelecimento de relações com o ambiente e as populações” (Costa, 1997, p. 77), bem como a construção de modos de vida diferenciados entre si, mas vinculados a uma base cultural comum, ou seja, a cultura sertaneja.

Em cada sociedade regional, subsumida no interior da sociedade sertaneja, as relações sociais se enfeixam internamente, mas em decorrência da característica principal das culturas construídas por essas populações - a abertura para o exterior (COSTA, 2003) -, elas se abrem, articulando o englobamento de todas as formações sociais diferenciadas na sociedade e na cultura sertaneja¹⁹. Fundada nesta visão de mundo a-centrado e aberto para o exterior, com

¹⁹ Em conversa junto ao professor João Batista de Almeida Costa, ele revelou que na pesquisa para a construção de sua tese *Mineiros e Baianeiros: englobamento, exclusão e resistência*, realizada na cidade de Matias Cardoso, ele encontrou, na denominação dada ao estrangeiro, *chegante*, e no casamento preferencial, entre um nativo e um *chegante*, as bases para afirmar a “abertura para o outro” como sendo o alicerce a partir do qual toda a ordem social e o estilo de vida da sociedade sertaneja se erige.

um etnocentrismo sempre relativizado, a cultura do sertão é estruturante de um modo de ser que estende, para além, os vínculos entre os homens (COSTA, 2003).

A possibilidade de vinculação de um estrangeiro ao mundo do sertão é dada por sua incorporação na família. E, como cada localidade sertaneja é uma rede de parentesco que articula a todos seus habitantes, os estrangeiros vão sendo “amarrados” nas relações intra e interlocais. É comum ouvir nas comunidades sertanejas a afirmação de que “aqui somos uma coligação de famílias”²⁰.

Guimarães Rosa (1986) colocou na voz de Riobaldo a afirmação de que *o sertão é do tamanho do mundo*. Entretanto, o tamanho do mundo sertanejo, ainda que se mantenham as relações sociais abertas para o exterior, tem os limites dessas mesmas relações. Por via da incorporação do estrangeiro através de casamentos, o mundo permanentemente se expande articulando novas relações sociais. Pois, para além delas, o mundo é um deserto, como recorrentemente os sertanejos afirmam quando narram suas vidas e seus entendimentos de mundo (COSTA, 2006).

Uma outra característica do mundo sertanejo, vinculada à questão de sua possibilidade de existência, é transferida até mesmo para os animais domésticos, ou seja, a necessidade do estabelecimento de relações. A cada animal é dado um nome e, no caso dos bois de serviço, aqueles que conduzem os carros, os arados, fazem mover o engenho quando da confecção de rapaduras etc., assim como os cachorros, companheiros de caça, seguranças, pastores dos outros animais etc. Bois e cães formam sempre duplas. A necessidade da nomeação dos animais domésticos se deve às ordens dadas para que executem suas tarefas. Interessante notar que as nomeações dadas formam sempre pares, sejam similares ou opostos. Nesse sentido, os bois podem chamar por um lado, Canário e Sabiá, Mimoso e Carinhoso, General e Marechal e, por outro lado, na perspectiva da oposição, como Arvoredo e Rochedo, Navio e Balisa, Ipê e Passarinho²¹. Nesse mesmo sentido, os cachorros, por seu lado, são nomeados como Leão e Dragão, Hiena e Javali, Esparta e Atenas, Tarugo e Futrica e, de outro modo, Valente e Passa-Fome, Sem-Nome e Amigo, Vesúvio e Nero etc.

Mas voltemos nosso olhar para as populações tradicionais norte-mineiras. Elas possuem uma história de convivência com os ecossistemas locais, muito pouco contada, em um sem número de comunidades, baseada na produção familiar. Estas comunidades têm sido

²⁰ Fala de um quilombola ao professor João Batista de Almeida Costa no Quilombo Brejo dos Crioulos, quando este realizava trabalho de campo para escrita de sua dissertação de mestrado *Do Tempo da Fatura dos Crioulos ao Tempo de Penúria dos Morenos. Identidade através de Rito em Brejo dos Crioulos* (1999)

²¹ Em Paula (1957, p. 567 e 546) há uma longa lista de nomes de bois e de cachorros no sertão norte-mineiro.

sistematicamente ignoradas ou não reconhecidas pela maioria de historiadores regionais e gestores de políticas públicas para o Norte de Minas. Seus membros

desenvolveram agroecossistemas complexos, fruto de uma interação historicamente construída entre natureza e sociedade. Populações que são detentoras de um saber tradicional, um capital humano construído em anos de experimentação e co-evolução de suas práticas de transformações do meio. (Dayrell, 1998).

No território regional imbricaram-se diversos povos, propiciando a construção de um mosaico cultural associado aos geraizeiros, aos caatingueiros, aos negros aquilombados e aos indígenas - estes em constante confronto com a ocupação colonial e em outros processos de ocupação, que, em um processo de miscigenação com os grupos anteriormente relacionados, viabilizaram dar origem aos barranqueiros/vazanteiros do São Francisco e aos vazanteiros de outras áreas ribeirinhas do Norte de Minas.

As características predominantes na constituição da sociedade do sertão norte-mineiro: afastamento dos interesses coloniais, espaço de articulação de povos e culturas distintas, zona de transição entre o norte e o sul do país, propiciaram forjar suas próprias condições de auto-sustentabilidade. Assim, dois movimentos opostos, mas imbricados, se conjugaram na constituição do espaço social norte-mineiro. O primeiro, pela ausência de “dinâmica diretamente determinada por uma racionalidade econômica mercantil de algum produto que a metrópole estabelecesse o régio controle direto” (Porto Gonçalves, 2000, p. 22), provocou a invisibilização da economia norte-mineira no cenário econômico nacional; e o segundo, propriamente regional, contribui para a constituição do Norte de Minas “como um espaço estriado em camadas, com a interpenetração de culturas díspares e de projetos civilizatórios opostos e da resistência negra na luta por seu território, quando da expansão da fronteira agrícola” (Costa, 2003, p. 64)²².

Numa outra perspectiva, Costa Silva (1998), argumenta que desde o período colonial ocorreram seguidas tentativas de produção do embranquecimento e da etnicização do sertão sem, contudo, concretizá-la plenamente, devido à resistência oposta e semelhante dos outros, principalmente os negros que ocuparam uma ampla área do território regional.

²² “Nos processos sociais em curso no sertão norte-mineiro pode-se ver claramente nas notícias veiculadas pela mídia regional que é justamente na imensa planície do Verde Grande, hoje quase completamente empastadas e vazias de gado, que se verifica uma enorme tensão das populações locais em busca de espaços de reprodução econômica e de reconhecimento social” (Fala do professor João Batista de Almeida Costa em conversa sobre esta dissertação).

1.2.1 - Os Geraizeiros

O signo identitário dessa população tradicional está vinculado àquela formação a que se denomina *Os Gerais*, ou seja, os planaltos, as encostas e os vales das regiões de cerrados, com suas vastidões que dominam as paisagens do bioma Cerrado. Esta denominação é dada pelas outras populações tradicionais com as quais os geraizeiros se relacionam. Os geraizeiros possuem uma forma singular de apropriação da natureza, regida por um sistema peculiar de representações, códigos e mitos (Dayrell, 1998). Com o plantio de lavouras diversificadas em espécies e variedades, essa população tradicional constrói seus sistemas de produção. Para que os mesmos garantam suas reproduções, os cerrados com seus tabuleiros, espigões e chapadas, fazem parte da estratégia produtiva, fornecendo, por meio do extrativismo, forragem para o gado, caça, madeira, frutos, folhas, mel e medicamentos. Conforme Diagnóstico das populações tradicionais norte-mineiras, “além de fornecer alimentos e remédios para o auto-sustento familiar, [o extrativismo] passa a desempenhar, cada vez mais, um papel importante na geração de renda pela comercialização de frutos, óleos, plantas medicinais e artesanatos” (Dayrell e outros, 2005).

Penso haver uma homologia entre a diversidade dos sistemas produtivos com a diversidade de ecossistemas que compõem os cerrados onde vivem os geraizeiros. Estes reconhecem inúmeras zonas ecológicas com qualidades específicas pela combinação de fatores que se interagem diferenciando os ambientes, ou seja, qualidade de solos, vegetação, influências sutis deixadas pela rede de drenagem, pelos corpos de água do presente e do passado, construindo um mosaico único de atributos que se realiza pela sua interação, conformando uma unidade da paisagem. Para os geraizeiros a unidade é concretamente mais que a soma das partes.

Na percepção dos nativos, esse imenso *Gerais* é recortado por pelo menos quatro grandes unidades ecológicas: a chapada²³, os tabuleiros²⁴, os carrascos²⁵ e as vazantes²⁶.

A lógica da ocupação dos terrenos pelos geraizeiros segue uma estratégia de multi-usos das diferentes unidades da paisagem, explorando suas potencialidades, mas respeitando, também, os seus limites. A apropriação é realizada aproveitando-se a fertilidade e a umidade das vazantes para as culturas mais exigentes. Nos tabuleiros

²³ Com solos associados de latossolos vermelho-amarelo, distróficos, textura média.

²⁴ Que são os latossolos associados com cambissolos que percorrem as encostas.

²⁵ Associados com latossolos vermelho-amarelo, distroficados, textura média.

²⁶ Com solos organossolo méxico e gleissolo melânico.

constroem suas moradas, plantam os quintais, criam os pequenos animais e cultivam plantas adaptadas. Das chapadas e dos carrascos provém o complemento fornecido pela diversidade de frutíferas nativas, óleos, fibras, forragem para o gado, lenha, madeira para diversos fins. A interação é complexa e a manutenção da vitalidade dos ecossistemas é fundamental para a sobrevivência das famílias (Dayrell e outros, 2005: 64).

A ocupação geraizeira e seus sistemas de produção, de natureza agroextrativista, conseguiram manter, durante décadas e mesmo séculos, o funcionamento das funções ecológicas dos ecossistemas e, principalmente, o delicado equilíbrio hidrológico dos recursos hídricos nesta região do semi-árido norte-mineiro. Entretanto, a partir dos anos 1970 com a implantação de projeto desenvolvimentista no Brasil, a paisagem geraizeira foi totalmente alterada. O Governo Federal, principal interventor na região com seus financiamentos subsidiados e seus incentivos fiscais, não levou em conta as populações que aí viviam secularmente, privilegiando as oligarquias tradicionais e os setores industriais e agro-industriais da sociedade. Deu-se início à modernização da região. As áreas de terras devolutas, ou seja, terras de ninguém, mas de apropriação coletiva pelas populações tradicionais, foram consideradas pelos governos Federal e Estadual [de Minas Gerais] como terras “inteiramente desocupadas e inproveitadas”²⁷, situadas no domínio do Estado. Nestas terras de ocupação geraizeira, ergueu-se uma floresta exótica de eucalipto e pinus para subsidiar o pólo siderúrgico mineiro e a maior planta de celulose do mundo. Esta política estava afinada com o pensamento da geopolítica dos militares no período da ditadura, onde, em nome da segurança nacional, propugnava-se a ocupação dos espaços considerados “vazios econômicos”.

O que se viveu a partir desse período foi a constituição de uma nova paisagem, que afetou os pilares de sustentação da agricultura familiar tradicional, construídos em séculos de convivência com os ecossistemas e com os seus limites agroambientais. Acentuaram-se os desníveis sócio-econômicos entre as camadas sociais norte-mineiras e, por outro lado, os recursos naturais - biodiversidade, solos e água -, entraram em um rápido processo de deterioração (COSTA, 2006).

A história da territorialidade geraizeira traz em si experiências de luta e organização da sociedade civil para a conservação dos cerrados e pelo seu uso de forma sustentável. Os geraizeiros se vêm com a necessidade de incorporar técnicas que causem menos impactos nos

²⁷ Conforme RURALMINAS, s.d. Documento II - Histórico e resumo dos contratos sobre distritos florestais, 7 p.

cultivos - agora mais intensivos devido à restrição das terras, restrição da oferta de água e perda da biodiversidade. A convivência estreita entre homem e natureza, nestas áreas, tem promovido a percepção de que as populações tradicionais sejam “guardadoras” da biodiversidade.

O lugar das populações tradicionais tem sido o lugar da biodiversidade no Norte de Minas, por necessidade e estratégia de sobrevivência, tendo como princípio estruturante a diversificação para reprodução física e social destas populações. A resistência, baseada sempre na negociação política, tem propiciado o reconhecimento das populações tradicionais como preservadores fundamentais da biodiversidade dos cerrados e da cultura tradicional regional. Essas comunidades construíram seu saber tradicional e a cultura sertaneja como aspectos políticos de suas identidades, a partir das quais enunciam sua contribuição para a manutenção do equilíbrio ecológico brasileiro, requerido pela sociedade nacional e internacional.

1.2.2 - Os Caatingueiros

Os caatingueiros se encontram situados no sopé da Serra Geral que corta longitudinalmente o território do Norte de Minas. Seu signo identitário vincula-os à caatinga e lhes foi auferido pelas populações tradicionais diferenciada com quem mantêm relações. A Serra Geral é uma formação rochosa que chega a atingir em seus pontos mais elevados a altitude de 1.490 metros, serve de divisor de ambientes: de um lado os platôs e chapadas em seu cimo; e de outro a depressão sanfranciscana que lambe os sopés da serra e se espraia como uma imensa planície até a calha do rio São Francisco.

Há que considerar que no domínio dessa Serra existe um imbricamento de culturas muito distintas: nas chapadas, dominadas pelos cerrados, os *geraizeiros*, com suas estratégias singulares de reprodução social; no interior da devastada floresta de caatinga arbórea, as *comunidades negras gurutubanas*, em um ambiente salpicado de furados e vargens, muito propicias à proliferação do paludismo, com o domínio das caatingas e matas secas; e nas encostas dos sopés da Serra, na zona de transição entre cerrados e caatingas, os *caatingueiros*, que desenvolveram uma cultura singular.

Os caatingueiros são descendentes de migrantes portugueses desde o início do povoamento regional, e italianos que a partir de fins do século XIX deram constituição a uma

cultura distinta das existentes até então no território norte-mineiro. Ela se constitui de agricultores familiares, tipo camponeses, conforme informa D'Angelis Filho (2005), possuindo uma racionalidade econômica que permanentemente os vincula ao mercado. Considerando que na conceituação do camponês sempre se deve considerar sua subordinação²⁸, desde a expansão das relações capitalista no Norte de Minas a partir dos anos 1970, os caatingueiros foram o grupo social que se aliou aos programas de governo coordenados pela Emater, que passou a vinculá-los a fatores externos – dinheiro para investimento e custeio, máquinas, implementos agrícolas e agro-tóxicos, além de assistência técnica - advindos do sistema financeiro, do sistema industrial e à assistência técnica de organismos do Estado, para realizarem sua reprodução física e social.

Esta região tem sua história associada à ocupação colonial portuguesa. Inicialmente, com os criadores de gado, paralelamente e em seguida, com o desenvolvimento de uma agricultura mais diversificada praticada por brancos de origem européia, desenvolvendo, a partir daí, a agricultura caatingueira - que além da produção de carne e alimentos básicos, incorporava o cultivo do algodão em seus sistemas diversificados de produção de alimentos.

Tradicionalmente cultivando para auto-abastecimento familiar, os caatingueiros incorporaram a cultura algodoeira com seu caráter nitidamente comercial no século XVIII, influenciados, como no restante sertão nordestino, pelo aumento da demanda provocada pela mecanização do processo manufatureiro da indústria têxtil européia e a substituição da lã pelo algodão; bem como pela escassez de produto devido à Guerra de Secessão norte-americana (D'ÂNGELIS FILHO, 2005).

Mesmo com a retração do consumo, no final do século XIX até meados do século XX, a atividade algodoeira permaneceu circunscrita em municípios do Norte de Minas, associada aos sistemas produtivos diversificados dos agricultores da caatinga. Em 1925, o algodão era a cultura mais exportada da região.

A partir de meados da década de 1950 ocorreu uma intensificação da produção do algodão herbáceo no Norte de Minas, com a introdução de novas variedades melhoradas, que ofereciam a vantagem de uma maior produtividade por hectare. Entretanto, junto com ele, veio a necessidade da introdução de novas tecnologias, como o controle das pragas através do

²⁸ Pereira de Queiroz (1976) e Woortman (1987) discutem, numa perspectiva antropológica, a possibilidade da utilização desse conceito para a compreensão de comunidades rústicas e de agricultores no Brasil. Transformada em categoria política ela dominou a cena brasileira e penetrou no campo acadêmico, mas tem sido considerada, atualmente, como categoria para a luta política, por ser incapaz de informar a diversidade de populações tradicionais existentes no campo agrário nacional.

uso de agrotóxicos - devido ao algodão cultivado ser mais susceptível ao ataque de pragas. Mas, a expansão da atividade algodoeira, a partir da lógica da agricultura vinculada ao processo de urbanização, que veio a provocar impactos consideráveis na vida sócio-econômica e nos aspectos ambientais da região, de fato, ocorreu a partir da década de 1970. Daí em diante, o cultivo do algodão foi expandido para um grande número de municípios da caatinga norte-mineira, em particular na microrregião onde estão situados os caatingueiros. Foi introduzida a tração motorizada e a monocultura do algodão começou a substituir os sistemas diversificados de produção de alimentos e fibras, que passou a dominar a paisagem, associada à criação extensiva de gado bovino. Os recursos subsidiados facilitaram a difusão do pacote tecnológico vinculado à modernização conservadora da agricultura brasileira.

Assim, durante a década de 1980, o algodão se constituiu em uma monocultura praticada intensivamente por milhares de agricultores familiares, mas comunidades caatingueiras resistiram ao avanço da racionalidade econômica capitalista e mantiveram seus sistemas tradicionais diversificados, destinados à produção de fibras, alimentos e criação de animais associados com o aproveitamento alimentar e medicinal da flora nativa. Com a crise do algodão, iniciada no começo da década de 1990, os agroecossistemas homogeneizados dos agricultores que se modernizaram ficaram inviabilizados, e assistiu-se a um intenso processo de migração e empobrecimento maior de sua população. Uma das poucas alternativas que restaram aos agricultores familiares, do tipo camponês, que possuíam uma gleba de terra um pouco maior passou a ser a pecuária.

Resistindo ao processo de homogeneização da agricultura vinculado ao contexto social, político e econômico do processo de modernização desde o regime militar, comunidades caatingueiras com o apoio de agentes externos, notadamente a Comissão Pastoral da Terra, agricultores que se vincularam ao Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, um grupo de jovens caatingueiros disputa e ganha a eleição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha. A partir da entidade sindical conquistada é iniciada uma luta política apoiada em ações temáticas relacionadas ao uso e manejo das sementes locais, ao manejo e à conservação dos solos, ao controle alternativo de pragas e doenças, fruto da vinculação à agricultura de mercado. Essas ações são desenvolvidas em escala comunitária tendo como fulcro central o resgate da cultura tradicional dos caatingueiros.

No entanto, respeitando a racionalidade específica dessa população tradicional, buscase a ampliação da produção diversificada tradicional associada à introdução de novos produtos que só é possível se considerada a capacidade de absorção pelo mercado. Os

caatingueiros articulam um novo espaço de comercialização nas periferias de São Paulo, onde vivem milhares de famílias originárias do sertão nordestino e norte-mineiro. As vindas de parentes de São Paulo em períodos de férias, nas festas e em comemorações de suas comunidades de origem, propiciam no retorno, a ida de uma diversidade de produtos e preparados culinários da tradição cultural dos caatingueiros. Estes descobrem, então, através desta “rede de parentagem”, que existe uma grande demanda pelos produtos culturais de suas regiões de origem.

1.2.3 – Quilombolas ou Negros da Jayba

A população tradicional de maior incidência nesta área, as comunidades rurais negras ou quilombos, emergiu no cenário social hodierno, devido ao Art. 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988, o Território Negro da Jayba, conforme Costa (1999). O mesmo se constitui por um conjunto de grupos negros localizados em margens de lagoas, ribeirões e rios que formam a bacia do rio Verde Grande. Suas relações, além de percorrerem todo o vale deste rio, eram estabelecidas com povoações ao longo da bacia do rio São Francisco, notadamente Brejo do Amparo, Morrinhos (Matias Cardoso) e Malhada, e nos altiplanos com Contendas (Brasília de Minas), São José do Gurutuba, Porteirinha e Tremedal (Monte Azul).

Diversos grupos de *quilombolas* se articulam em um movimento de reconhecimento social e de reapropriação de seus territórios ancestrais, mas principalmente o de Brejo dos Crioulos, nas margens do rio Arapuim, divisa dos municípios de São João da Ponte e Varzelândia; e os Gurutubanos, comunidade negra estabelecida ao longo do rio Gurutuba, abaixo da cidade de Janaúba (Costa, 1999). Estas duas comunidades são representativas de outras dezenas que vivem nas planícies sanfranciscanas. Comunidades que dialogam com os vazanteiros do São Francisco e com os remanescentes dos Xakriabá, que vivem no município de São João das Missões. São comunidades que mantêm aspectos significativos de sua cultura, de sua reprodução social, enraizados na diversidade ecossistêmica presente nas planícies sanfranciscanas e que hoje, em efervescência social, se apresentam como grupos sociais oportunizando a possibilidade da construção de um viver pautado em suas características sócio-culturais e econômicas específicas (Costa, 1999).

A comunidade negra rural de *Brejo dos Crioulos* tem sua origem no final do século XVII, assim como todas as comunidades do Território Negro da Jahyba²⁹, foi fundada e povoada por negros vindos da Bahia, de Espinosa e de Grão Mogol, fugidos do domínio escravocrata (COSTA, 1999). Constitui-se como uma população tradicional, formada por um conjunto de famílias articuladas em alguns grupos locais - Arapuim, Araruba, Cabaceiros, Caxambu, Conrado e Furado Seco - aglutinados em três bairros rurais nas divisas dos municípios de São João da Ponte e Varzelândia. Em seu território residem cerca de mil e quatrocentas pessoas, que além de trabalharem na terra que possuem, também migram sazonalmente para outras regiões agrícolas do país, para captação de recursos financeiros necessários à sua reprodução material, conforme Costa (1999).

As condições insalubres da mata, em função da malária, serviram-lhes de proteção contra a chegada dos brancos e contra o que Costa (1999) chamou de “a domesticação do sertão”. A partir da década de 1930 começaram a ser expropriados violentamente, quando a Mata da Jahyba começa a ser derrubada por ocasião da construção da ferrovia ligando o Centro-Sul ao Nordeste, e quando se inicia na região a demarcação das terras, que constitui parte do alicerce das transformações modernizadoras na dinâmica econômica regional. As terras eram demarcadas e incorporadas sob forma de pagamento do serviço cumprido pelos agrimensores; na seqüência, eram vendidas para fazendeiros de Montes Claros que alocavam funcionários negros para afazendarem suas posses. Esse momento é considerado como o divisor de águas (e de terras) que estabelece o conflito entre visões de mundo diferenciadas. Uma que estava baseada na economia das trocas, onde a terra, através do trabalho, passa a ser patrimônio; e outra, cujo significado é mercantil e especulativo (COSTA, 1999).

As localidades onde os negros, fugindo da escravidão, passaram a produzir seu modo específico de vida, foram surgindo através dos grupos familiares que se constituíam por meio de casamentos entre pessoas de grupos distintos, muitas vezes por arranjos familiares. Mas, mesmo assim, com o crescimento dos grupos familiares e nas localidades que iam surgindo - até meados do século passado -, a paisagem pouco foi alterada.

²⁹ Em sua pesquisa de mestrado, ao trabalhar com a genealogia dos membros da comunidade rural negra de Brejo dos Crioulos, Costa diz ter encontrado o vínculo por parentesco, casamento e compadrio presente e passado de cada família por toda a extensão do vale do rio Verde Grande. A partir das evidências genealógicas, que depois se confirmaram com documentação, ele pôde afirmar a existência de um imenso território negro no vale desse mesmo rio, a que denominou Território Negro da Jahyba. Posteriormente antropólogos baianos ampliaram a área de extensão do mesmo território, que antes tinha sido, por Costa, limitado entre Montes Claros (MG) e Bom Jesus da Lapa (BA). Para eles esse território se estende até à região de Xique-Xique (BA).

Em um estudo sobre o ambiente e a produção do quilombo do Gurutuba, D'Angelis Filho e Outros (2003) afirmam que diversos grupos locais que formam a comunidade rural negra dos gurutubanos sempre foram mantidas intensas relações com um território mais amplo ao seu redor, estruturado em vínculos de parentesco e estratégias de reprodução social e econômica, compartilhando a ocupação e domínio dos lugares.

O mesmo estudo acima referido, ainda informa que, em virtude dos incentivos fiscais e financeiros viabilizados pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o território quilombola passou por intensa disputa e as comunidades negras foram sendo empurradas para as margens dos cursos de água e cercadas em áreas extremamente restritas, estrangulando a possibilidade de reprodução física de seus membros, bem como, social e simbólica do quilombo. A partir dos anos 1960 há uma hierarquização dessas comunidades em vistas de sua proximidade ou afastamento da racionalidade urbana, que se torna hegemônica em todo o Norte de Minas, conforme análise de Brito e Outros (2003) estudando a comunidade negra de Maravilha.

Com a chegada dos “brancos” e do “desenvolvimento” promovido pelos gestores governamentais, dos anos 1970 em diante, a paisagem foi subitamente alterada, impactando os recursos naturais e comprometendo os sistemas agroalimentares dos gurutubanos. Conforme D'Angelis Filho e Outros (2003), a privatização do território negro ocorreu paralelamente à transformação de extensas áreas de caatinga em pastagens, muitas abandonadas posteriormente. O estímulo à adoção das bases da “moderna agricultura” e a irrigação, junto com a construção da barragem “Bico da Pedra” em Janaúba, rompem e restringem, de forma inexorável, as possibilidades de manutenção das estratégias tradicionais de manejo dos ecossistemas; como também as estratégias de reprodução social: o ciclo hidrológico foi rompido com a barragem, o fim das cheias que fertilizavam os vales e limpavam a calha do rio, deixando poços que permitiam a criação do gado na solta, e a pesca em abundância.

1.2.4 - Os Xakriabá

O povo Xakriabá, conforme Oliveira (2003) constitui uma população de 6.442 indivíduos, habitando território demarcado no sertão sanfranciscano, numa região em que ocorre a transição entre o cerrado e a caatinga, com espécies nativas dos dois domínios. Os

habitantes originários do sertão foram as populações indígenas tapuias, denominação genérica para todos os indígenas não tupis que habitavam as áreas distantes da costa. Essas populações tapuias, desde a chegada da Bandeira de Mathias Cardoso de Almeida, em meados do século XVII, foram aos poucos sendo escravizadas, aldeadas, ou mesmo dizimadas, e o sertão foi sendo gradativamente ocupado pelos criadores de gado, atividade econômica suplementar à monocultura açucareira das áreas litorâneas.

Os Xakriabá chegaram à região no início do século XVIII e, em acordo feito com Januário Cardoso de Almeida, localizaram-se em uma área onde foram posteriormente aldeados: a Aldeia de São João Batista das Missões. Posteriormente passaram a constituir mão-de-obra, às vezes escravizada, no processo de formação das fazendas de gado abertas às margens do Rio São Francisco. O aldeamento de São João das Missões, por ter sido abandonado, desde o final do século XVIII pelos padres e administradores, e pelo fato de os índios ali permanecerem em processo de miscigenação com as populações branca, pobre, negra e, sobretudo, retirantes nordestinos que fugiam das secas, passou a ser reconhecido como terra de caboclos, e foi por longo tempo ocupado por índios, posseiros e retirantes estabelecidos, em regime de uso condominial das áreas de cultivo (Santos, 1997). A miscigenação dos indígenas no Brasil, conforme pode ser visto em Darcy Ribeiro (1986) no seu estudo sobre os índios e a civilização, foi fruto de políticas governamentais visando incorporá-los como brasileiros e esvaziá-los de suas etnicidades, transformando-os em índios genéricos.

O modo de uso Xakriabá sobre seu território se estabeleceu nos moldes da economia regional, sertaneja e cabocla, e suas atividades produtivas constituem-se basicamente da plantação de roças, da criação de animais e coleta extrativista destinadas ao auto-consumo. Dessas atividades provinham praticamente tudo de que precisavam, alguns poucos produtos sendo adquiridos no comércio regional.

Esta realidade muda na medida em que são alteradas as condições de acesso ao território. As atividades de coleta, de caça e de pesca foram reduzidas a atividades esparsas, sendo pouco significativas quanto ao provimento de víveres, em consequência do uso intensivo da área, reduzida a um terço daquela tradicionalmente ocupada. A área foi objeto de ação predatória intensa por parte de posseiros e grileiros no período em que a Ruráminas adentrou a região, desconhecendo os direitos tradicionais e demarcando as terras “então chamadas de devolutas” para os grandes fazendeiros da região. Conforme Gomes (s/d), esse processo contribuiu para uma pressão sobre os ecossistemas locais, devido à própria pressão

demográfica Xakriabá sobre um meio biótico extremamente frágil, em que grandes parcelas de terra, as chapadas, não são propícias ao cultivo, e que outras tantas áreas se mostram impróprias aos usos tradicionais pela alteração no regime de chuvas e pela escassez de água. As áreas férteis e próprias aos cultivos tradicionais foram em muito reduzidas, a ponto de a produção tradicional local desses produtos para auto-consumo tornar-se insuficiente, demandando novos incrementos de renda para que sejam adquiridos mediante trocas monetárias.

1.2.5 - Os Barranqueiros e os Vazanteiros

Nas ilhas e barrancas do rio São Francisco e nas margens de outros grandes rios que existem no Norte de Minas existem os barranqueiros, e nas vazantes dos rios que alimentam o São Francisco em sua porção norte-mineira estão os vazanteiros. Estes signos identitários, como os das outras populações tradicionais, são dados pelos geraizeiros e caatingueiros com quem se relacionam. Estudando localidades nas áreas inundáveis das margens e ilhas sanfranciscanas, Luz de Oliveira (2005) afirma que os vazanteiros se caracterizam por um modo de vida específico, construído a partir do manejo dos ecossistemas sanfranciscanos, combinando, nos diversos ambientes que constituem o seu território, atividades de agricultura de vazante e sequeiro com a pesca, a criação animal e o extrativismo, numa perspectiva “transumante”. O ciclo natural do rio: seca, enchente, cheia e vazante - sempre possibilitou a essas populações o acesso a terras periodicamente fertilizadas pela matéria orgânica, ou “lameira”, depositada em longas extensões das suas margens e nas ilhas; além de um farto suprimento de peixes que se reproduziam nas lagoas marginais. Nas grandes cheias do São Francisco, segundo relatos de viajantes do século XIX apresentados por Pierson (1972), as áreas planas das margens, principalmente no trecho médio da bacia, ficavam cobertas por camadas de água de um metro e meio a três metros e a inundações atingia até dez quilômetros de largura, a partir da calha do rio.

A formação cultural dos vazanteiros, além de legados da cultura indígena e da cultura negra, recebe influências da vida social ribeirinha de todo o rio São Francisco, particularmente no período de intensa mobilidade, propiciada pela navegação rumo ao nordeste brasileiro. Segundo Neves (1998, citado por Luz Oliveira, 2005), não se pode perder de vista a existência de componentes culturais comuns ao homem do médio São Francisco e aos nordestinos de um modo geral. Esta autora cita a linguagem e a literatura popular, os

hábitos alimentares e medicinais, como legados das migrações para a integração cultural dessa população.

Os estudos de Luz Oliveira (2005) sobre os vazanteiros, apontam a diversidade de ambientes no complexo de uma paisagem que se mostra aparentemente monótona e uniforme aos nossos olhos, e que, sob o olhar dos vazanteiros, toma significados de grande densidade onde se faz complexas associações entre gênese, qualidade e restrições de uso nas diferentes unidades da paisagem. A energia de deslocamento das águas durante as enchentes vai moldando e dando fisionomia à esta paisagem, onde os solos são mais frescos que os da “terra-firme”. A sobrevivência dos vazanteiros é garantida por múltiplas atividades, formas de uso e apropriação dos diversos ambientes (Luz de Oliveira, 2000).

Essa autora identifica, em seu estudo, três grandes unidades da paisagem manejadas pelos vazanteiros – o complexo “terra-firme” e o complexo “ilha”, interligados pela terceira unidade, o complexo “rio”, cujo ciclo define as dinâmicas ecológicas e, por conseguinte, as estratégias de manejo de cada uma delas.

Na “terra-firme”, os ambientes se subdividem em: a) margem ou beira-rio, b) barranco, c) lagoas criadeiras, e d) cerrado ou caatinga; Nas ilhas, subdividem-se em: a) sangrado, b) baixão, c) vazante, lameiro ou lagadiço, e d) terras altas; O complexo rio promove a conectividade entre as unidades da paisagem, dando corpo e vida a uma unidade territorial que é básica para a manutenção do sistema produtivo e para a reprodução agroalimentar dos vazanteiros. A agricultura de sequeiro e de vazante é praticada na terra-firme e nas ilhas, sendo organizada de forma tal que as atividades de plantio e colheita se estendem por todo o ano se as “águas forem boas”. Na “terra-firme”, o plantio se concentra de outubro a novembro e a colheita em abril; na ilha, o plantio segue o recuo do rio, começando em março. O período de colheita se estende de junho a setembro. A pesca é praticada no rio, nas lagoas criadeiras e no baixão. A criação de animais de pequeno porte é feita nos arredores da casa, na beira-rio ou nas ilhas, e os de grande porte nas pastagens naturais das ilhas ou nas áreas de “solta”, na “terra-firme”. Nas áreas de uso comum da terra-firme é praticado também, o extrativismo de frutas, lenha, plantas medicinais, plantas utilizadas na fabricação de sabão, de óleo e na construção das casas; além da caça.

Os barranqueiros têm semelhanças geográficas e produtivas dos vazanteiros, todavia, o sistema de trabalho dos barranqueiros e suas condições financeiras definem o local de moradia da família, que pode ser na ilha, na margem do rio ou nas cidades ribeirinhas. A vida das famílias é sempre marcada pela mobilidade do local de trabalho e moradia, que se adapta

aos ciclos do rio: seca, enchente, cheia e vazante. As áreas preferenciais para construir casas são na beira-rio ou na ilha: é aí que os barranqueiros estabelecem moradias e constroem os sistemas de quintais ao redor da casa, com o plantio de frutíferas e a criação de pequenos animais. Estes são criados em pequenos cercados ou amarrados para não causarem prejuízo nas lavouras e perturbarem os vizinhos. Para além dos quintais, são feitos os roçados. Alguns elementos arbóreos, remanescentes da vegetação nativa, associados a policultivos, plantados em pequenas clareiras, recortam e quebram a monotonia da paisagem, que se apresenta talhada apenas pelas águas do rio. Estas formações denunciam, para quem “espia de fora”, que a toponímia e florística do rio não são moldadas apenas pelos ciclos das águas, mas igualmente pelas mãos dos vazanteiros e dos barranqueiros, que dele fazem parte.

Em períodos de grandes enchentes as casas são abandonadas, quando o rio cobre as ilhas, inundando a beira do rio, o barranco e as lagoas criadeiras. É para as caatingas e em outras situações para os cerrados, que os barranqueiros migram para se protegerem dos ciclos de enchentes. Levam consigo, quando possível, mantimentos e alguns objetos como colchões, vasilhas e roupas, além das criações. Pesca-se em toda parte. Com o recuo das águas das enchentes, formam-se “alagadiços” e pequenas lagoas em toda a beira-rio. Com o abaixamento do nível da água e a desconexão com a calha do rio, os peixes ali depositados viram presa fácil – são formados inúmeros pesqueiros.

O processo recente de ocupação da região por grandes fazendas, além de restringir o acesso dessa população ao território tradicional, põe em risco as lagoas e a reprodução dos peixes. São inúmeros os casos de lagoas que foram drenadas para plantio do capim “bengo” e capineiras. A extensão e a proporção dos impactos é de tal brutalidade que, o que se registra é uma redução drástica da oferta de pescados em toda a região (LUZ DE OLIVEIRA, 2005).

Os circuitos de acesso e comunicação, a atividade da pesca, os ciclos ecológicos e a relação com o mundo mítico, configuram uma terceira unidade da paisagem - o complexo rio. A pesca é uma atividade central no sistema de produção e consumo, tanto dos vazanteiros quanto dos barranqueiros, independentemente do registro como pescadores profissionais e do vínculo com a Colônia de Pescadores. A pesca é realizada no período de março a novembro e é considerada a atividade mais lucrativa entre os vazanteiros. O pescado menor é utilizado para o autoconsumo e o maior é comercializado.

A unidade territorial é ampla e tem um lastro mítico para essas populações. Os mitos integram a cosmografia vazanteira e barranqueira. A natureza e a sociedade fazendo parte de uma totalidade, na qual agem também seres mitológicos ou os “encantados” do rio. Esse

sistema de representações constitui um referencial para os vazanteiros agirem sobre o seu território, manejando os diversos ambientes que o compõem.

Os sistemas de classificação e uso dos recursos estão presentes no seu modo de vida e são noções fundantes que demarcam seu território e definem as formas diversificadas de apropriação do mesmo. Para Luz de Oliveira (2005), os sistemas classificatórios integram o patrimônio cultural dessas populações. Sua argumentação baseia-se em conversas com os vazanteiros, com quem conviveu durante período de coleta de dados. Segundo eles, ocorriam múltiplos usos e formas de apropriação do ambiente, o que garantiu uma vida farta até a década de 1960, quando a situação começou a mudar drasticamente, com restrições cada vez maiores de acesso aos recursos. A reprodução agro-alimentar dos vazanteiros se apoiava em estratégias sensíveis e combinadas de manejo dos três complexos – terra-firme, rio e ilhas. Assim, a restrição nas condições de acesso e de interação com cada um dos complexos, promove o rompimento de uma estrutura ecológica e social, definida pela relação particular que essa população tradicional mantém com seu território. É possível afirmar, então, que esses elementos compõem um campo no qual natureza e sociedade são representadas num universo unitário.

CAPÍTULO II – LIDERANÇAS DO SÉCULO XX: AS TRAJETÓRIAS DE ANTÔNIO DÓ E SALUZINHO

As histórias de vida de Antônio Dó e de Saluzinho são trajetórias que navegam, entre a realidade e a fantasia, pelas mentes dos sertanejos dos Gerais. “Bandidos”, “errantes”, “coitados”, “heróis”, distintas são as expressões encontradas pelas gentes, das mais variadas esferas, ao se referirem sobre aqueles homens.

A história do Norte de Minas reflete a história de Antônio Dó e de Saluzinho. Esta foi a minha leitura. Antônio Dó, nem norte-mineiro de nascimento era. Nasceu na zona rural de Pilão Arcado, noroeste baiano. Veio adolescente para o Norte de Minas, com os pais, fugindo da seca, mas aqui teve traçado todo o enredo de sua vida. A trama de Antônio Dó é o resultado daquilo que se processou durante dois séculos de exploração política e social da região. Saluzinho, posseiro, filho e neto de posseiros, ao contrário de Antônio Dó, se viu obrigado a deixar o Norte de Minas e procurar seu destino no sul do país. Pouco mais tarde, obrigado a voltar, se encontrou lançado em um processo ainda mais dramático daquele que deixou. Com o “tempo do cercamento” já iniciado na região, agora intensificado pelos projetos políticos e desenvolvimentistas, principalmente via SUDENE, Saluzinho teve, à sua frente, duas escolhas, optando por aquela que transformaria radicalmente a sua vida e a história dos movimentos de luta pela pelos direitos dos trabalhadores rurais (posseiros) do Norte de Minas.

2.1 - Antônio Dó: O “Cangaceiro” dos Gerais

Antônio Antunes de França, o Antônio Dó, era natural de Pilão Arcado, noroeste baiano, e era o filho mais velho de Benedito e Sebastiana Antunes de França. Não se sabe ao certo de onde vem o apelido “Dó”. Alguns dizem ter vindo do pai e, por isto, apelidada toda a família de “os Dó”. Outros dizem ser um apelido exclusivo de Antônio que, já em São Francisco, por conta de sua peleja com a elite local e a forma como fora humilhado e caçado, muitos teriam pena ou “Dó” de Antônio. Há ainda aqueles que dizem ser este o nome pelo qual o próprio Antônio se chamava por razões não especuladas.

A história de Antônio Dó, assim como a de seus “jagunços”, é uma mistura de fatos, registrados e documentados, por jornais, inquéritos etc., e lendas (a maior parte), estas contadas, recontadas e aumentadas em cada lugar por onde se pergunta sobre aquele serrano, “cangaceiro das barrancas do São Francisco”.

Quando criança, já havia escutado referências ao “bandido” Antônio Dó. Dentre as estórias de lobisomem, bixo-papão, xibungo³⁰ e outros juruparis³¹, também as estórias de Lampião e Antônio Dó fizeram parte de minha infância e fazem parte da infância de muitos ainda hoje. Nas estórias que ouvia e ainda se ouvem, Lampião e Antônio Dó se confundem: as vezes uma estória que tem Antônio Dó como personagem é recontada como se Lampião fosse o protagonista. E o contrário também acontece, onde estórias sobre as “maldades” ou “heroísmos” de Lampião são personificadas por Antônio Dó. Mas a verdade é que eles nunca se conheceram, embora um dos “jagunços” de Dó tenha, de fato, pertencido ao bando de Lampião e outro tenha vindo para São Francisco fugindo dos conflitos entre cangaceiros e volantes em Pernambuco.

Fiz uma viagem a passeio a São Francisco no mês de janeiro de 2009 e, lá, conheci um homem chamado José Ariovaldo e que todos chamavam de “Seu Dó”. Seu Dó é dono de um armazém onde a família de um amigo meu, residente em São Francisco, fazia suas compras. Ouvindo, a toda hora, alguém dizer “ir na venda de Seu Dó”, ou “ter que fechar a conta na venda de Seu Dó”, fiquei curioso em saber por que aquele homem tinha aquele apelido. Várias versões apareceram: umas diziam ser Seu Dó era sobrinho de um jagunço de Antônio Dó; outras diziam do parentesco direto de Seu Dó com Antônio Dó; outras ainda falavam que o próprio Seu Dó havia sido jagunço de Antônio Dó, o que de cara já demonstrava inverdade, uma vez que Seu Dó não aparentava mais de 70 anos e Antônio Dó tenha morrido em 1929. Mas apenas um fato era de comum acordo: Seu Dó sabia e contava muitas histórias e estórias de Antônio Dó e, por isso, tinha aquele apelido.

Voltei a Montes Claros sem conversar com Seu Dó, nem sobre a origem de seu apelido e nem sobre os seus afamados casos de Antônio Dó. Além de ter ido a São Francisco apenas para um passeio de dois dias, Antônio Dó ainda não me interessava como objeto de pesquisa.

Dois ou três meses depois, em trabalho de campo no município de Varzelândia, há 170 km de São Francisco, eu estava hospedado na casa de um agricultor conhecido como Seu Éuzio. Membro do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, fundador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Varzelândia, eu estava em sua casa para entrevistá-lo

³⁰ Xibungo é uma espécie de homem, de baixa estatura, preto e corcunda que vaga pelos matos carregando um cocho nas costas, aonde aprisiona crianças desobedientes. Ele dorme recostado em troncos tortos de árvores porque não pode deitar por conta do peso do cocho que carrega.

³¹ Jurupari é o mostro descrito por Gilberto Freire em *Casa Grande & Senzala* que amedronta crianças e mulheres indígenas. Reproduz uma espécie de controle social entre estes.

como trabalhador rural e sindicalista. Dentre os distintos assuntos que conversamos, três me chamaram a atenção a ponto de desviar completamente o foco de minha pesquisa até então: falamos sobre o Conflito de Cachoeirinha, ocorrido ali perto, no então município de Verdelândia, tido o mais famoso processo de expropriação de terras no Norte de Minas, onde o Coronel da Polícia Militar e Fazendeiro Georgino Jorge havia, por meio de grilagem, toma as terras daqueles posseiros, o que se deu violentamente; falamos sobre a vida de um tal Saluzinho, conhecido de Seu Éuzio, posseiro que entrara em conflito com um fazendeiro por conta, também de grilagem, e acabara sendo perseguido pela polícia, refugiando-se em uma caverna, sem água ou alimentos durante mais de dias de resistência a meio de tiros e até bombas que lhe foram lançados, preso como criminoso político e perseguido até o fim de sua vida quando morreu sem nada; e chegamos até a figura de um tal Antônio Dó que era, segundo Seu Éuzio, o maior nome de todos aqueles que resolveram enfrentar uma elite na defesa de sua posse de terras e de sua honra.

Acabada a minha temporada de cerca de uma semana na casa de Seu Éuzio, eu percebi que a minha pesquisa estava superficial e os dados construídos até então não eram capazes de responder às perguntas do mesmo.

Até aquele instante, eu tinha em minhas mãos um projeto com o título *Terceira Mediação: a formação de lideranças rurais no Norte de Minas*. Com este projeto eu pretendia analisar a trajetória de homens do Norte de Minas que em algum instante de suas vidas se tornaram algum tipo de liderança no meio rural: fosse ele um sindicalista ou apenas um carismático ou de alguma outra natureza. Este líder era visto, por mim, como o terceiro sujeito da “tensão” entre mediadores e mediados do processo político rural: assentamentos, sindicatos, cooperativas, associações etc.. Tinha, em minha cabeça, a obra de Norbert Elias *Mozzart: sociologia de um gênio*, e queria embasar uma pesquisa tivesse mais o menos os parâmetros utilizados por Elias ao dialogar o “homem” à “figuração” e, a partir da plasticidade de seu hábitus, entender a percepção que este homem faz de si em uma determinada figuração e como caminha através desta.

Após o período em que estive com o Seu Éuzio e após a qualificação deste projeto, refiz minha linha de raciocínio voltei a minha atenção, não mais a um ou outro personagem aleatório, mas à busca pelo personagem “ideal”. E refiz o estado das artes de minha pesquisa quanto ao Norte de Minas: reli algumas obras, umas históricas e outras folclóricas e, após um simpósio promovido pelo Departamento de Letras da Universidade Estadual de Montes

Claros sobre a obra de Guimarães Rosa, fiz, também, uma pesquisa quanto ao Norte de Minas sob as lentes daquele novelista que tem a região como cenário de suas tramas.

Na adolescência já havia lido algumas obras de Guimarães Rosa, como *Grande Sertão Veredas*, *Sagarana* e *Manuelzão & Miguilim*, mas para minha surpresa, e isto havia passado despercebido quando as li, nestas mesmas obras encontrei várias referências a um tal Antônio Dó, ora bandido ora herói, que travara várias e sangrentas lutas pelas barrancas do São Francisco. Naquele momento eu encontrei o primeiro personagem de minha pesquisa.

Como o contrário não seria natural, fiz uma busca na internet sobre o tal Antônio Dó e só encontrei três referências: um artigo escrito por uma professora de literatura da Unimontes sobre a oralidade em Antônio Dó, a saber: *Oralidade: as várias faces da vida de Antônio Dó* (2005), escrito pela professora Rejane Rodrigues; e dois livros, um de autoria do policial militar e sociólogo, professor do Departamento de Sociologia da UFMG Saul Martins, a saber: *Antônio Dó: o cangaceiro das barrancas (1979)*; e outro de autoria do advogado e historiador san-franciscano Petrônio Braz: *Serrano de Pilão Arcado: a saga de Antônio Dó* (2006). A partir destas foi que tive o primeiro contato, de fato, com a história de Antônio Dó. Após a leitura, também tive contato com algumas monografias de graduação do curso de História da Unimontes, mas que pouco ajudaram na compreensão do que, como enuncia o título do artigo da professora Rejane Rodrigues (2005), seriam as “várias faces da vida de Antônio Dó”.

Voltei a São Francisco em junho de 2009, desta vez não a passeio mas a trabalho de campo e, como não seria diferente, procurei seu José Ariovaldo, o Seu Dó, para iniciar a minha pesquisa sobre a vida de Antônio Dó. Não precisei me hospedar em sua casa porque me hospedei na casa daquele amigo que fica há apenas um quarteirão de seu armazém. Mas passei três dias inteiros na companhia daquele homem que me contou, acredito, tudo o que sabia sobre Dó, sobre sua família, sobre seus vizinhos, dentre eles um tal Chico Peba, sobre os políticos, policiais, delegados, advogados, fazendeiros e jagunços de sua época. Claro, isto não saiu barato, mas me custaram muitos doces-de-leite, salgadinhos, refrigerantes, cafés e iogurtes. Porém, nada disto bastou para que Seu Dó me dissesse se tinha ou não algum parentesco ou alguma ligação com Antônio Dó ou seus jagunços ou vítimas ou perseguidores. Deixou a incógnita que, pelo sim ou pelo não, legitimam os seus causos.

A partir das histórias que Seu Dó me contou, um leque infinito de outras fontes se abriu. Dada a riqueza dos detalhes de seus causos, fossem eles verdades ou meias-verdades, Seu Dó citava nomes inteiros de personagens que poderiam ser investigados: como o nome do

advogado de Antônio Dó, Solônio Soares de Mello, em sua primeira peleja contra o delegado de polícia Capitão Américo Ferreira Lima, que o espancara e prendera sem justa causa. Além dos nomes do advogado de Antônio Dó e do delegado de polícia da época, nomes como o dos Alferes João Batista de Almeida, de Belo Horizonte, e Felix Rodrigues da Silva, de Diamantina, foram fundamentais na busca por documentos que relatassem outras histórias.

Dentre as famosas histórias de perseguição à Antônio Dó e seus companheiros, uma, em especial, chama a atenção, e tem como personagem principal o Alferes Felix Rodrigues da Silva. Todavia ela não está relatada em documentos, mas é contada por todos, vista a crueldade com a qual se deu.

Ainda em São Francisco, além da busca realizada no cartório e no Fórum local, pude conversar com outras pessoas, sobretudo idosos, que me contaram histórias semelhantes às contadas por Seu Dó. Durante essas conversas, fiquei sabendo da existência de uma senhora que vivia em Montes Claros, em um Asilo feminino das Damas de Caridade, que seria parente de Antônio Dó. Retornando a Montes Claros estive no Asilo e pude conversar com a dona Maria Eunícia.

Na verdade, dona Maria Eunícia não sabe ao certo qual o parentesco que tem com Antônio Dó. Só sabe que é parente. Talvez sobrinha, talvez filha de sua cunhada. Ao todo fiz duas visitas à dona Maria Eunícia, que me contou pouco sobre a saga de Antônio Dó, mas contou sobre sua família, sobre seus amores e sobre a forma como havia morrido. Infelizmente a dona Maria Eunícia foi internada naquele mês de junho, com pneumonia, e veio a falecer, semanas depois.

Encontrei-me, posteriormente com outro parente de Antônio Dó, o senhor José Armando, sobrinho neto de Antônio Dó, neto de sua irmã Romana. Também o seu José me contou histórias íntimas da vida de Antônio Dó: sua juventude na fazenda Salitre, em Pilão Arcado, a fuga da seca, a chegada a São Francisco etc.. As outras histórias, segundo ele, são “as histórias que o povo conta, mas que não se sabe ao certo”. Como Dó, em 1909 inicia uma vida de fugas, deixa de ter contato com a família o que nos gera mesmos apenas boatos de seu paradeiro, mas nada de certo.

Em Montes Claros, durante um feira de livros acontecida no Centro Cultural Municipal, tive o prazer de conhecer o senhor Petrônio Braz, advogado e escritor, autor de um romance sobre a vida de Antônio Dó: *Serrano de Pilão Arcado: a saga de Antônio Dó*, obra por mim lida antes de investimento ao campo. Recebi o convite de Petrônio para almoçar em sua casa onde conversamos sobre a minha pesquisa, sobre o campo já feito e sobre as

entrevistas e informações conseguidas e não conseguidas. Muito gentilmente ele me concedeu a cópia de algumas das entrevistas por ele feitas para a confecção de seu romance e a cópia de alguns documentos coletados para a sua pesquisa, dentre eles, o Processo do qual Dó fora inocentado em sua primeira peleja contra o Capitão Américo Ferreira Lima.

Desta forma, após cerca de 3 meses de pesquisa, entre leituras e releituras, viagens e entrevistas, reuni o material que utilizo na confecção desta leitura sobre a vida de Antônio Dó que aqui apresento:

A vila de Pedras dos Angicos, ou Pedras de Cima, foi elevada à categoria de cidade pela lei imperial número 2.416, de 5 de novembro de 1877, com o nome de São Francisco. Um ano depois, no Rio de Janeiro, cai o gabinete do Duque de Caxias e, com ele caem os conservadores. Com a queda destes, na cidade de São Francisco, assim como em todo o Brasil, o poder passa às mãos dos liberais. Propriamente dita, na cidade de São Francisco, quem toma o poder é o chefe do grupo Liberal local, Coronel Nunes Brasileiro, que se torna o Presidente da Câmara³².

Naquele tempo, tempo de Império, no Brasil haviam apenas dois partidos: o Partido Conservador e o Partido Liberal. Estes dois partidos revezavam o poder na Câmara Imperial. Quando um determinado partido tomava o poder, salvo exceções, também em todo o país era aquele partido quem governaria. Em São Francisco não era diferente.

Até o ano de 1877 os conservadores estavam no poder, personificados pela figura do Duque de Caxias. Com a queda do duque e com o novo gabinete organizado pelo visconde de Sinimbu, o Partido Liberal toma o poder. Por tal acontecido, em São Francisco o dia 21 de março de 1878 entrou para história.

Até aquele tempo, o presidente da Câmara de São Francisco era o conservador Dr. Francisco de Souza Bretas, advogado e natural do município. Todavia, após a queda do Duque, começou a correr o boato, nas Pedras dos Angicos, de que o Dr. Bretas havia se aderido aos chamados "chimangos", ou liberais. Foi chamado a manifestar-se e se esquivou professando sua posição ao lado dos "magaratos" (conservadores)³³.

O boato da adesão do Dr. Bretas aos liberais se deveu a partir de uma conferência convocada pelo Coronel Nunes, e preparada pelo também Liberal José Carlos da Cunha, na

³² Como neste tempo não existe a figura do prefeito, a chefia do poder executivo é exercida pelo Presidente da Câmara.

³³ Os termos "Chimangos" e "Magaratos" foram comumente utilizados em toda a região Norte de Minas para designar *Liberais* e *Conservadores*, respectivamente. Não apenas em São Francisco, mas em vários documentos, jornalísticos e literários, encontram-se tais designações para essas correntes políticas, a exemplo: Montes Claros, Brasília de Minas (Contendas de Santana) e São João da Ponte (Ponte do Salobre).

casa do professor Durval Passos, onde o Coronel e o Dr. Bretas se encontraram. Segundo contam, o motivo da tal reunião fora totalmente político: o chefe do partido Liberal, Coronel Nunes, havia convocado presidente da Câmara, Dr. Bretas, para comunicar e a reafirmar que agora eles, os liberais, assumiriam poder, já que o gabinete do Duque caíra. Iriam nomear as novas autoridades e, ele, o Coronel Brasileiro, se autonomearia o novo Juiz Municipal. Todavia, para além dos motivos de comunicação destas decisões ao Dr. Bretas, o Coronel Brasileiro teria chantageado o referido Presidente da Câmara a, senão tomar partido da causa do poder dos liberais, ao menos não se opor a mesma, ameaçado de ter o seu passado exposto, do tempo em que era Promotor de Justiça e teria recebido a uma alta quantia em dinheiro para soltar um criminoso, além de sérias desentendimentos que o Dr. Bretas teria tido com o Juiz de Direito de São Romão.

O chefe do Partido Conservador era Manfredo Proença. Este haveria convocado uma reunião em sua casa onde se fizeram presentes todos os grandes homens da região adeptos ao Partido Conservador, a saber: Manoel Leite da Silva, Valentim Ernesto da Mata, João Antônio Alves, e o irmão de Manfredo, Roberto Proença. O motivo da reunião seria o de decidir sobre o fim que dariam ao Dr. Bretas. A decisão foi unânime: ele teria que morrer.

Uma armadilha foi montada na porta da casa do vice-presidente da Câmara, o senhor João Gangana. Armaram uma emboscada no portão da frente e pelos fundos da casa, e Manfredo Proença a adentrou e ameaçou o Dr. Bretas de matá-lo caso ele não assinasse um termo de desterro. Pressionado, o Dr. Bretas assinou. No dia 15 de maio, o vice-presidente João Gangana oficiou ao Presidente da Província comunicando o desterro do Presidente Bretas e a sua própria investidura no cargo de Presidente no cargo.

No dia 19 de maio de 1878, foram nomeadas as novas autoridades municipais. Mas João Gangana permaneceria na presidência da Câmara até as novas eleições. Com o desterro do presidente Souza Bretas, o poder, agora nas mãos dos liberais, incitava os mais fanáticos a vinganças contra perseguições políticas antes sofridas, ou até em represálias às humilhações passadas na oposição. Era a chamada Lei de Talião, que procurava impor sua norma de conduta. Todavia, a presidência da Câmara permanecia com João Gangana, conservador. Mas Gangana, embora ainda se professasse conservador, já não era tão bem quisto pelos companheiros de partido, e a recíproca era verdadeira.

Neste mesmo ano, Antônio Dó e sua família chegaram às chamadas Pedras dos Angicos, então cidade de São Francisco. Logo que chegaram, Benedito, pai de Antônio, ficou sabendo, que o chefe do lugar, agora, era o Coronel Nunes Brasileiro. Portanto, outra via não

se apontava a eles que a de procurar o chefe local. Dele obteria uma melhor orientação na compra de uma pequena gleba de terras, onde instalaria sua família. Fez conhecimento de um homem chamado Pedro Carrilho, que era compadre do Coronel Nunes Brasileiro, a quem o apresentou e de quem, Benedito e sua família, adquiriram direitos sobre uma considerável parcela de terras na fazenda Boa Vista, nas margens do rio São Francisco, há pouco mais de quatro léguas da cidade, rio acima, então um imenso latifúndio indiviso, conforme descreve Braz (2006).

No dia 7 de setembro de 1880 foi o dia das eleições municipais, destinadas a definir os ocupantes das nove cadeiras da Câmara Municipal de São Francisco. Vários currais haviam sido avisados para fazer o recolhimento dos eleitores da cidade e do meio rural, que deveriam vir no correr do dia. Ali ficariam, sob vigilância de Cabos eleitorais, até à hora de serem conduzidos ao local de votação, conforme nos informa Petrônio Braz (2006, p.132). Presos à solidariedade local, de interesses imediatistas e diretamente ligados à estrutura municipal, os eleitores, vindos em grupo segregados, votaram em massa como uma entidade política organizada, mas vinculada tão-somente aos grupos políticos locais: Maragatos (conservadores), ou chimangos (liberais).

Os chimangos, com a força do poder central, os donos da situação, obtiveram expressiva maioria. Benedito, Herculano, Antônio e Honório, filiados à corrente do Coronel Nunes Brasileiro, compareceram e votaram em no partido de seu benfeitor, Coronel Nunes Brasileiro.

No dia 1 de dezembro, os camaristas eleitos, obedecendo às normas eleitorais, enviaram à Câmara os seus títulos e foram convidados a tomar posse, o que ocorreu no dia 7 de janeiro de 1881. O Coronel Nunes Brasileiro se elegeu presidente da Câmara e, nessa condição, a agente executivo do município.

Logo que chegaram, Dó e seus irmãos derrubaram as matas e plantaram roças. As mulheres faziam bordado, teciam panos de algodão e fabricavam redes e cobertores, que eram vendidos na cidade. Não tinham escravos. Logo na segunda safra, foram postos à venda mais alguns direitos sobre terras da mesma fazenda. Segundo informa Braz (2006) os herdeiros de um homem conhecido por Pedro Damião não se interessaram pelas terras. Herculano comprou todo o espólio com a ajuda do pai. Outros direitos também foram adquiridos por Honório e Antônio, que se fixaram, como Herculano, em posses vizinhas interligadas. Josefa havia se casado e, com a ajuda do marido, estabelecidos sua posse em terras do pai.

O gado curraleiro, pé-duro, criado à solta, aumentava a cada dia. A única "cerca" existente para separar o gado era o ferro do proprietário marcado no couro do animal, que na época era registrado na Câmara Municipal e respeitado como lei entre os criadores.

Na fazenda Boa Vista, além do rio São Francisco e de umas lagoas na vazante, haviam dois olhos d'água, tidos como de servidão pública, que serviam a todos os coproprietários. O gado e outros animais bebiam nas lagoas e no rio. Ninguém construía residência fixa na vazante, tanto por respeito à área que servia a todos, quanto porque as inundações periódicas do rio afastavam essa possibilidade.

Tudo corria bem até então com Antônio Dó e sua família. Havia se transferido da Bahia para o Norte de Minas, adquirido terras agricultáveis e trabalhavam de sol-a-sol em busca de seu sustento. Na política local os liberais mantinham o poder e o mando, restando aos conservadores a indignação pela súbita ascensão do Coronel Nunes Brasileiro à presidência da Câmara e, junto com ele, a ascensão de outros tantos co-partidários que antes não detinha nenhum poder político municipal. Mas esta "paz" não durou muito tempo.

No ano de 1889, poucos dias depois do Natal, chegou a São Francisco a notícia da queda da Monarquia e data da implantação da República, ocorrida no dia 15 de novembro daquele mesmo ano. Os jornais davam a notícia dos primeiros atos do Governo Republicano. Tal notícia, conforme nos informa Rodrigues (2005), havia deixado expectativa entre a elite de São Francisco: os "chimangos" (liberais), que não sabiam se teriam perdido de vez o poder recém conquistado, e os "maragatos" (conservadores), que re-acenderam as esperanças de voltarem ao mando dos Angicos. Mas o certo é que, com a queda da Monarquia, caíram os Liberais. O mais provável seria a retomada dos conservadores, o que de fato aconteceu.

Segundo Rodrigues (2005), assim como Braz (2006), a queda da Monarquia tomou conta de todas as lideranças políticas das Pedras dos Angicos. Esta dúvida prosseguiu até meados do mês de fevereiro do ano de 1890, quando uma correspondência com lacre do Governo do Estado, dirigida a Teotônio Canabrava, conservador, o nomeava Intendente de São Francisco, com a incumbência de governar o município até a eleição de nova Câmara Municipal, que se realizaria em data ainda não definida. Este foi o primeiro passo para a retomada do poder dos conservadores.

Dizem alguns moradores de São Francisco que a designação de Teotônio Canabrava como intendente teria enfurecido o Coronel Nunes Brasileiro a tal ponto de ele dizer em uma roda de amigos que "este Teotônio Canabrava ficou, o tempo todo, fora da disputa, rodando tudo por cima de todo mundo como se fosse um *gavião* esperando a presa aparecer". Por

causa deste fato os maragatos (conservadores) teriam sido apelidados de "gaviões". Entre os conservadores, em outro local, o Dr. Antero Simões teria se referido aos liberais da seguinte forma: "até que enfim a *Morcegada* vai deixar de chupar o sangue da Câmara Municipal". E, por tal fala, os chimangos (liberais) teriam sido apelidados de "morcegos", como conta o senhor José Ariovaldo (o Seu Dó).

Com o fim da Monarquia e a instalação da República, foram extintos os antigos partidos Conservador e Liberal. A partir daquele momento haveria apenas um partido, o Partido Republicano. No caso de Minas Gerais, o Partido Republicano Mineiro. Todavia as disputas entre os antigos conservadores e antigos liberais permaneceriam. Em São Francisco entre os gaviões e os morcegos. Mas, a partir daquele fevereiro de 1890, somente os gaviões passaram a mandar, e toda a humilhação pela qual passaram durante nove anos de governo dos morcegos seria vingada.

Durante seis anos muito sangue ocorreu em São Francisco por conta dessa rixa política. Todavia as brigas eram, em geral, entre pessoas comuns que se diziam eleitores de um partido ou de outro. As intrigas políticas iam, aos poucos, se tornando intrigas familiares: quando alguém morria, seus familiares se sentiam no direito de vingá-lo, e assim o faziam, e o contrário também acontecia, fazendo com que as brigas "político-familiares" não parecessem ter fim. Até o dia em que um homem chamado José Tomé do Rosário, ex-Oficial de Justiça e conhecido guarda-costas do Coronel Nunes Brasileiro, chegou a uma festa e lá fora assassinado pelo juiz do Município, Dr. Antero Simões. A morte de José Tomé havia transtornado os partidários do Coronel Nunes Brasileiro, que pactuaram o assassinato do Dr. Antero Simões. Euzébio Caboclo, Vicentão, Eloi Pereira, Manoel Rodrigues Cordeiro, Manoel Guimarães e o Coronel Nunes Brasileiro deveriam sair da cidade, junto às suas famílias, enquanto o padre João Martins de Abreu ficaria na cidade e organizaria a ofensa ao Dr. Antero Simões. Foi no dia 1 de abril de 1896 que, segundo os moradores de São Francisco, o tal Vicentão e o tal Antônio Bito chegaram a São Francisco com cerca de 40 capangas e cercaram a residência do Dr. Antero, atirando e gritando, a cortando toda a cidade. Foram mais de 12 horas de tiros e gritaria e uma resistência quase impossível do Dr. Antero. Resolveram então atear fogo na casa do Juiz, que morreu carbonizado.

O presidente da Câmara, Teotônio Canabrava, estava refugiado na casa de um amigo. Mas fora achado por Vicentão, pelo padre João Martins e por outros jagunços, e fora espancado até quase a morte.

Trinta dias depois do ocorrido, no dia 1 de maio, chegou a São Francisco um contingente militar, sob o comando do Capitão Alvarenga, proveniente de Ouro Preto.

Indiscriminadamente os partidários do Coronel Nunes Brasileiro foram perseguidos, mortos ou presos e posteriormente julgados. Os presos foram acorrentados com anéis de ferro em volta do pescoço, negados por pesadas correntes, e levados, a pé, para Ouro Preto. O Coronel Nunes Brasileiro seguiu a cavalo. Depois da tragédia um mistério profundo encobriu os últimos anos de vida do padre João Martins, que nunca mais apareceu, conforme nos informa Brasiliano Braz (1978, p. 99).

Defendido pelo Deputado Camillo Prates, também advogado, de Montes Claros, o Coronel Nunes Brasileiro foi absolvido. Livre cuidou ele mesmo da defesa de vários correligionários.

Os últimos treze anos foram o cenário de grandes acontecimentos, tanto no Brasil, quanto em Minas Gerais, como em São Francisco. A Guarda Nacional havia sido desativada com a República, mas os coronéis mantinham os privilégios aculturados. Em Minas Gerais, Ouro Preto, desde 1897, havia perdido para Belo Horizonte, a prerrogativa de Capital. Em São Francisco, os chimangos eram agora morcegos e os maragatos passaram a ser gaviões. Morcegos e gaviões disputavam a hegemonia na política local dentro do Partido Republicano Mineiro. O assassinato do Dr. Antero Simões havia alcançado mudanças radicais na política local. Novos líderes despontaram da tragédia. Assumindo os destinos do município, os partidários do Coronel Nunes Brasileiro foram ou estavam sendo, ainda, perseguidos, tivessem ou não culpa nos atos do assassinato do Dr. Antero Simões. Alguns tinham sido mortos, outros condenados e estavam presos.

Os acontecimentos políticos não faziam parte, até então, da vida de Antônio Dó e de sua família, que apenas trabalhavam em suas propriedades e mantinham cordialidade e alguns negócios com distintas pessoas da cidade, sem nenhuma intenção ou pretensão política ou algo semelhante.

Antônio Dó havia se amasiado com uma mulher, viúva, conhecida por Arcanja, que detinha direitos de terras na fazenda Boa Vista.

Naquele tempo os chamados "direitos de terras" eram tidos por todos como algo sério. Mesmo sem registro oficial, todos respeitavam. Um único agravante é que uma posse só pertenceria a uma pessoa se a mesma mantivesse residência na posse. Como o marido de Arcanja acabara de falecer, e como os seus direitos de terras não eram pregados nos direitos de terras de Antônio Dó, e como ela havia se mudado para casa de Dó, um homem conhecido

por Chico Peba, vizinho de Antônio Dó, resolveu tomar as terras de Arcanja. Desencadeou, a partir disso, uma disputa silenciosa entre Antônio e Chico pelas terras de Arcanja. Isto foi por volta do mês de março de 1909, conforme Petrônio Braz (2006).

Preocupado com a questão, Antônio Dó foi a São Francisco procurar aconselhamento de seu compadre Pedro Carrilho. Lá chegando, antes mesmo de encontrá-lo, Antônio foi interpelado pelo Cabo Pedro Brandão, que mandou que o acompanhasse até presença do Capitão Américo, que queria falar com ele em sua casa. Chegando à casa do Capitão, Antônio Dó foi acusado, pelo oficial, de estar causando problemas a ele por causa de suas desavenças com Chico Peba. Segundo pesquisas e relatos de Saul Martins (1967), Brasiliano Braz (1976) e Petrônio Braz (2006), neste dia em que foi procurado pelo Capitão Américo, Antônio Dó fora brutalmente espancado e preso pelo simples fato de ser "correligionários" dos morcegos e amigo pessoal do Coronel Nunes Brasileiro. Segundo Petrônio Braz (2006) o motivo da prisão de Antônio Dó fora o de desacato ao Capitão Américo durante discussão em sua casa. Na discussão teria havido luta corporal e Antônio Dó teria acertado o Capitão com um soco no rosto.

O Capitão Américo logo tratou de arranjar testemunhas, dentre elas o próprio Cabo Pedro Brandão, e dois peritos, os doutores José Ferreira Muniz e Tarcísio Generoso, ambos correligionários dos gaviões, para proceder a um corpo de delito na pessoa do ofendido Capitão Américo Ferreira Lima. feito um corpo de delito, o mesmo foi encaminhado à cidade de Januária, dando vista ao promotor de justiça.

Um dia depois da prisão de Antônio Dó, vários de seus amigos, entre eles Pedro Carrilho, foram a presença do Coronel nos brasileiro tentar um pedido de socorro. Todavia o Coronel Nunes nada podia fazer.

O promotor João Moreira de Castro, de Januária, recebeu e analisou os autos do processo contra Antônio Antunes de França e, a partir disto, proferiu denúncia manuscritas contra Antônio Dó pelo cometimento de crimes previstos nos artigos 134 e 303, do Código Penal e do disposto no artigo 66, no parágrafo 3º, do Código Penal (BRAZ, 2006).

Honório e Herculano, irmãos de Antônio Dó pagaram sua fiança, o que desmente a suposição de que Dó tivesse fugido da cadeia. Compareceram à Coletoria Estadual onde pagaram o valor fixado ao coletor Hermilo Tupiná, pelo talão número 26, no exercício 1909. Em seguida apresentaram o comprovante ao escrivão do crime José Afonso de Queiroz, obtendo, logo, o alvará de soltura de Antônio Dó.

O Coronel Solônio Soares de Mello, rábula, residente em Pirapora, juntando procuração passada no cartório do tabelião a interina Licínio de Souza Lino, de São Francisco, requereu ao Juiz de Direito da comarca, no dia 15 de fevereiro de 1910, a juntado do instrumento, para o oferecimento de defesa em favor de Antônio Antunes de França. Não se sabe o interesse do Coronel Solônio em defender Dó, já que não há indícios de que se conhecessem e nem que o mesmo foi pago para o exercício da defesa. Uma hipótese é a de que este a tivesse feito a pedido do Coronel Nunes Brasileiro ou de Pedro Carrilha, somente a título de amizade para com um dos dois. A seguinte defesa foi preparada:

Razões em defesa de Antônio Antunes de França
Dó.

Não é só o pão cotidiano que devemos pedir a deus, mas também um Juiz calmo, desapassionado, criterioso e reto em seus julgamentos, sem o que não teríamos a palavra consolada fora da justiça na distribuição à reta ineficaz de nosso direito, e assim nos tornar-se-ia bem amargo o pão cotidiano.

Não há maiores bens para a comunhão social do que o amor à justiça, a segurança plena, a liberdade e a garantia de nossos direitos.

E ao patrimônio público do direito, como recomendava Cícero, deve ser guardado com a mesma atenção e segurança com que se guarda os patrimônios particulares. Quando nosso direito é pesado na balança serena da justiça do corpo. Tive um, sem ódio, sem rancor e sem paixão, temos todos nós, com a mais escrupulosa e igualdade, a recompensa dos nossos atos.

Sejam bons ou maus. Nono entretanto, podemos afirmar que, para referir aos nossos direitos, temos, nesta comarca, justiça tão incomum obtive o quanto o a vestal da pureza, em que pese a aqueles que não sabem venerar santuário da justiça, sentinelas avançada na guarda dos nossos direitos. E, como prova deste injusto conceito, e já há aí figura a promoção do ilustrado Dr. promotor de justiça, as folhas 37 e 38.

A fia meses que o Capitão Américo Ferreira Lima, delegado especial, que só a seguia pela notícia que for transmitida pelo primeiro portador, tinha se entregado de corpo e alma as explorações de Maurício de tal, um indivíduo sem imputabilidade alguma, verdadeiro residuo social, um de vindos de direta e apaixonadamente em uma questão de posses de terras divididas legalmente, dentro de uma roça, e existente entre Maurício e o acusado na qualidade de administrador dos bens de uma mulher que há tempos vive em sua companhia. Chegando o Capitão Américo a ter o desplante de mandar dois carros de polícia ao local das referidas posses a fim de verificar as, para informá-lo com seguranças quais as posses que estavam exatas. Mas não querendo o acusado se conformar com a decisão dessa excrescência jurídica, veio a esta cidade, no dia 20 de outubro último, requerer uma certidão de pagamento feito, em inventário, do quinhão que coube a mulher assim uma aludida, onde se acha a mencionada posse de terras a ela pertencente; sendo que naquele mesmo dia fora o acusado chamado em casa de Pedro Carrilho de menu, de ordem do Capitão Américo, pelo Cabo Pedro Rodrigues Brandão, a fim de comparecer em sua casa.

Atendendo a esse chamado, para além se dirigiu o acusado ainda calçado de botas, bem longe compreender que recai rim uma cilada atingem

novamente preparada contra si, e, tanto é assim, que lá chegando, encontrou logo o Capitão Américo todo furioso em averiguações como acusado, não de caráter policial como muito de indústria disse que seu alto de perguntas de folhas 7 a 9, mas exclusivamente sobre a questão das posses de terras, para o que não obstante faltar ele competências, fazia questão fechada em favor de Maurício, que ali se achava.

É uma novela, o verdadeiro conto mal contado, a declaração feita pelo Capitão Américo em seu se dado alta de perguntas, comprometedor dos seus créditos de homem público, enfim no que fora secundado pelo seu comandadas Cabo Pedro Brandão, de ter mandado chamar o acusado para averiguações policiais, por esse e no dia anterior (19) surrados a Maurice dentro de sua própria casa.

Em contraposição a esse manto, com que pretende se cobrir o Capitão Américo, tem aí as folhas 35 e 36v o depoimento claro da segunda testemunha referida Pedro Carrilho de Mello, que diz que no dia 19 de outubro, dia anterior ao em que se deu o fato denunciado, estiveram juntos em sua casa e, por muito tempo, o Maurício e o acusado, palestra do longamente na maior intimidade e harmonia, sem que nenhum dos dois mostrar-se contra um ou outro o menor ressentimento ou queixas, fato que garante o acusado se verdadeiros, pois durante o tempo em que tem estado e em desacordo sobre as posses de terra, nunca tiveram o estremecimento algum em suas relações de amizade. Figurada a hipótese de ter o acusado surrado a Maurício no dia 19, dentro da própria casa deste, não ficava bem ao Capitão Américo mandar chamaram acusado no dia 20 para simples averiguações, porque assim demonstrava intenção de implantar um crime praticado pelo acusado e assim denunciada pelo próprio ofendido se assim se deu, porque o Capitão Américo nada você deu até hoje, neste particular, contra o acusado era mais louvável que o Capitão Américo tivesse tido a um hombridade de narrar a história como se passou e o que se originou, que não viesse com essas invencionices que se acham por completo destruídas nos altos. A obrigação que a lei define impõe às autoridades e funcionários públicos não consiste em desabafar e eles as suas paixões pessoais, mas em desafrontar as causas da justiça e os direitos da sociedade. E se o acusado foi chamado a casa do Capitão Américo para prestar simples informações policiais, a que vinha o exame que o Capitão Américo estava fazendo na certidão requerida, naquele mesmo dia, pelo acusado com o fim de se ver livre da intervenção indevida do Capitão Américo? Por que a tal documento, que em virtude da agressão e violência de que fora vítima o acusado, nessa mesma ocasião, teria ficado em poder do Capitão Américo que, dias depois, sendo procurado, o entregou ao senhor Pedro Carrilho de Mello, por intermédio do senhor Augusto Guimarães?

O fato é que não tendo ainda querido o acusado nessa ocasião conformar-se com a decisão do Capitão Américo, toda contrária ao direito de domínio da legítima pulseira, o Capitão Américo exaltou se de tal modo, que além de outros qualificativos grosseiros injuriosa os que atirada sobre o acusado, deram-lhe a ainda Good bandido. E como o acusado observou lhe que não era merecedor desses qualificativos deprimentes e ofensivos dele, Capitão Américo, o acusado teve necessidade de lutar por moralmente, visto achar sido desarmado, para poder escapar com a vida e nessa luta caíram, dele e o Capitão Américo, pelo chão, passando 1 sobre o outro. O cargo de Pedro Rodrigues Brandão e os Soldados Cândida Barbosa e João Francisco dos santos, que ali estavam de prontidão, depois de dendê um acusado, o espancaram e feriram a público conhecimento. Ficando o espancamento, que entristeceu população pacífica e ordeira desta cidade, do qual for o

protagonista principal o Capitão Américo, delegado especial aqui estacionado, mostrava deles os ligeiros e sucinto os arranhões que receberam batendo de encontro aos diversos imóveis existente em sua sala e nas escolas conquistavam acusado - vê-se o depoimento da segunda testemunha Cabo Pedro Rodrigues Brandão as folhas 24 e 25. Vê-se, portanto, que o acusado foi impellido a lotar em legítima defesa em virtude da violência física e moral irresistível, acompanhada de verdadeiro perigo atual, em ocasião de lugar que não esperava, quando foi agarrado por três homens armados, espancado e ferido e cujas conseqüências de planos o acusado não podia prever.

Nesta emergência, oferecendo toda rei qualquer resistência de que pudesse dispor nenhum crime cometia - art.27 §5º, do código penal, que tem toda aplicação ao fato.

A denúncia

Passamos agora a fazer resumidas referências a denúncia de fls., em que o ilustrada Dr. promotor de justiça, baseando-se na descrição do corpo de delito de folhas 5 e 6 e nas declarações feitas pelo Capitão Américo em seu alto de perguntas de folhas 7 a 9, denunciou acusado pelos crimes previstos nos artigos 134 e 303 do código penal, que captou no os crimes de desacato à autoridade em exercício de suas funções e o de ofensa física. O acusado não é passível de pena por nenhum dos crimes em que fora denunciados, com quem passa a aprovar.

Não houve desacato à autoridade que exerce o Capitão Américo, bois, quando o acusado, a ser chamado, chegara em sua casa não encontrara em ato funcional de seu cargo, ao qual o acusado seu pusesse, quer desde respeitando a sonoridade, quer se opondo a qualquer ato do Capitão Américo. Como já ficou provado, tratava, exclusivamente, nessa ocasião, de resolver uma questão de posses de terra, o que só podia fazer em caráter particular, portanto, não estando, como não estava e nem podia estar, em ato funcional de seu cargo, não era desacato qualquer das partes se opor ao seu modo de pensar, como assim define o Dr. Carlos de Carvalho: "o que caracteriza o crime de desacato é estar o desacatado em exercício da função pública, isto é, que o desacatado seja cometido testando o autoridades o funcionário público "in ofício", em ato funcional no cargo; que eu ofendido esteja relato de suas funções de órgão do poder público". Dizem ainda o Dr. Carlos de Carvalho "que não terá lugar um crime de desacato quando o conflito entre funcionários e o ofensor não teve origem bom motivo de serviço público, mas por motivo de ordem privada".

Os ferimentos e formados no corpo de delito indireto, recomendada pelo ilustre promotor de justiça, constante dos depoimentos das testemunhas, não constitui crime de espécie alguma, uma vez que não produzir um lesão de natureza nenhuma no presumível ofendido, visto terem sido ligeiros arranhões na pele, que não podiam produziu lesão nem dor, o que exige o artigo 303 do código penal e suas notas de comentário, que deixam ver que a dor de que se trata o citado artigo não é uma dor súbita que desaparece momentaneamente, mas um andor que cause incômodo ao ofendido. O doutor Oskar de Macedo Soares, comentando o artigo 303, do código penal, diz que considera indispensável o requisito complementar da intenção de ofender fisicamente a alguém, para poder dar-se um crime de ofensas físicas. Haverá, portanto, quem em face de prova clara de existente neste exalta os em favor do acusado, possa emprestar reli a intenção de ofender ao Capitão Américo quando, a chamada deste, foi a sua casa? Acho que não.

E a melhor prova deste importante circunstância, isto é, de não terem os ligeiros arranhões produzidos lesão, nem dor de natureza alguma, e está no

fato de ter o Capitão Américo, findo o incidente, tendo se calçado e sai da passei nesta cidade durante o resto da tarde do dia em que se deram fato em questão, e parte da noite do mesmo dia.

Afirmado ainda o acusado ter o mesmo Capitão Américo jogado biliar nessa noite, na casa do cidadão Francisco árabe, o que foi visto por diversos cavalheiros, acima de todas suspeição.

O corpo de delito direto, de folhas e 5 e 6, é uma peça toda defeituosa, em que os respectivos peritos receberam os limites de suas atribuições, reconhecendo que os ligeiros arranhões encontrados no examinada tinham sido feitos pelas unhas e pelos dentes do acusado, de modo que as unhas e os dentes do acusado tem sinete! Esta peça que devia servir de base segura para a ação da justiça públicas e está em dia metral divergência com o corpo de delito indireto e existente nos altos, quer em número, quer em classificação um e sede do os arranhões descritos, como se poderá verificar nos depoimentos das testemunhas, especialmente das que não são as suspeitas para o Capitão Américo, sendo que uma delas é um de seus comandados.

Mais uma declaração muito engenhosa e todo de astúcia, feita pelo Capitão Américo, em seu alto de perguntas já citado, com o fim malévolo de emprestar ao acusado a intenção de ofendê-lo, no que há ainda foi malsucedido. Disse o Capitão Américo aqui, depois de se ter dado o fato denunciado, dissera o Capitão Theodomiro Magalhães que uma pessoa da fazenda Boa Vista, onde reside o acusado, e havia dito que o acusado dissera que, quando viesse a esta cidade, davam uma missão do Capitão Américo - o cousa que valha.

Entretanto, em consideração essa declaração, o Dr. promotor de justiça apresenta como testemunha no Capitão Theodomiro; este cavalheiro comparece, dá seu depoimento contudo critério, história e fato como sabia e ouvira dizer, mas não fez a menor referência a declaração feita pelo Capitão Américo em seu alto de perguntas. A vista do exposto, pergunta-se qual a conclusão de tirar sobre isso?

A resposta é fácil e simples. A mesma que se deve tirar sobre a declaração já destruída, de ter o acusado surrado a Maurício.

Conclusão

Pela exposição máxima feita, que é transunto fiel da prova existente nestes autos em favor do acusado, verifica-se que nenhum elemento construtivo de crime e existe contra o acusado, a despeito mesmo dos maiores esforços que foram empregados, pelo suposto ofendido, à cata de fatos e circunstâncias que fizesse o acusado o criminoso; a razão pela qual o acusado espera a sua impronúncia, visto como são tão claras as provas em seu favor e que o emérito jogador não poderá parcelar no delíquio de dúvida alguma. Assim ano, pois, espera inteira e merece de justiça.

São Francisco, 9 de fevereiro de 1910 (MELLO, 1910, p. 01 a 06)

No dia 13 de setembro de 1910, Antônio Dó fora exposto a júri popular. Foram apresentadas as declarações do promotor de justiça, bem como de seu rábula, das testemunhas e, as seguintes perguntas foram feitas para que o júri respondesse "sim" ou "não":

- 1) O réu o Antônio Antunes de França, por alcunha, Antônio Dó, em o dia 20 de outubro de 1910 nove, nesta cidade de São Francisco, na casa de

residência do Capitão Américo Ferreira Lima, delegado de polícia especial, agrediu a este produzindo leis com unhas e dentes os ferimentos constantes do alto de corpo de delito de folhas?

- 2) O réu cometeu o crime de impellido por motivo reprovado?
- 3) O réu cometeu criou um apelido por motivo frívolo?
- 4) existem circunstâncias atenuantes a favor do réu?
- 5) o réu Antônio Antunes de França, por alcunha Antônio Dó, no dia 20 de outubro de 1900 e 9, nesta cidade de São Francisco, desacatou e ofendeu diretamente o Capitão Américo Ferreira Lima, delegado de polícia especial, na casa de sua residência e no exercício de suas funções, o palavras e atos?
- 6) O réu cometeu crime um delito por motivo reprovada?
- 7) O réu cometeu o crime um apelido por motivo fútil?
- 8) Existem circunstâncias atenuantes a favor do réu?

Após o recolhimento do júri, foi lida, pelo escrivão, a conclusão do juri:

Ao primeiro quesito, por unanimidade, responderam "não", esclarecendo os jurados que o réu Antônio Antunes de França, Porto alcunha Antônio Dó, no dia 20 de outubro de 1909, nesta cidade de São Francisco, na casa de residência do Capitão Américo Ferreira Lima, delegado de polícia especial, não agrediu a este produzindo li, com um residentes, os ferimentos constantes no alto do corpo de delito de folhas. O júri deixou de responder aos quesitos 2,3 e 4 desta série ao fundamento de que estavam prejudicados. Ao quinto quesito responderam "não", por unanimidade de votos, esclarecendo que o réu Antônio Antunes de França, por alcunha Antônio Dó, no dia 20 de outubro de 1909, nesta cidade de São Francisco, não desacatou e nem ofendeu diretamente ao Capitão Américo Ferreira Lima, o delegado especial, na casa de sua residência e no exercício de suas funções, por palavras e atos. O júri deixe de responder aos demais quesitos, constantes desta série, por se acharem prejudicados com a resposta ao quinto Supra.

Sala secreta das decisões do júri da cidade de São Francisco, 13 de setembro de 1910.

Com esta decisão do júri, Antônio Dó se livrou da primeira acusação de que foi vítima. Sem forças políticas (ou, sem poder recorrer a qualquer tipo de força política) Dó se valeu da oratória daquele rábula. Os mais velhos em São Francisco dizem que o Coronel Solônio fora um homem de muito prestígio jurídico e que "falava muito bem". Era, como se percebe, um ótimo advogado.

No ano seguinte, 1911, Antônio Dó e Chico Peba entraram em outro desentendimento de terras. Na fazenda Boa Vista, como mencionado acima, todos os posseiros se serviam, além da água do rio São Francisco, das águas de algumas lagoas e, principalmente, de dois olhos d'água que ali existiam. Um dos olhos d'água foi cercado por Chico Peba. Pelo desaforo, Antônio Dó cercou o outro olho d'água.

O nome verdadeiro de Chico Peba era Manoel Francisco da Silva Porto, e ele era o chefe político da Boa Vista. O então presidente da Câmara Municipal, Sancho Ribas, era correligionário e amigo pessoal de Chico Peba. Chico Peba então visitou a Sancho Ribas para comunicar-lhe o fato de Dó ter cercado no olho d'água da fazenda. Foi até presença do presidente solicitando a presença do dois praças armados para garantir a derrubada da cerca que Dó havia levantado. O pedido foi atendido e, no dia 26 de agosto de 1911 o fiscal da Câmara de São Francisco, acompanhado de dois policiais, derrubaram a cerca construída por Antônio Dó. Mas a cerca construída por Chico Peba permaneceu de pé.

O fato é que, dois dias depois, Antônio Dó, acompanhado de alguns agregados, portando foices, machados, facões, garruchas e espingardas reconstruíram a cerca derrubada pelo fiscal da Câmara. Este ato foi entendido como uma afronta ao presidente da Câmara, que solicitou, imediatamente, uma representação junto à delegacia contra Antônio Dó.

Ao saber que ela havia sido intimado a comparecer à delegacia na cidade, Antônio Dó relutou e preferiu fugir. Refugiou-se para uma localidade conhecida por Vargem Bonita, onde morava seu irmão Herculano. A Vargem Bonita era uma pequena povoação encravada no sertão bruto, no município de Januária, longe da influência do rio São Francisco e da própria civilização, próxima ao rio Pandeiros e não muito distante do Rio Carinhanha, do planalto interior, umas 15 léguas da cidade de Januária, do meio de uma solidão agreste. Hoje, o povoado de Vargem Bonita se chama Várzea Bonita, e pertence ao município de Chapada Gaúcha. Até hoje o povoado mantém a característica do início do século passado: de formato retangular, tendo ao centro uma pequena capela consagrada à Senhora Santana, naquele, tempo construída de pau-a-pique, conforme informam os moradores da localidade, hoje revestida de alvenaria. Neste lugarejo Antônio Dó permaneceu por algum tempo, trabalhando com seu irmão. Foi também na Vargem Bonita que, provavelmente, Antônio Dó conheceu um homem chamado Epifânio Macedo e o seu filho de Joaquim Pereira Santos. Epifânio e seu filho eram pernambucanos e vinham do nordeste fugindo da seca e das brigas entre cangaceiros e volantes que, naquele tempo, apavorava muita gente. Epifânio e Joaquim passaram a trabalhar como agregados para Antônio Dó e Herculano.

Em São Francisco ninguém mais sabia de Antônio Dó, mas alguns boatos surgiram de que Dó estaria "aliciando jagunços para atacar a cidade". Segundo as pesquisas realizadas por Braz (2006), embora isto fosse um boato, naquele tempo a cidade parou completamente o seu desenvolvimento por conta do mesmo.

De longe, mesmo sem saber de nada, Antônio Dó impunha respeito e medo aos seus inimigos, e produzia, na população, em geral, uma fascinação inexplicável. Nasce e um "herói", um "bandido", uma lenda que até hoje lembrada é reconhecida nos sertões dos Gerais. Segundo Saul Martins (1979), Antônio Dó nunca fora um homem problemático. Era pacato e, até então, nunca se metera em brigas, fossem de cunho pessoal, política ou qualquer outra. Ainda segundo Martins (1979), Dó era um exímio atirador porque desde pequeno, na fazenda Salitre, em Pilão Arcado, era caçador e, por isso, manejava bem espingarda e garrucha, mas nunca por ser um pistoleiro ou matador. Quando saiu fugido de São Francisco e fora morar em Vargem Bonita, vários boatos vagaram entre os moradores dos Angicos, que, ainda quentes das brigas políticas que acabavam de ocorrer na cidade, imaginavam uma retaliação de Dó e de outros correligionários dos morcegos contra os gaviões.

Muito tempo se passou sem que Antônio Dó desse reais notícias de seu paradeiro, até um dia em que decidiu procurar o delegado de Januária para pedir ajuda de intermédio na resolução de sua "pendenga" nas Pedras de Cima. Procurou então o delegado Syzenando de Barros através de seu irmão Herculano que, sabendo que se tratava de uma representação à Antônio Dó, que já estava bastante afamado na região, o delegado Barros marcou um encontro entre ele e as autoridades de São Francisco, a qual intermediaria, no final do mês de maio daquele ano 1913.

O tempo passou e, chegando o dia 30 de maio daquele ano Antônio Dó chega a São Francisco mas não entra na cidade. Prefere esperar pela chegada do delegado Syzenando de Barros na outra margem do Rio. Todavia, temeroso de que o mau acontecesse, Antônio Dó não foi sozinho para as Pedras de Cima. Tinha levado consigo cerca de 30 homens armados, dentre eles Epifânio e seu filho Joaquim, que lhe dariam cobertura caso quisessem prendê-lo.

Ao saberem da notícia de que Antônio Dó estava na cidade, armado e acompanhado de "jaguços", também armados, toda a população de São Francisco se apavorou. Uma reunião urgente foi convocada pelo presidente da Câmara, Sancho Ribas junto a todos os outros homens de poder de São Francisco.

Dizem que aquele foi um dos dias mais aterrorizantes que a população de São Francisco vivenciou. Negociada a entrada de Antônio Dó e dos "jaguços" à cidade (deveriam esperar no mercado pela chegada do delegado de Januária), Dó e seus companheiros assim o fizeram. Naquele dia, contam, não havia guarnição suficiente para proteger a cidade caso o ataque acontecesse.

O motivo do encontro encomendado por Antônio Dó junto às autoridades de São Francisco era a de prometer nunca mais aparecer na cidade; deixaria tudo para trás, mas exigia ressarcimento de seus prejuízos. O preço seria seis contos de réis.

Não se sabe ao certo o que foi acordado entre as autoridades de São Francisco com relação ao preço que Antônio Dó havia exigido. O que se conta é que naquele mesmo dia em que Antônio Dó entrou na cidade e se apossou do mercado junto de seus homens, os mesmos foram para a fazenda da Boa Vista, das posses de Antônio Dó para esperarem o resultado. Contam que, já na fazenda da Boa Vista Antônio Dó saiu para olhar a situação de suas posses. Como as mesmas margeavam o Rio São Francisco, Dó avistou um vapor que chegava na cidade e, dentro do vapor, vários soldados. Assustados, desocuparam a sede e fizeram acampamentos em um rancho na beira do rio.

De fato, naquele dia, desembarcou no porto de São Francisco, vindos pelo vapor *Luiz Viana* um reforço policial composto de dois grupos de combate, com pouco mais de vinte soldados, integrantes do 1º Batalhão de Belo Horizonte, sob o comando do Alferes João Batista de Almeida.

Naquela mesma madrugada o Alferes João Batista, juntamente ao Cabo Pedro Brandão, marcharam com destino à fazenda da Boa Vista. Junto ao Alferes e ao Cabo, marcharam também o sargento Antônio Valério dos Santos, o Cabo Avelino Francisco de Santana, o Cabo ou Ulysses Ferreira Palhares, o corneteiro João Avelino Emiliano dos santos e boas Soldados Francisco Cecílio Mendes, Júlio de Carvalho, Inocêncio Ferreira Sena, Evêncio João de Souza, Martiniano Luiz de Freitas, Manuel Olavo, Izalino de Salles, Joaquim Emilio de Souza, Onizio Ottoni da Silva, Bernardo Luiz Brum, Cesário Ponciano Gomez, José Sebastião, Sebastião Moreira da Silva, Clemente Antunes, João Francisco dos santos segundo, a curto José dos Santos, Marinho Galdino, Zeferino Carlos de Magalhães, Evaristo Bispo da Silva, Otton da Silva Reis e Clarindo Augusto da Silva.

Não se sabe ao certo o que haveria de acontecer. Mas se sabe o que aconteceu: um confronto onde morreram todos os Soldados e o Alferes João Batista de Almeida, só sobrevivendo o Cabo Pedro Brandão. Foi o primeiro combate conhecido de Antônio Dó e se os "jagunços".

A cidade entrou em pânico. Mas Antônio Dó não atacou a cidade. Pelo contrário. Seus homens atravessaram o rio e deixaram a Boa Vista rumo à Vargem Bonita.

Os oficiais da brigada militar, do 1º e do 3º batalhão, em Belo Horizonte, surpreendidos com o fracasso da expedição do Alferes e revoltados com sua morte no

cumprimento do dever, imediatamente se reuniram. Ordens de deslocamento imediato para São Francisco foram expedidas aos destacamentos das cidades próximas. A brigada preparava-se para um novo, imediato e definitivo confronto com Antônio Dó.

O Alferes José Pereira de Castro, no comando de 56 Soldados, tendo saído de São Francisco, viajaram rumo à Vargem Bonita onde promoveriam a captura de Antônio Dó e de seu bando. Embora contasse em São Francisco com a presença de mais de 200 Soldados e considerável quantia de armas e munições, o Tenente Raimundo de Mello Franco, no comando da operação de captura, havia determinado a travessia do Alferes José Pereira de Castro com apenas 56 praças, número por ele considerado suficiente para a ação militar. Naquele tempo, a Força Pública de Minas Gerais, em sua totalidade, possuía somente um efetivo de 2664 homens, inclusive com oficiais, conforme informa Saul Martins (1979). Havia já um grande empenho de melhorar da instrução de seus oficiais, com a escola instalada no campo de manobras do Prado, em Belo Horizonte (MARTINS, 1979).

No dia 16 de junho, chegou também a ação Francisco, vindo de Diamantina, O Tenente Félix Rodrigues da Silva, conhecido pelo vulgo Felão, também com a missão de capturar Antônio Dó. O Tenente Felix Rodrigues da Silva era natural da Bahia, onde havia nascido em 1868, conforme informa Martins (1979). Vindo para Minas Gerais, sentou praça na polícia militar, servindo inicialmente em Paracatu. Foi promovido ao posto de Alferes em 1900 e, em 1912 foi graduado no posto de Tenente, mas continuava a ser conhecido como Alferes. Era casado. Tinha sido delegado especial de polícia em São Francisco, em 1912. Segundo Braz (2006), desde essa época Felão já tinha fama de mau, e talvez tenha sido esta a razão de suas designação para perseguir Antônio Dó.

No dia 18 de junho daquele ano, Felão aproximou-se do povoado de Vargem Bonita. Esta é a mais importante e famosa história sobre a perseguição à Antônio Dó, vista a violência e crueldade à qual fora executada. Entraram no povoado atirando e gritando, procurando por Antônio Dó e seu bando, que não foram encontrados. Neste momento começa o dos episódios mais afarmado de violência e covardia do sertão norte-mineiro. Em muitos lugares, não só a em São Francisco e Januária, conta-se este episódio, algumas vezes de forma mais exagerada, outras mais brandas, porém todas cheias de detalhes.

Diz-se que Felão, inconformado com o desaparecimento de Antônio Dó, mandou que seus homens colocassem todos os habitantes do povoado pra praça, homens, mulheres e crianças, e mandou que ateassem fogo nas casas. Contam que um tal Cipriano aproximou-se do Alferes arrastando a família - esposa e três filhos menores - e teria implorado clemência.

Felão haveria lhe fuzilado na frente da família. Teria também amarrado e açoitado um homem por nome Galdino. Neste instante apareceram na praça uma mulher e duas moças que, chorando, imploravam pela vida do marido e pai. As moças e a mulher teriam sido estupradas e obrigadas a, nuas, preparar o jantar de toda a tropa.

Felão teria descoberto que naquele povoado e redondeza costumava se cantar uma "décima" em referência ao ele. Como já era afamado pela maldade de seus atos, alguns cantavam aquela décima como chacota à alferes (tenente). Felão teria ordenado aos seus homens que reunissem todo povo na praça e arrancassem-lhes as roupas. Teriam sido todos ordenados em um círculo, alternadamente homem, mulher, homem, mulher (...) e, cada indivíduo teria sido obrigado a colocar um dos dedos indicadores na boca e o outro dos dedos indicadores no ânus de quem estivesse a sua frente. Caminhando e cantando a décima, ao comando de Felão, deveriam trocar os dedos.

A cantiga era assim:

Felão veio?
Não veio, não!
Por que não veio?
Não sei, não!

Expora no pé tinindo.
Foguete no ar zunindo.
Felão, Felão, Felão,
O Alferes na maldição (DOMÍNIO PÚBLICO)

Segundo Saul Martins (1967), a origem dos versos na cidade de Corinto (antiga Curralinho) no ano de 1907, onde Felão trabalhara. Ele teria proibido os batuques na Vila.

Por causa desse acontecido, muito depois, uma outra cantiga fora composta com elementos indiretos do mesmo:

Vamo dançar tudo nu, tudo nu.
Tudo com o dedo no cu, menos eu.
Tudo com a bunda de fora, é agora
Você disse que dava e num deu.
Expora no pé tá tinindo, tá tinindo,
Pica no tudo tá zunindo, tá zunindo.

Larga seu marido, mulher
E vem fuder mais eu,
Seu marido num pode, mulher
Quem restou fui eu (DOMÍNIO PÚBLICO).

Antônio Dó não foi encontrado e nenhuma punição foi dada a Felão.

Passado o ano de 1913, novos rumores de que Antônio Dó atacaria a cidade de São Francisco se espalharam. Constantes telegramas do Coronel Ferreira Leite, então presidente da Câmara de São Francisco, endereçados ao presidente do estado, Dr. Julio Bueno Brandão, mostrando a necessidade de proteção para a cidade ameaçada de invasão, levaram o chefe de polícia, por ordem do presidente, a determinar uma nova expedição contra Antônio Dó.

No dia 9 de junho, o Alferes Octávio Campos do Amaral desembarcou em São Francisco, conforme conta seu José Ariovaldo (Seu Dó), com alguns policiais sob seu comando. Este oficial teria saído no rastro de Antônio Dó pelo sertão dos Gerais por cerca de três meses até, finalmente, ter uma pista certa de seu paradeiro. Um novo confronto teria ocorrido, no entanto, também terminado em fracasso. Teriam morrido homens da tropa do Alferes Octávio e da turma de Antônio Dó. Todavia, sem mais condições de permanecer em batalha, a tropa teria batido em retirada.

A cada fracasso de uma expedição, mais certa se tornava uma possível invasão de Antônio Dó a São Francisco. Tal pavor teria feito com que o presidente da Câmara, Coronel Ferreira Leite, renunciasse ao cargo, assumindo o Coronel João Maynart. Mas a verdade é que Antônio Dó não pretendia mais voltar a São Francisco.

De um lado, o pavor que o seu nome causava fazia com que o executivo do município articulasse sua perseguição e prisão. De outro, Antônio Dó, embora mantivesse seus homens sempre perto de si, evitava qualquer contato com São Francisco.

Como não tinha mais terras, plantações e criações; como era perseguido e tinha sua cabeça a prêmio (não somente a sua como a de seus homens, a única fonte de renda que Antônio Dó encontrou foi a de, em troca também de refúgio, prestar serviços à fazendeiros do Norte de Minas, do sul da Bahia e Leste de Goiás. Conta-se que prestou serviços, de jagunço, inclusive ao padre Joaquim Néri Gangana, pároco de São João da Ponte (antiga Ponte do Salobro) em questão de conflitos de terras de uma paroquiana. O padre Gangana era sobrinho de João Gangana, conservador e vice-presidente da Câmara Municipal em 1878, quando da renúncia forçada do Dr. Bretas e início das intrigas políticas em São Francisco quando Dó e sua família chegaram à cidade.

Outros conflitos, de garantia de recebimento de heranças também teriam sido intermediários por Antônio Dó.

Em um determinado momento de sua vida, por volta do ano de 1920, Antônio Dó teria se dedicado ao garimpo em alguma localidade próxima à Paracatu, no noroeste do

Estado, e conseguido juntar algum dinheiro. Mas, sempre, novas ameaças lhe chegavam e o faziam fugir.

De tempo em tempo, e a si entretendo em conflitos de terras e heranças pelo sertão, ia conquistando a admiração de uns, o ódio de outros e o medo de todos.

No dia 22 de julho de 1925, chegou no distrito de Urucuia, hoje cidade de Urucuia, mas naquele tempo pertencente à São Francisco, a notícia de que revoltosos da coluna prestes estavam chegando.

Em 1922, no Rio de Janeiro, inicia-se o movimento revolucionário que depois se instalou em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Já em 1924 a Grande Marcha percorria o país, sob o comando de Luiz Carlos prestes, Isidoro Dias Lopes, Siqueira Campos, Pinheiro Machado, Cordeiro de Farias, Filinto Müller, Miguel Costa, Djalma Dutra, João Alberto e tantos outros, com uma coluna de mais de dois mil homens. A Coluna havia decidido atingir a Bahia pelo vale do Urucuia (QUADROS e ARINOS, 1987, p. 287).

O urucuianos, após a passagem da Coluna Prestes, apesar dos estragos, fizeram catiras e cantigas e tiravam décimas, lembrando Prestes:

Andou por todo o Sertão,
Abriu estrada a facão,
Por onde ele passasse,
A coisa se endireitava:
Quem era bom que ficasse,
Quem era ruim se acabava. (Fonte: Napoleão Valadares. Urucuia, 1990, p. 193).

Dizem o povo de São Francisco e de Urucuia que o próprio Carlos Prestes teria se encontrado com Antônio Dó. Mas isto é pouco provável, uma vez que a notícia que se tem é a de que, nesta época Antônio Dó estivesse refugiado em uma fazenda em São João da Ponte (Saul Martins, 1967); e não se sabe se a descida, pelo Rio, da Coluna tivesse a presença do próprio Carlos Prestes.

No ano de 1927, Antônio Dó, já velho, com prováveis 67 anos de idade, teria sido procurado, novamente, pelo padre Joaquim um Gangana para a resolução de uma questão pendente: um homem, de nome Augusto Andrade, agrimensor da cidade de Brasília de Minas (Santana de Contendas) teria prejudicado alguns pequenos proprietários, em sua maioria homens pobres, que não teriam dinheiro para pagar a divisão de terras que começava assolar o sertão naquela época.

Com a chegada dos trilhos da Central do Brasil nos Gerais, e com a dedetização de malária na região, caminhos foram abertos na mata rude e populações inteiras, na sua maioria de comunidades quilombolas, foram descobertas, no sentido literal da palavra, pelo Estado. Dentre estas a comunidade de Brejo dos Crioulos.

O agrimensor Augusto Andrade tinha um acampamento há pouco mais de quatro léguas da cidade, próximo à comunidade de brejo dos crioulos. Tinha junto de si muitos jagunços, funcionários de seu irmão, o Coronel Francisco Andrade, e um tal Chico Neném, também de Brasília de Minas.

Sem que os jagunços percebessem, Antônio Dó e seu bando seqüestraram o agrimensor e o levaram para a cidade. Tomou do agrimensor a quantia de 3 contos de réis e o obrigou a assinar um papel no qual "garantiria não mais prejudicar os lavradores naquela região". Todavia teria sido este um documento sem qualquer validade jurídica.

Outra notícia que se tem é a de que Antônio Dó teria assumido posse de uma vasta área de terras situadas a nordeste da Vila de Serra das Araras, hoje cidade de Serra das Araras, e não muito distante dela, formando uma fazenda, onde criava gado e cultivava em suas várzeas. Dizem que as terras não possuíam um proprietário conhecido, mas já eram tidas como dele. Seria a chamada "terra de ausente", tão comum nos sertões dos gerais no tempo das divisas de terras. Feitos os cálculos das divisas de terras, pelos agrimensores, porções de terras eram separadas e tidas como "terras de ausente", ou seja: eram terras que pertenciam a um proprietário que estava ausente, mas na verdade eram terras que seriam negociadas por esses agrimensores a fazendeiros que se interessassem pelas mesmas.

Ali Antônio Dó teria viveu junto a uma mulher de nome Francilha. Depois dos desentendimentos em São Francisco, Dó saíra fugido sem mesmo levar a sua mulher Arcanja. Alguns dizem que Dó teve, ao longo da vida, muitas amantes. Outros só fazem conhecimento de Arcanja e Francilha.

Dentre os homens que acompanhavam Antônio Dó nesta época, dois se destacam: Fulô Taboca e José Faria. Estes homens teriam sabido que Antônio Dó teria algumas pedras de diamante guardadas, do tempo em que garimpava. Eles e Francilha teriam articulado a morte de Antônio Dó.

Segundo o jornal Estado de Minas, de 19 de novembro de 1929, cinco dias antes, dia 14, Antônio Dó teria recebido um golpe na cabeça enquanto se banhava no rio sozinho. Dois de seus homens de confiança, Miguel fogoso e Martinho Berto (contam, que Martinho Berto

teria sido jagunço também de Lampião) vieram ao socorro de Antônio Dó e teriam sido, também, mortos por Fulô e Faria.

Assim terminaria a saga deste homem que foi conhecido como o *Jagunço das Barrancas do São Francisco*.

Terminaria a jornada do homem, mas permaneceria a jornada do nome: Antônio Dó, que embora relatado pela história oficial como "bandido", é e foi admirado por muitos outros homens e mulheres que, como ele, descortinaram conflitos e pendências de terras e de direitos pelos sertões dos Gerais. Antônio Dó foi um homem que teve o seu destino transformado por uma série de fatos que lhe tomaram e que ele os tomou.

A história política do Norte de Minas foi pautada pelo prodomínio de um grupo restrito de famílias que acabaram controlando os principais postos de comando, tanto nas políticas locais quanto supra-locais. Nessa trajetória, percebe-se que há a predominância do elemento oligárquico como um componente essencial da cultura política local. Os proprietários de terras, juntamente com os médicos, bacharéis e outros profissionais liberais, e até mesmo padres, serão personagens marcantes nessa trajetória, inscrita num quadro em que, um número relativamente pequeno de famílias, ligadas, em sua maioria, à propriedades da terra, é presença permanente no comando das políticas municipais. Representados, com frequência, pelos "coronéis", ao menos até a década de 1930, e seus doutores, esses grupos estruturaram, historicamente, determinadas práticas políticas que acabaram configurando e modelando a cultura política local ao longo de todo o século XX.

Os principais valores – a violência, o personalismo e o paternalismo – que permearam a cultura política da região, se estruturam ao longo do processo de povoamento e ocupação, e, conseqüentemente, estruturação da comunidade política regional, muito antes do advento do regime republicano. Após a queda da monarquia e sua substituição pela República, os grupos detentores do poder vão se reestruturar para se inserirem na nova ordem, marcada pelo federalismo e pelo regime representativo de base maior. Nessa nova conjuntura, os chefes locais, através do controle e manipulação dos processos eleitorais, determinarão um conjunto de práticas que, somadas às já existentes do período anterior – no caso o Império – funcionaram como matriz na edificação de um certo *habitus* político local³⁴, elemento modelador e configurador da cultura política norte-mineira.

³⁴ Entendendo o conceito de *habitus* conforme Bourdieu, "como um conhecimento adquirido, um haver, um capital ou uma disposição incorporada". In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000, p. 61.

O que entendo, aqui, como *esfera política* regional se dá dentro do mesmo parâmetro entendido por Serge Bernstein (1997) como noção de *cultura política*, reconhecendo, também, a complexidade desta noção. A cultura política do Norte de Minas, no decurso da Primeira República, se inscreve dentro de uma conjuntura marcada por uma cultura política predominantemente coronelística. Contudo, o coronelismo local é fruto de uma realidade histórica própria, o que infere, à cultura política regional, uma coloração sintonizada com a sua concretude histórica. Dada a existência de certa continuidade ao longo da trajetória política da região, considere o estudo e análise das práticas de poder no Norte de Minas até esse período e a partir dele, fato de importância fundamental para a compreensão das tendências e características que se inscreverão no *hábitus* político regional e, por conseguinte, na constituição de uma cultura política afirmada pela violência, pelo personalismo e pelo paternalismo, o que conduziu esta figuração à formação de “sujeitos desviantes” que, aqui, chamo de “lideranças”.

A saga de Antônio Dó, antes de uma peleja entre vizinhos, tem todo o seu traçado marcado pela dinâmica de um sistema político violento, personalista e paternalista. Tem seu enredo às sombras da Primeira República e, seu sistema foi muito bem caracterizado pelo que descreveu John Wirth (1982) em seu estudo sobre Minas Gerais no primeiro período republicano.

Após ter conhecimento da história de Antônio Dó, fiz uma nova visita à casa de Seu Éuzio, em Varzelândia, desta vez para saber mais sobre outro personagem norte-mineiro, Saluzinho. Antes de conversarmos sobre Saluzinho, conversamos sobre a vida de Dó e, não apenas pelas impressões feitas por Seu Éuzio e sua esposa, Dona Dulce, mas pelas impressões tiradas por todos aqueles que conversei sobre a vida de Antônio Dó, a grandeza de sua história servia não apenas como forma de amedrontar crianças e viajantes, ou como folclore regional, mas na época de sua trajetória e para além dela, serviu como referência a muitos outros personagens menos visíveis nas lutas e demandas por terras no Norte de Minas. Como contam, muitos outros sujeitos, trabalhadores, posseiros, agregados e aquilombados tiveram a fama de novos Antônio Dó, dentre eles o próprio Saluzinho, conhecido como, embora solitário, a “célula comunista do Sertão dos Gerais”.

Antônio Dó não era norte-mineiro. Não nasceu ou viveu a infância sob as influências da história do Norte de Minas. Mas, logo que chegou, foi incorporado à mesma de forma flutuar pela mesma, sempre contra a correnteza. Foi um homem que teve sua vida em

constante diálogo com o contexto em que vivera, percebendo a si e ao cenário no qual estava inserido.

Contam que chamava a polícia sempre e “os cachorros do governo”, dos quais e do qual guardava ódio mortal. Fora marginalizado por duas vias: uma, não por conta própria, e outra por espontânea vontade. Um legítimo *outsider*, reportando a Elias (2008).

2.2 - Salustiano Gomes Ferreira: O “Saluzinho”

A busca pela história de Saluzinho, assim como pela história de Antônio Dó, se deu por acaso, e mais uma vez tive como primeiro informante o agricultor e sindicalista de Varzelândia, Seu Éuzio.

Figura 2 - Saluzinho



Fonte: Chaves L. & Ribeiro A. (1990).

Embora pertencentes à mesma região, Varzelândia, Seu Éuzio somente conheceu Saluzinho quando este já era famoso como “enfrentador de fazendeiro e de polícia”. Conta Seu Éuzio que certa vez, na cidade de Montes Claros, participava de uma reunião com outros

trabalhadores rurais e algumas pessoas da igreja, para tentarem resolver uma série de pendências em distintas localidades da região. Acredita ele que era o ano de 1981 ou 1982. Pausada a reunião para um café, em uma roda de mais ou menos 5 pessoas conversando, alguém teria dito: “Desse jeito, só se a gente arrumar uns dois Saluzinhos pra fazer frente pra gente acompanhar”. Logo em seguida, um homem franzino, de baixa estatura, de voz fina teria dito: “Então só falta arrumar mais um, porque eu já estou aqui”. Todos teriam ficado espantados ao saberem que estavam diante do tão afamado Saluzinho que ninguém conhecia e que estava presente à reunião sem qualquer alarde ou manifestação. Segundo Seu Éuzio, durante todo o tempo de reunião, “aquele Saluzinho era o homem mais calado que eu já tinha visto em toda a minha vida. Não abria a boca mas tava de ouvidos atentos a tudo o que cada um falava”.

A verdade é que muita lenda também corre junto à verdadeira história de Saluzinho. Após sua prisão, em 1968, poucas pessoas, senão aqueles que verdadeiramente o conheciam, de outros municípios e de Varzelândia, conseguiram vê-lo, realmente. Mesmo os jornais que noticiaram sua prisão não o fotografaram. Sua imagem foi mantida em sigilo, primeiro pela Polícia Militar e depois pelo DOPS. Dessa forma, muitos franzinos foram confundidos com Saluzinho em distintos “causos” contados em Montes Claros, em Itacarambi, em Varzelândia, em Francisco Sá e em Grão Mogol. Mesmo quando estava preso, na cela de número 01 no DOPS de Belo Horizonte, contavam-se estórias de que Saluzinho se encontrava escondido ou “atocaiado” em localidades daquele município. Isto pode ter explicação no fato de que, preso, ninguém mais teve acesso à notícia certa do paradeiro de Saluzinho.

Em entrevista a Luiz Chaves, até o ano de 2008 Diretor Coordenador do Instituto de Terras de Minas Gerais (ITER), advogado e ex-funcionário da EMATER, que ajudou na resolução do Conflito de Cachoeirinha (Verdelândia) e único a entrevistar Saluzinho sobre sua trajetória, no ano de 1980, Chaves informou que Saluzinho nunca havia se ligado a qualquer grupo de representação (sindicato, cooperativa, associação ou outro movimento). Até os acontecidos que levaram à sua prisão, apenas sabia escrever o nome. Era homem esclarecido e pacato, e quando agiu, o fez inteiramente sozinho, sem qualquer articulação coletiva. Todavia, o próprio Saluzinho revela a Luiz Chaves, em entrevista, que quando morou no Paraná, havia entrado em rixa com um fazendeiro e seus jagunços, acertando-os e sendo preso por isso.

Conversando com Seu Éuzio, procurei saber da existência de parentes ou outras pessoas que tivessem conhecido Saluzinho. Como sua peleja se dera em 1968 e o mesmo

tivesse morrido somente em 1990, pensei ser fácil localizar quem me desse informações detalhadas sobre o mesmo. Mas me enganei. Em Varzelândia a história de Saluzinho é mal contada. A grande maioria reproduz a versão declarada pelos jornais que cobriram os fatos: Saluzinho era “comunista” e “assassino”. Há aqueles que se arriscam em dizer que foi um coitado. Mas muitos ainda têm medo de tomar partido em seu favor, uma vez que o fazendeiro Osvaldo Antunes (algoz de Saluzinho) ainda possui grande quantidade de terras na região, empregando muitos desses populares.

Figura 3 – Entrevista de Saluzinho a Luiz Chaves e Alvimar Ribeiro (1990)



Fonte: Chaves L. & Ribeiro A. (1990).

Saluzinho ainda constituiu nova família, com quem viveu até a sua morte, em 1990. Mas os mesmos não foram achados quando estive em visita a Itacarambi, por uma semana. A única referência que tive de Saluzinho foi que ele andava sempre com uma carabina de papo-amarelo junto ao peito, envolta por um lençol branco. Para que não percebessem que era uma carabina, na ponta da mesma havia uma lata de querosene fincada, para que ponta e cabo tivessem o mesmo formato e, coberta pelo lençol, formassem um métrica uniforme. Não se teve notícias, então, nem desta sua família de Itacarambi e nem dos filhos que teve com sua

“primeira” mulher. Esta teria sido morta logo após sua prisão. Por ser filho único, não foram encontrados outros possíveis parentes de Saluzinho.

Como conta Seu Éuzio, os anos de 1960, 1970 e 1980 foram anos em que “a moda da época” era se mudar para o Sul do País ou para São Paulo, e dos muitos que se foram poucos voltaram. A maioria da população, realmente, tem naturalidade em outros municípios e, por isso, foi difícil encontrar quem dissesse da história de Saluzinho como testemunha dos acontecidos. Nem mesmo em Itacarambi, município há 190 km de Varzelândia, onde Saluzinho viveu os últimos anos de vida, encontrei alguém que tivesse algum conhecimento de sua história. Mas Saluzinho ficou famoso entre políticos, fazendeiros e trabalhadores rurais de todos os outros municípios norte-mineiros, dentre eles, especialmente Montes Claros, Porteirinha, Janaúba, São João da Ponte, Jaíba, Mato Verde, Espinosa e Rio Pardo de Minas. Quando de sua prisão, em Montes Claros, conta o Jornal Gazeta do Norte de 29 de novembro de 1967, um dia posterior à sua prisão, a porta da cadeia foi tomada por uma multidão que fora ver aquele homem tido como tão perigoso. Quando transferido para a cadeia do DOPS em Belo Horizonte e por lá permaneceu como criminoso político fez fama entre os outros presos que trabalharam, à surdina, para a sua soltura.

Entre aqueles que podemos dizer serem, hoje, líderes no meio rural e entre agricultores familiares e trabalhadores, não há aquele, ao menos entre os entrevistados, que não conheça a história de Saluzinho.

Ainda em conversa com Luiz Chaves, fiquei sabendo da existência de um vídeo onde se encontra um depoimento do próprio Saluzinho, vídeo este gravado por ele, Luiz Chaves, e por Alvimar Ribeiro, hoje Coordenador Estadual da CPT em Minas Gerais. Luiz Chaves informou não ter conhecimentos se o vídeo ainda existia. Procurei, então, o senhor Alvimar Ribeiro que se dispôs a permitir que eu assistisse ao filme. Gentilmente me concedeu uma cópia do mesmo, que serviu como única fonte direta de contato entre eu e Saluzinho.

Em São João da Ponte, procurei a comarca do município a fim de encontrar algum documento que auxiliasse na pesquisa sobre a prisão de Saluzinho, mas somente encontrei a ficha catalográfica de seu processo e não o processo. Reportei-me ao Arquivo do Fórum de Montes Claros onde, com a referência catalográfica de seu processo procurei pelo mesmo e obtive a informação de que o mesmo havia, junto a outros tantos, sido repassado à Biblioteca do Conservatório Estadual Lorenzo Fernandes, também em Montes Claros, e, no Conservatório, a notícia de que todo aquele material se encontrava no Arquivo Público Mineiro em Belo Horizonte.

Em viagem ao Rio de Janeiro, a fim de encontro de orientação, visitei a Biblioteca Nacional e procurei pelo processo, na esperança de que o mesmo houvesse sido digitalizado ou micro-filmado e repassado à Biblioteca. De forma muito gentil os funcionários da Biblioteca passaram parte da manhã e quase toda a tarde procurando, além do processo, algumas cópias de jornais norte-mineiros que relatassem os fatos. Como estavam em processo de catalogação de material recém chegados, aqueles ainda não estavam organizados e, por isso, levou-se tempo até descobrirmos que o material que possuíam não poderia ainda não haviam sido digitalizados e não poderiam ser consultados, vista a fragilidade à qual se encontravam. Mas soube que no Arquivo Público Mineiro eu poderia encontrar outras informações. Voltando a Montes Claros, passei por Belo Horizonte na esperança de encontrar algo. Mas não adiantou.

De volta a Montes Claros, procurei o Departamento de Documentação da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) atrás de jornais que pudessem informar tanto sobre a vida de Antônio Dó, quanto Saluzinho ou Eloy Ferreira. Todavia os jornais encontrados, ou registravam os anos de 1860 a 1900, ou entre as décadas de 1950 a 1955, ou entre 1970 aos dias atuais. Porém, sem qualquer informação acerca desses personagens. Durante 5 dias de leitura e busca entre os jornais ali arquivados, conversando com uma funcionária sobre a falta de documentos da época do Golpe de 1964, ela, que é acadêmica do curso de História e estudava algo sobre o Regime Militar, disse da existência de muitos processos criminais que ajudavam a contar um pouco das perseguições contra civis e políticos da região daquele período. Dando uma olhada em alguns processos, já sem esperança de encontrar o de Saluzinho, mas a procura de outros que informassem sobre prisões de trabalhadores rurais ou algo do tipo, finalmente encontrei, na Caixa de número 170, com endereço topográfico 05/27/170-002.407 a 002.428 de datas 1968/01/10 a 1968/08/13 de Ação Penal em Lesão Corporal do Fundo de Coleção do Fórum Gonçalves Chaves, a Apelação de número 5.553 da Comarca de São João da Ponte/Montes Claros da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais: o Processo de Saluzinho, o que, de fato, foi o único registro documental sobre o qual me apoiei na realização da pesquisa sobre Saluzinho.

Como o Processo não havia cópias digitalizadas ou micro-filmadas, fotografei-o para poder consultá-lo em casa.

Dentre as informações colhidas no processo, as primeiras às quais me concentrei foram os nomes de pessoas que poderiam ser entrevistadas, o que não foi possível, ou por

falta de informação suficiente para encontrá-las ou porque já haviam falecido. De forma que, fora o Processo, e as poucas informações em jornais conseguidas, outra fonte de pesquisa foi a entrevista realizada com Luiz Chaves e as conversas realizadas com trabalhadores rurais e lideranças (CPT, CAA, e STR's) que puderam dar suas impressões sobre aquele fenômeno do fim da década de 1960 no sertão norte-mineiro.

Figura 4 – Capa do Processo Criminal de Salustiano Gomes Ferreira

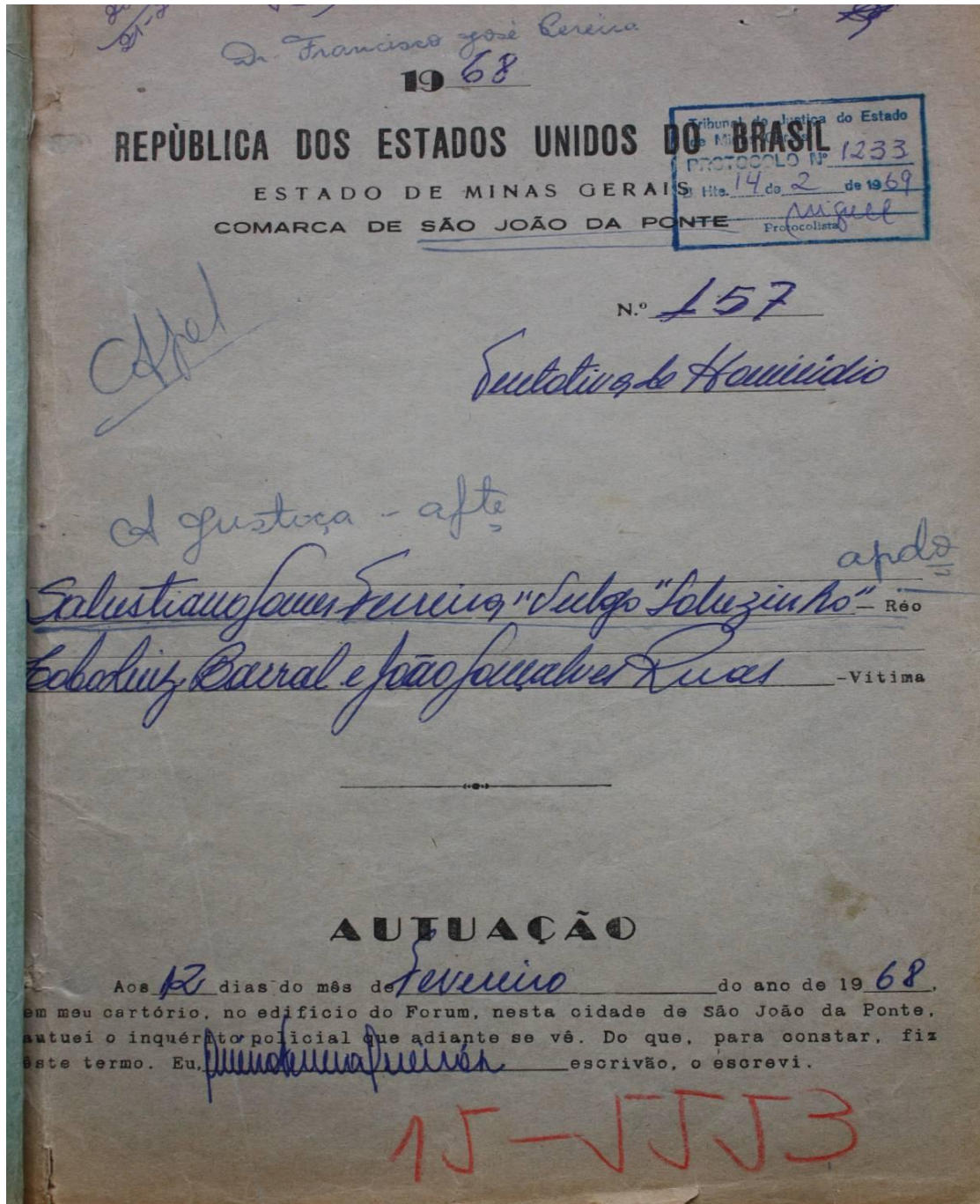


Foto: Hugo Fonseca Moreira

Dentre as pessoas com as quais conversei estão: Alvimar Ribeiro (Coordenador Estadual da CPT/MG); Brulino Caetano dos Santos (Diretor Geral do CAA/NM); Carlos Dayrell (CAA/NM); Ticão (Brejo dos Crioulos); Seu Éuzio (STR Varzelândia); Eliseu (STR Rio Pardo de Minas); E Pedro (Verdelândia “Cachoeirinha”).

Também foi tentada a construção de elementos capazes de realizarem leituras distintas da trajetória de Saluzinho, mas as versões às quais esta pesquisa se apoiou foram a entrevista concedida por Saluzinho a Luiz Chaves e Alvimar Ribeiro e o Processo ao qual Saluzinho fora submetido. Desta forma, fica assim lida, aqui, a sua trajetória:

Salustiano Gomes Ferreira, o Saluzinho, era filho de posseiro, pobre, nasceu no ano de 1917, em um lugarejo chamado Limoeiro, próximo de Campo Redondo, distrito de Varzelândia. Desde muito cedo ganhou o apelido de Saluzinho, por ser franzino e de pequena estatura. Frequentou a escola apenas seis meses porque não havia professor no lugar. O único professor que ensinava a todos naquela região, Antônio Coelho Cavalcanti, fora assassinado a mando da família do fazendeiro Antônio Antunes. Jamais foram esclarecidos os motivos desse crime. A escola fechou as portas e Saluzinho somente aprendeu a escrever o nome.

Ainda jovem, foi atraído pelas notícias que vinham do Sul do País. Diziam que no Estado do Paraná tinha terra em abundância e de boa qualidade para quem quisesse trabalhar. Para lá se foi Saluzinho, em busca de melhores condições de vida.

No município de Loanda, no Noroeste do Paraná, pela orientação de alguns amigos, instalou-se numa pequena posse de terras. Depois de alguns anos de trabalho, construiu uma pequena casa e constituir família. Porém, quando parecia tudo tranqüilo, alguém reivindicou a posse daquelas terras. Esse alguém, segundo o próprio Saluzinho, em entrevista concedida ao Luiz Chaves (1980), era muito poderoso, por que este nunca apareceu naquele lugar, mandava sempre jagunços e policiais trazendo recados e ameaças. Até que um dia, não agüentando mais as humilhações e os desaforos, decidiu reagir, acertando dois jagunços. Posteriormente descobriu que um deles era policial. Cumpriu quatro anos de cadeia no Estado do Paraná. Quando foi libertado, não encontrou mais nada do que possuía. Tomaram-lhe tudo. Desiludido do Sul, sem nada, decidiu voltar para a terra natal e retomar as esperanças.

A chegar nas terras de seu pai, Saluzinho descobriu que as coisas não andavam muito bem. Seu pai tinha acabado de falecer e a sua terra estava parcialmente invadida por um grileiro conhecido como José Milo. Esse cidadão, que desempenhava também a função de agrimensor, já havia expulsado e se apropriado das terras de diversas famílias de posseiros nos municípios de Itacarambi e Manga. Naquela época, época de Ditadura Militar, corria o

boato de que a região estava infestada de comunistas, o que apavorava a todos, que mal sabendo do que se tratava, não apenas tinham medo dos tais comunistas como também tinham medo de serem confundidos com os mesmos. Sabiam que quem enfrentasse o poder local poderia ser acusado de tal, e por isso poucos se arriscavam a questionar qualquer que fosse o mando ou desmando de fazendeiros (quase todos políticos ou de alguma forma ligados às políticas locais), de juízes, promotores, delegados e policiais.

Mas Saluzinho não se conformou com o que havia acontecido às terras do pai e de seus amigos da fazenda Arapuá, próxima ao Campo Redondo. Sabia que não podia fazer muita coisa, mas, apesar de ser homem simples, era esclarecido. Seus comentários chegavam com facilidade e credibilidade aos ouvidos dos posseiros e dos fazendeiros. Conforme frase de Luiz Chaves em entrevista (2009), “colhia a simpatia dos pobres e o ódio dos latifundiários”.

A situação dos pequenos trabalhadores rurais da região, que já não era das melhores, agravou-se ainda mais quando Saluzinho decidiu tomar as dores de um posseiro chamado Manoel Teço, que reclamou do fazendeiro Oswaldo Antunes o fato de que sua pequena posse fora invadida por empregados dele. Por causa disso, Manoel Teço fora brutalmente espancado por um vaqueiro do fazendeiro, de nome Jerônimo. Segundo Saluzinho, até mesmo o filho e a mulher de Manoel Teço, que saíram em seu socorro, foram pisoteados e chicoteados pelo “jagunço”. Naquele dia, Jerônimo mandara um recado a Saluzinho: ele, que tinha fama de valente e defensor de comunista, seria a próxima vítima.

Vários posseiros da área já haviam “perdido” suas terras. Saluzinho sabia que a qualquer hora também poderia acontecer a mesma coisa com ele.

De fato, isso não tardou a ocorrer.

Segundo consta nos autos do processo, conforme denúncia proferida pelo Promotor de Justiça da Comarca de São João da Ponte, nas folhas de número 03 a 04,

No dia 17 de novembro do ano de 1976, o Cabo Luiz Barros e o Soldado Delarui, acompanhados pelo chofer João Gonçalves Ruas, vulgo João Brejeiro, cumprindo determinação da Delegacia Especial de Montes Claros, foram em diligência à residência do denunciado Saluzinho, no distrito de Campo Redondo, município de Varzelândia, desta Comarca, a fim de fazer investigações com referência a uma representação dada à polícia contra o referido denunciado, com recomendação de fazer-lhe algumas perguntas e, caso necessário, intimá-lo a comparecer até a Delegacia de Polícia. A cerca das 12 horas do referido dia, ao chegar à casa de Saluzinho, foram recebidos a tiros de espingarda, mesmo antes de conversar com o mesmo, tendo um tiro de espingarda atingindo o Cabo Luiz Barral; que nesse ínterim o cabo

deixou cair seu revólver tendo o denunciado lançado mão dele e fez novos disparos já com o revólver, atingindo a vítima João Gonçalves Ruas pelas costas, só não o matando por motivos alheios à vontade do agente.

Segundo, ainda, os autos do processo, o motivo da diligência à casa de Saluzinho fora a de investigar uma representação junto à polícia feita pelo fazendeiro e advogado Oswaldo Antunes e despachada pelo Delegado Especial de Montes Claros, Coronel Atílio Falierei. Segundo a denúncia e Oswaldo Antunes, na folha número 10 de 15 de novembro de 1967,

Tendo chegado, hoje, ao meu conhecimento, através do Sr. Floriano Pereira de Azevedo, que um grupo armado, chefiado pelo indivíduo conhecido pelo nome de Saluzinho, invadiu a minha propriedade a fim de, com ameaças de violência, impedir que o meu capataz, Gerônimo Mendes dos Santos, construísse uma cerca na divisa dessa mesma propriedade, venho sollicitar de V. Sia. as providências cabíveis que possam resguardar direitos e a segurança pessoal das pessoas que estão sendo ameaçadas. Esclareço que a minha propriedade, situada no Córrego do Fonseca, distrito de Campo Redondo, Município de Varzelândia, está inscrita no Registro Torrens, não havendo dúvida sobre limites; esclareço mais que o indivíduo Saluzinho, segundo informações que obtive de pessoas da cidade, é perigoso e consta que já cometeu diversos assassinatos; na região já chefiou grupos armados, conforme pode ser esclarecido pelo Sr. José Milo Siqueira, agrimensor residente nesta cidade. Informou-me o Sr. Floriano Pereira de Azevedo, que me trouxe a comunicação da ameaça, que o ambiente é de intraquilidade, já que o mesmo Saluzinho, disse ter imposta naquela região, para onde estão entrando fazendeiros novos, uma lei que é a “de não fazer nenhuma cerca”.

A fim de comprovar o que acima foi citado, o Inquérito chamou a depor: o soldado Delaruí Fernandes da Silva, integrante do 10º Batalhão de Infantaria de Montes Claros, hoje, 10º Batalhão de Polícia Militar; o fazendeiro Oswaldo Antunes, denunciante; e o motorista do fazendeiro Oswaldo Antunes, João Gonçalves Ruas, vulgo “João Brejeiro”.

Segundo Luiz Chaves, que também é advogado, já nas declarações postas pelo denunciante, alguns vícios já deveriam ter sido considerados, a exemplo: 1) o fato de o motorista do fazendeiro ser o chofer que levou os ditos policiais à casa de Saluzinho a fim de realizar investigações; 2) “caso necessário, intimá-lo a comparecer até a Delegacia de Polícia”, conforme citação da folha de número 03 do Processo. Se foram apenas realizar investigações, conforme argumentou Chaves, não teriam autoridade para intimá-lo, e se foram intimá-lo deveriam portar a intimação proferida pelo delegado ou promotor ou juiz de direito e, se caso isto fosse verdade, deveriam ser, ainda, acompanhados de um Oficial de Justiça; e 3) nos autos do Processo não existe a cópia da determinação da Delegacia Especial de Polícia

de que fosse baixada diligência naquela data à casa de Saluzinho, apenas a declaração do Promotor de Justiça Ranulpho Giacomolli de que a mesma foi expedida com bases no testemunho do denunciante, Oswaldo Antunes, do Cabo Luiz Navares Barral e do funcionário do fazendeiro Oswaldo Antunes João Gonçalves Ruas (“vítimas”), do soldado Delaruí Fernandes da Silva e do de outro funcionário do fazendeiro, Floriano Pereira de Azevedo.

Conforme a entrevista cedida a Luiz Chaves e Alvimar Ribeiro, e conforme seu interrogatório, às páginas 47 a 51, Saluzinho contou a sua versão dos fatos.

No dia 17 de novembro de 1967, cerca das cinco horas da manhã, ele, Saluzinho, se encontrava em sua casa, na Serra Azul, quando ouviu uma conversa na porta de sua cozinha. Dirigiu-se, então até a porta para verificar o que estava acontecendo e se deparou com quatro cavaleiros conversando com a sua esposa. Pediam informação sobre como chegar à casa de um tal João Luiz. Avistando Saluzinho, aqueles cavaleiros pediram confirmação se o que a sua esposa acabara de informar era correto. Além de confirmar a informação de sua esposa, Saluzinho teria dito aos cavaleiros que no caminho haveria uma porteira que poderia ser deixada aberta e que, ele, Saluzinho, quando descesse para o serviço, se encarregaria de fechá-la. Naquele momento, um dos cavaleiros, já com o revólver em punho, apontou para o seu rosto e perguntou se ele era o tal Saluzinho. Saluzinho teria respondido afirmamente em alto tom, e neste exato momento recebeu um tiro. A distância entre os dois, seria de mais ou menos dois metros, mas a bala teria se alojado na porta da casa de Saluzinho. Refugiando-se atrás da porta, ao alcance das mãos do posseiro estava uma garrucha de chumbo. Em posse da mesma, teira aberto fogo na direção dos agressores e, mesmo sem firmar pontaria, teria acertou o braço de quem estava a frente do grupo. Com um segundo disparo, quase simultâneo, acertou outro indivíduo, que caiu do cavalo. Neste instante, um revolver calibre 38 caiu das mãos de um dos agressores, logo na entrada da porta. Imediatamente, puxou o gatilho da arma. Teria sido o suficiente para que os desafetos saíssem em debandada, alguns a pé, socorrendo os que estavam feridos. Na entrevista ele não informa se sabia o número de agressores que o haviam cometido.

Cessado o tiroteio, já sob o clarão do dia, Saluzinho avistou dois cavalos arreados pastando perto de sua casa. Apossou-se dos animais e mandou entrega-los ao delegado de polícia do distrito de Jaíba³⁵, solicitando providências contra os bandidos que o atacaram. Horas depois, no distrito de Jaíba, outros posseiros dariam conta da notícia de que Saluzinho

³⁵ Durante a entrevista, Saluzinho diz pertencer as suas terras ao município de Jaíba. Talvez por isso tenha enviado os cavalos ao delegado de polícia daquela localidade, e não à Delegacia de Varzelândia.

teria atingido um “pistoleiro” conhecido como João Brejeiro, empregado da fazenda de Oswaldo Antunes, e um policial militar conhecido como Cabo Barral.

Sabendo da notícia de que um dos homens que atingira era policial, Saluzinho tratou de procurar uma estratégia de defesa, pois tinha certeza de que os agressores não tardariam a voltar. Pensou até em aguardar o enfrentamento no mesmo barraco, mesmo sabendo que não teria chance alguma procurou o aconselhamento de outros posseiros e decidiu ficar de tocaia em uma gruta existente nas proximidades e aguardar o novo ataque.

Segundo as declarações de Saluzinho, na folhas de número 24 do Processo Criminal, o motivo da ida daqueles “agressores” à sua casa teria sido o desenrolar do que acontecera no dia ou 13 ou 14 de novembro daquela ano, quando

(...) foi na casa do senhor Pedro, ou melhor, na sua fazenda, que fica a uns cinco quilômetros da casa do declarante, para pedir-lhe que não deixasse o seu gado sair, pois estava estragando as suas roças e as de outros moradores do lugar; que foram em sua companhia o seu primo Marçal e um filho do senhor Ezequias, seu vizinho, que eram também prejudicados; que, na volta, passaram por uma estrada de carros de bois e em um dado momento encontraram com o indivíduo de nome Jerônimo, encarregado da fazenda do Dr. Oswaldo Antunes; que, tal indivíduo disse então ao declarante [Saluzinho] que não queria nenhum posseiro nas proximidades de sua fazenda, ao que respondeu que o deixasse em paz, pois o próprio Dr. Oswaldo já haveria se apossado de uma gleba em que o declarante trabalhava; que essa gleba, pertencente à Colônia de Jaíba, fora ocupada pelo declarante de acordo com o Dr. Macário, então administrador da citada Colônia; que, Jerônimo, prolongando a conversa, disse que alguém o avisara que o declarante estava propenso a reocupar a dita gleba, ao que lhe respondeu que, se obtivesse apoio, de fato recuperaria aquelas terras; que, foi então que Jerônimo lhe censurou pelo fato de haver dito algum dia que Dr. Oswaldo “encravaría” no dia em que fosse ocupar a gleba do Manoel Borges [Manoel Teço], respondendo-lhe que estava realmente preparado para fazer uma campanha com as autoridades em favor de Manoel Borges ; que, Jerônimo disse então que o Dr. Oswaldo tinha uma testa de ferro, ao que retrucou dizendo que os posseiros tinha de seu lado uma autoridade para executar, ou melhor, proteger os perseguidos, cuja autoridade é a Política, digo a “Força Pública”; que, Jerônimo findando a conversa, disser que o Dr. Oswaldo ia mandar intimar o declarante para ser executado pelas autoridades e que o declarante “ia entrar pelos canos”; que, aí a conversa teve um fim e o declarante e seus companheiros, que estavam assistindo, foram para as suas casa; que nesse momento Jerônimo esta acompanhado por vários homens, que faziam cerca e alguns deles se aproximaram com as suas enxadas e cavadeiras com intenção evidente de cercar, sendo que um irmão de Jerônimo chegava a torcer as mãos com vontade de agredi-lo.

Evidentes as contradições entre as declarações de Saluzinho, seja em seu depoimento oficial, seja em sua entrevista a Luiz Chaves, e as declarações pronunciadas pelo fazendeiro

Oswaldo Antunes quanto ao início da intriga e quanto aos fatos desenrolados quando da “vista” daqueles homens à casa de Saluzinho.

No tópico 1.1.2.1 do Capítulo I deste trabalho, dedicado à análise da *Expansão capitalista no Norte de Minas*, e faço um retrospecto da chegada, ao Norte de Minas, de empreendedores determinados a investirem em fazendas na região. Segundo Gervaise (1975), somente entre os anos de 1969 e 1971, as compras de terras com tamanho igual ou superior a 100 há atingiram um montante de 137.559 ha no município de Janaúba, próximo à região onde se dá a trama de Saluzinho, cabendo ressaltar, ainda segundo Gervaise (1975), que 54,22% dos compradores não eram procedentes das localidades. Outro dado relevante é o de que, especificamente no Norte de Minas, a partir da década de 1960, os investidores tinham a possibilidade de desfrutarem de incentivos fiscais e créditos proporcionados pela SUDENE a projetos envolvendo grandes extensões territoriais, ligados à atividade agropecuária e de reflorestamento.

O mapa do Município de Varzelândia, anexado ao Processo na folha de número 17, mostra a região do Campo Redondo e do Campo Alegre circundados por uma imensa área de mata devoluta que vai do município de São João da Ponte, passando, por vasta área, os municípios de Janaúba e Monte Azul até os municípios de Manga e Itacarambi. A área marcada no mapa como a referida propriedade do fazendeiro Oswaldo Antunes, queixada pelo senhor Manoel Borges [Teço], assim como a posse de Saluzinho, estão dentro da área apontada no mapa como de mata devoluta.

A partir da década de 1940, unida ao processo de dedetização do sertão a fim de esgotamento da malária, a estrada de ferro abre caminho sertão a dentro descortinando distintas comunidades, dentre estas muitas comunidades negras ou quilombolas apossadas em matas devolutas. Mais tarde, com a região livre da malária e o processo acelerado de desenvolvimento proporcionado pela estrada de ferro e, mais adiante, na já na década de 1960 pela SUDENE, foi intensa a movimentação de agrimensores na região trabalhando no medimento e divisão das terras. A chamada “terra de ausente” era uma constante no linguajar daqueles profissionais, segundo informou Seu Éuzio:

Figura 5 – Mapa dos limites entre os municípios de Varzelândia e Itacarambi, onde se visualiza a Mata da Jaíba (Mata Devoluta), onde se localizavam a posse de Saluzinho, a fazenda de Dr. Osvaldo e a gruta em que Saluzinho se refugiou

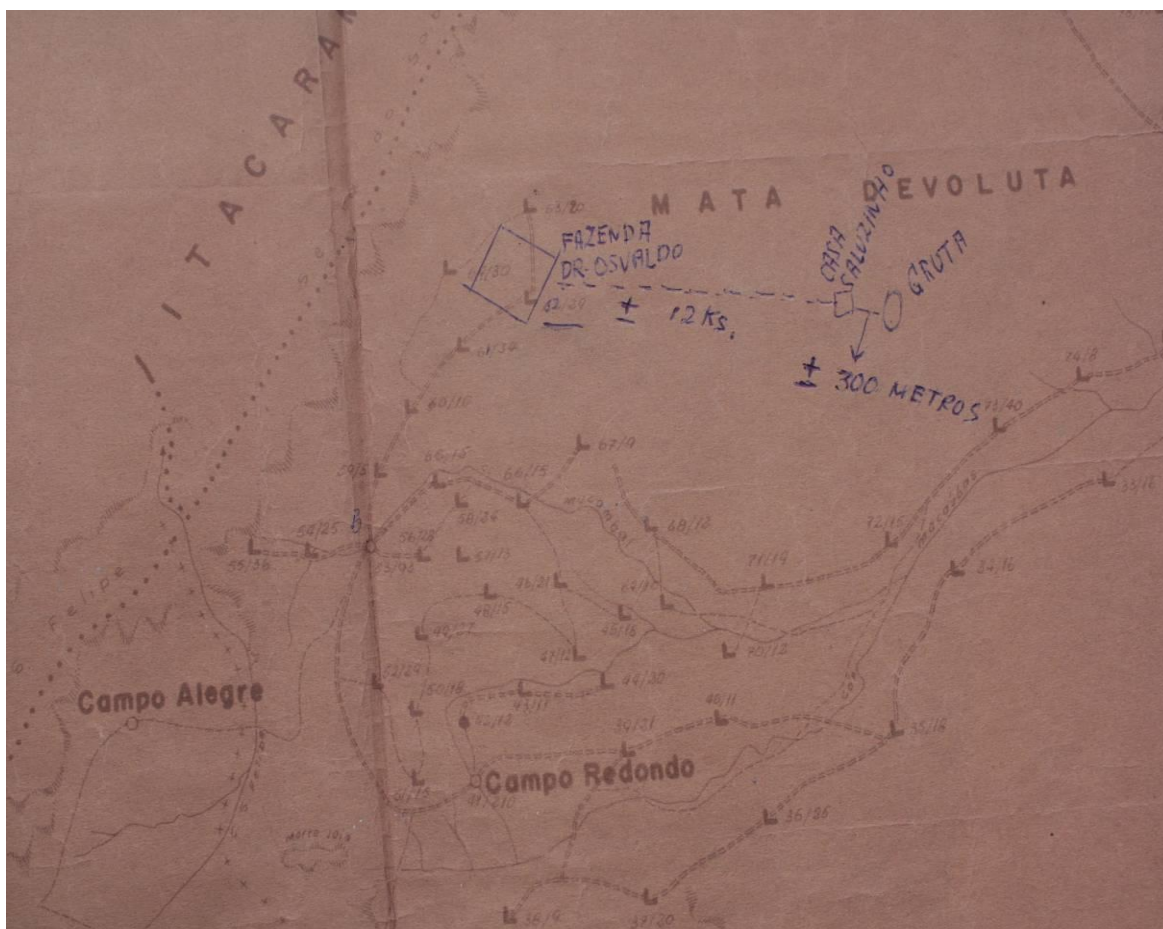


Foto: Hugo Fonseca Moreira

Antigamente, eu ouvia o meu pai falar, e mesmo no meu tempo, a gente dizia que era o tempo da solta. Então, gado, tudo era criado muito solto. A gente conhecia aquele que era da gente e aquele que era do outro ou por conhecimento mesmo ou porque a gente marcava, igual é agora, com o ferro. Mas a gente sabia também qual porção de terra era de um e qual que era de outro. Naquele tempo num tinha esse mundarel de pasto que existe hoje não, e nem ninguém tinha aquele tanto de gado que pudesse perder a conta também não. Ou tinha um fazendeiro grande que tinha sua terra cercada, e mesmo assim tinha muito fazendeiro grande que a terra num era cercada, e que tinha lá os camarada que trabalhava pra ele e que apossava de uma porção dentro da fazenda dele, ou no mais, todo mundo era posseiro, pelo menos a maioria do povo dessa região aqui. Eu lembro quando meu pai e os irmãos dele tiveram que pagar um agrimensor pra poder colocar os marcos da divisão das terras que eram deles. Ele colocava um marco e pegava uma reta, ai colocava outro poste pra marcar e ia pegando outra reta, até rodear a fazenda toda. Eu não lembro direito como que era, mas cada porção valia coisa como que 1 Conto. E aí eles tiravam uma porção que era a “terra de ausente”. Daí, empurrava a fazenda pra lá ou pra cá pra tirar a “terra de ausente”.

Recentemente, Aderval Costa Filho (2008), em sua tese de doutoramento em Antropologia Social pela Universidade de Brasília, descreveu o processo de cercamento das terras no Vale do Gurutuba, no Norte de Minas Gerais. O Vale do Gurutuba é considerado, por ele, um vasto território negro entre os municípios de Janúba, Pai Pedro, Porteirinha, Catuti, Monte Azul, Gameleira e Jaíba, recentemente tomado como Quilombo do Gurutuba. Região muito próxima à fazenda de Oswaldo Antunes e à posse de Saluzinho.

Neste seu trabalho, Costa Filho (2008) chama a atenção para três tempos sociais aos quais dá o nome de “tempo das soltas ou do carrancismo”, se referindo ao mesmo tempo descrito por Seu Éuzio; “tempo do cercamento ou da grilagem e afazendamento”; e “tempo do apertamento ou da precarização territorial”.

Neste tempo, nota-se, também, a tensão entre duas lógicas de discurso sobre a posse e a propriedade das terras. Uma, a utilizada pelos posseiros, é a da *orality*, mesmo que houvesse alguma providência no sentido de legalização formal de suas terras; e a dos fazendeiros e agrimensores, com domínio e pleno acesso a esse código moderno, onde prevalece a *literacy*. Woortmann E. (1983), Soares (1981), Esterci (1987) e Almeida (1988), tomam este como um ponto de convergência entre os vários grupos de camponeses por eles estudados, onde se percebe a estranheza com relação ao código burocrático-legal.

Na declaração do fazendeiro Oswaldo Antunes, diz ele, ter tido notícias através do tal Floriano Pereira de Azevedo que Saluzinho havia declarado ter imposto na região a “lei de não fazer cerca nenhuma”. De fato, aquela era uma “lei” já conhecida por todos. Não porque Saluzinho a tivesse imposto, mas porque era a lei por todos legitimada. Se viviam a “solta”, a lei de que Saluzinho teria falado não era uma imposição, mas uma inércia. Por outro lado, no depoimento proferido por Saluzinho, ele diz da gleba de terras que Oswaldo Antunes teria se apossado, assim como os outros, em matas devolutas.

Costa Filho (2008), Almeida Costa (1999) e (2003) estudaram a região de Gurutuba e Brejo dos Crioulos, respectivamente, que englobam a região onde se passa o conflito entre Saluzinho e Oswaldo Antunes, e fazem referência às localidades como terras “quilombolas”: ali, negros viviam livres protegidos pela malária e pela “água-podre” da *Jahyba*³⁶. Uma liberdade das correntes das senzalas e dos braços do Governo.

Voltando à narração dos fatos acometidos à prisão de Saluzinho, ainda tomando como base a sua entrevista a Luiz Chaves, passados um dia e uma noite após à madrugada em que

³⁶ Jahyba é traduzida, literalmente, como “água podre”.

Saluzinho acertou o funcionário do fazendeiro Oswaldo e Cabo Barral, novos agressores teriam ido à sua casa à sua procura. Mas, desta vez, todos estavam vestidos com a farda da Polícia Militar e fortemente armados. No local, não encontraram ninguém. A mulher e os dois filhos do posseiro haviam se dirigido para a casa de um vizinho. A Polícia foi prendendo quem encontrasse pela frente, sob a alegação de que todos os posseiros eram subversivos. Alguns deles foram espancados simplesmente porque não sabiam onde estava Saluzinho. 16 trabalhadores foram detidos e conduzidos para o 10º Batalhão de Montes Claros.

Não demorou muito tempo para que a mulher e os filhos de Saluzinho fossem encontrados na casa onde se refugiaram. Os “militares” deram início, então, à operação mais brutal. Na presença dos filhos e de alguns posseiros, quiseram obrigar a mulher a dizer onde o seu marido estava escondido. Por ordem do Tenente Petrônio, ela foi despida e pendurada de cabeça para baixo, em um pé de umbuzeiro. Em seguida, com uma vara de feijão-andu, ela foi açoitada barbaramente até sangrar, enquanto seus filhos pequenos eram obrigados a comer feijão misturado com terra.

Sem conseguir arrancar da mulher uma palavra sequer, os militares partiram para a tortura ainda mais repugnante e covarde. Queimaram a ponta de seus seios com cigarro e introduziram a ponta de uma vara em seu ânus. Neste momento, um dos posseiros detidos, não suportando assistir à cena, informou aos policiais onde se encontrava a “fera” procurada. Meses depois do triste episódio, em consequência das torturas de que foi vítima, dona Dulcia, com apenas 42 anos de idade, faleceu nas mãos do médico Pedro Martins, conforme informou Alvimar Ribeiro (2009), Coordenador da CPT/MG.

Saluzinho levou para dentro da gruta a garrucha com alguma munição, o revólver 38, com apenas duas cápsulas, e uma cabaça com d’água. O esconderijo, distante, aproximadamente, 500 metros do rancho, não era muito espaçoso, porém, o suficiente para que uma pessoa oferecesse alguma resistência. A chegada da tropa foi com gritaria e rajadas de metralhadora para dentro da caverna. A ordem era matar exemplarmente aquele comunista que ousava desafiar o poder do latifúndio.

As balas ricocheteavam na rocha e estilhaçavam as pedras, sem que houvesse qualquer sinal de resistência vindo de dentro. De estalo, a primeira baixa de Saluzinho foi a cabaça d’água, que não resistiu aos estilhaços de balas. Sem nenhuma reação do encurralado, os militares imaginaram que ele já poderia estar morto. O próprio Tenente Petrônio foi se certificar disso, acompanhado por mais dois policiais, com lanternas e armas em punho. Antes de adentrarem, mais uma forte rajada de balas foi disparada para dentro da cavidade.

Ao primeiro passo dos militares dentro da gruta, Saluzinho respondeu com um tiro de garrucha, acertando em cheio o pescoço do Tenente Petrônio. Correria total no local, pois a “fera” ainda estava viva. A notícia corria entre os que ficavam do lado de fora, informando que o perigoso bandido havia feito mais uma vítima e se encontrava encurralado pela polícia numa toca de pedras. O Tenente Petrônio, do destacamento de Manga, ferido, foi conduzido para Montes Claros, onde foi solicitado reforço policial, além de barracas de lona e armas de grosso calibre.

Enquanto isso, gasolina era derramada dentro da gruta e incendiada, produzindo muita fumaça e chamas de grandes proporções. Ante o silêncio que vinha de dentro da caverna, a cada nova tentativa de aproximação dos policiais, ouvia-se um disparo de garrucha: era sinal de que Saluzinho ainda estava vivo.

Passaram-se dois dias e duas noites quando chegou o reforço policial de Montes Claros, trazendo um arsenal ainda mais pesado, inclusive, várias bananas de dinamite. O “feroz comunista” deveria ser sepultado dentro daquela tumba de pedras, para que servisse de exemplo aos demais, era essa a determinação dada aos policiais. As explosões provocavam estrondos que se ouviam a longas distâncias. As paredes da gruta resistiram, quase intactas, mas os tímpanos de Saluzinho não. Apesar disso, ele continuava sobrevivendo.

Vista essa inexplicável resistência humana, a ordem do comando do grupo de policiais, então, era para não deixar o acuado dormir. A cada instante, tiros eram disparados para dentro da gruta. O forte aparato policial utilizado na operação já chamava a atenção da imprensa nacional e a opinião pública, a esta altura, queria saber quem era aquele homem encurralado. De Belo Horizonte, no quinto dia de cerco, foi destacado um comando especial do DOPS para atender a uma solicitação de ajuda feita pela Polícia Militar de Manga, dando a existência de uma perigosa célula comunista, que estaria implantando a resistência armada na região Norte e enfrentando as forças públicas. Para acompanhar o caso, foi deslocado um grupo de aproximadamente quarenta homens, chefiado pelo então delegado Thacir de Menezes Sai.

Com este delegado, veio também um lançador de bombas de gás, a arma que todos os policiais esperavam. Várias bombas de gás foram lançadas dentro da gruta, para forçar a saída do inimigo. Nem mesmo essa estratégia surtiu efeito, pois ainda se ouviam disparos vindo do interior da gruta. Diante da repercussão da operação junto à opinião pública, contando já com a presença da imprensa no local, por determinação do delegado do DOPS, foram iniciadas as negociações para que Saluzinho se entregasse vivo.

De posse de um megafone, o Capitão Pereira, um dos comandantes da operação, solicitou que o posseiro depusesse as armas e saísse da gruta com as mãos para o alto. Novo disparo indicou que ele não confiava na Polícia Militar e não estava disposto a morrer sem luta. Em seguida, já por volta do meio-dia, o delegado Thacir Menezes Sai, de megafone em punho, apresentou-se para Saluzinho, dizendo que estava ali por ordem do governo especialmente para salvar a vida dele e que ele podia sair com as mãos para cima, sem armas, pois garantiria a sua integridade física. Menezes repetiu a mensagem por mais de uma vez, afirmando que havia assumido o comando da operação.

Depois de um longo silêncio, o momento tão esperado pelos que assistiam ao episódio do lado de fora, aconteceu. Saluzinho apareceu na porta da gruta, esquelético, debilitado pelas noites sem dormir, pela fome e pela sede. De branco, somente sobressaía em seu rosto a borda dos olhos, pois estava totalmente coberto de fumaça e fuligem de carvão, conforme descreve o jornal Gazeta do Norte (1967) do dia 19 de novembro:

A fera humana estava, finalmente, capturada e indefesa, assustada diante de tantas armas apontadas em sua direção. Um médico que se aproximou para examiná-lo e, mesmo sendo médico quase não suportou o cheiro de gás que exalava de seu corpo. Perguntando se estava sentido alguma coisa, o posseiro respondeu prontamente que sentia fome e sede.

Registrada, também no Processo, a força bélica utilizada na captura de Saluzinho, bem como a admiração causada na opinião pública nacional, o Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal, Lourenço Pimenta de Figueiredo narra, às folhas 40 e 40v que

(...) foram dias de temores. Para Varzelândia deslocaram repórteres de todo o país, autoridades superiores da capital do Estado aqui estiveram tomando providências para a captura de Saluzinho. Ele, no fundo de uma gruta, resistiu à prisão; por vários dias enfrentou a gloriosa milícia mineira que, arregimentou contingentes apreciáveis para sua captura. Rios de dinheiro foram gastos em explosivos e munições, transportes e manutenção da força policial, até que lograram sua captulação. A opinião pública ficou dividida. Uma parcela de admiradores cantando lôas ao feito do facínora; outra parcela condenando seus desatinos. Tornou-se tão grave a manifestação pública pró denunciado que a imprensa noticiou os movimentos destinados a angariar recursos para a defesa de Saluzinho. Preso no Batalhão após o espetacular “feito”, uma processão de admiradores não lhe regateavam elogios e aplausos. Face ao exposto não há como negar a necessidade da prisão preventiva do acusado, medida de elevado alcance como garantia da ordem pública, por conveniência da instrução criminal e para assegurar a real aplicação da lei penal em caso de condenação. Saluzinho, um elemento

de vida nômade, conhecedor profundo da região. Conhece vários Estados de Federação, inclusive indiciado em inquérido, processado e condenado no Estado do Paraná. Líder incontestado, arauto e categorizado, sua liberdade será obstáculo à tranquilidade e proficiente instrução criminal, convendido está este Juízo das consequências imprevisíveis de seu retorno ao distrito da culpa. Ademais, seu confinamento é uma segurança para ele próprio, considerando os aspectos que cercaram os delitos, as pessoas das vítimas, a opinião pública.

A notícia da prisão de Saluzinho se espalhou rapidamente e despertou a curiosidade da população. Como narrado nos próprios autos do processo criminal pelo Juiz de Direito Lourenço Pimenta de Figueiredo, a opinião pública se dividiu entre aqueles que o apreciavam e os que o censuravam. Embora nômade na atitude, Saluzinho se tornou líder pelo convencimento das ações ou mera simpatia, mas, como declarou Seu Éuzio, em Varzelândia, se tornou símbolo de referência no enfrentamento da “lei”, ou da *literacy*.

Terminada a resistência, começaram os interrogatórios e uma longa espera por desfecho em cadeias do Estado de Minas Gerais. Inicialmente, Saluzinho ficou preso por quatro meses numa cela do 10º Batalhão de Montes Claros. Lá, o posseiro foi interrogado por diversas “autoridades”: a opinião pública queria saber se aquele “comunista” pertencia a algum grupo subversivo organizado. Após inúmeros interrogatórios, Saluzinho foi conduzido à cadeia pública de São João da Ponte, onde permaneceu por mais de dois anos, sem comunicação alguma com familiares ou advogados. Para este período, nos autos de seu Processo, há apenas uma menção ao advogado dativo nomeado à sua defesa, Francisco José Pereira, onde o mesmo apresenta a relação de testemunhas que deveriam ser ouvidas.

Quando esperava ser libertado devido ao bom comportamento que mantinha na prisão, conta Saluzinho, apareceu um sargento chamado Afonso que, por umas vezes, tentou contra sua vida. O posseiro levou o fato ao conhecimento do juiz da Comarca que, por sua vez, prometeu transferi-lo para Januária. Temendo ser atacado enquanto dormia, Saluzinho preparou um chucho³⁷ com a antena de seu rádio de pilhas e o manteve escondido dentro da cela.

Um dia, provocado pelo referido sargento com um tapa no rosto, e percebendo a intenção do homem, atracou-se com ele em luta corporal, furando-o na região da barriga. Salvo por pessoas que o ajudaram a apartar a briga, o posseiro foi imediatamente transferido

³⁷ Em algumas localidades, no Norte de Minas, “chucho” se refere a uma espécie de espeto ou pequena lança feita de ferro ou madeira em forma pontiaguda.

para a cela número 1 do DOPS, em Belo Horizonte, onde estavam trancafiados diversos presos políticos, 18 ao todo, segundo informação de Luiz Chaves (2008).

Um *habeas corpus*, impetrado no Tribunal de Justiça de Belo Horizonte, foi negado pelo desembargador Laire Santos, que, coincidentemente, havia sido Juiz de Direito em Montes Claros e era amigo declarado do fazendeiro Oswaldo Antunes. Saluzinho deveria ser julgado pela Justiça Militar, na 4ª Região Militar de Juiz de Fora, pois seu “crime” foi enquadrado como sendo de natureza política.

Figura 6 – Pedido de *Habeas Corpus* impetrado no Tribunal de Justiça de Belo Horizonte

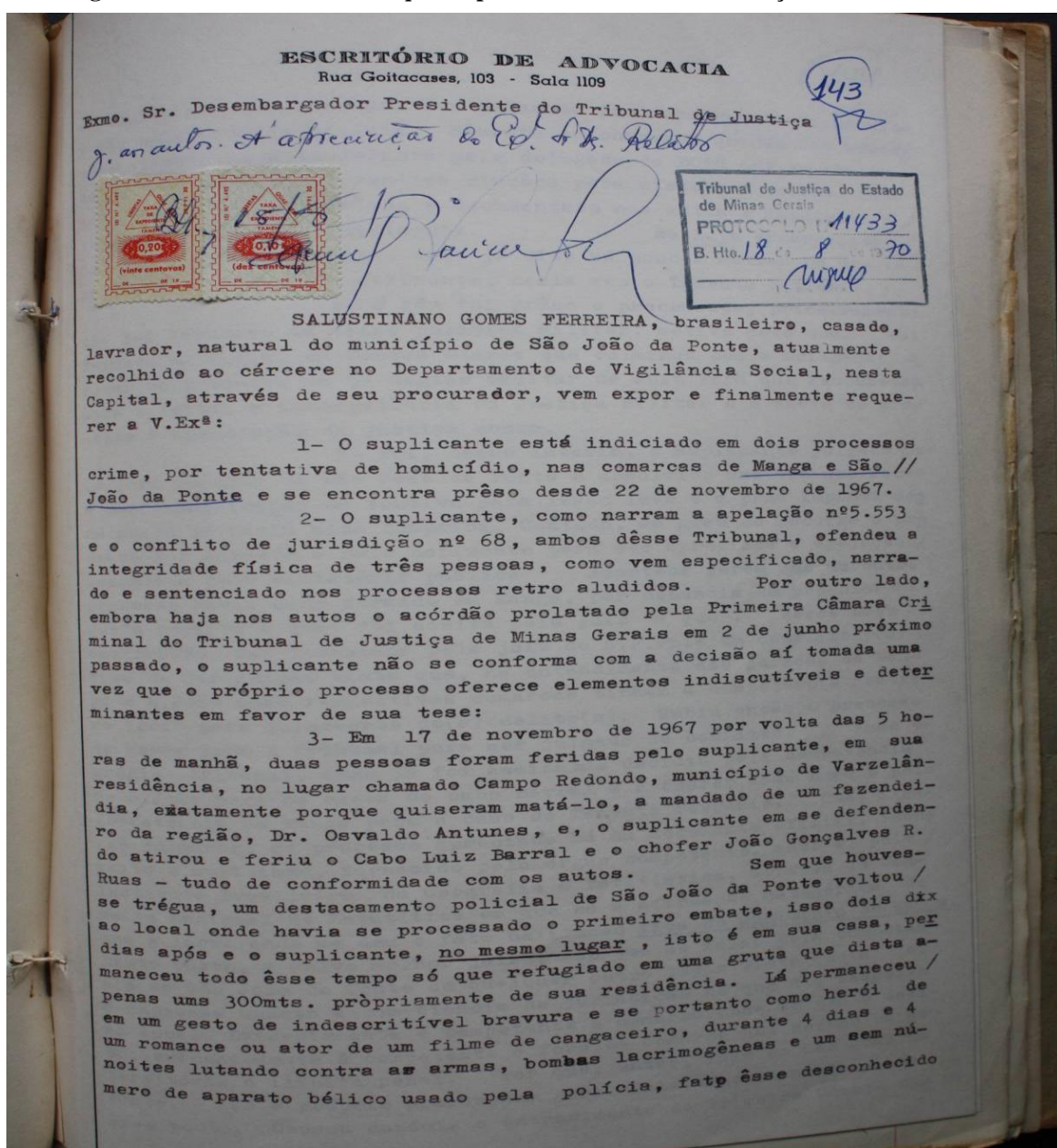


Foto: Hugo Fonseca Moreira

Figura 7 – Continuação da figura 5

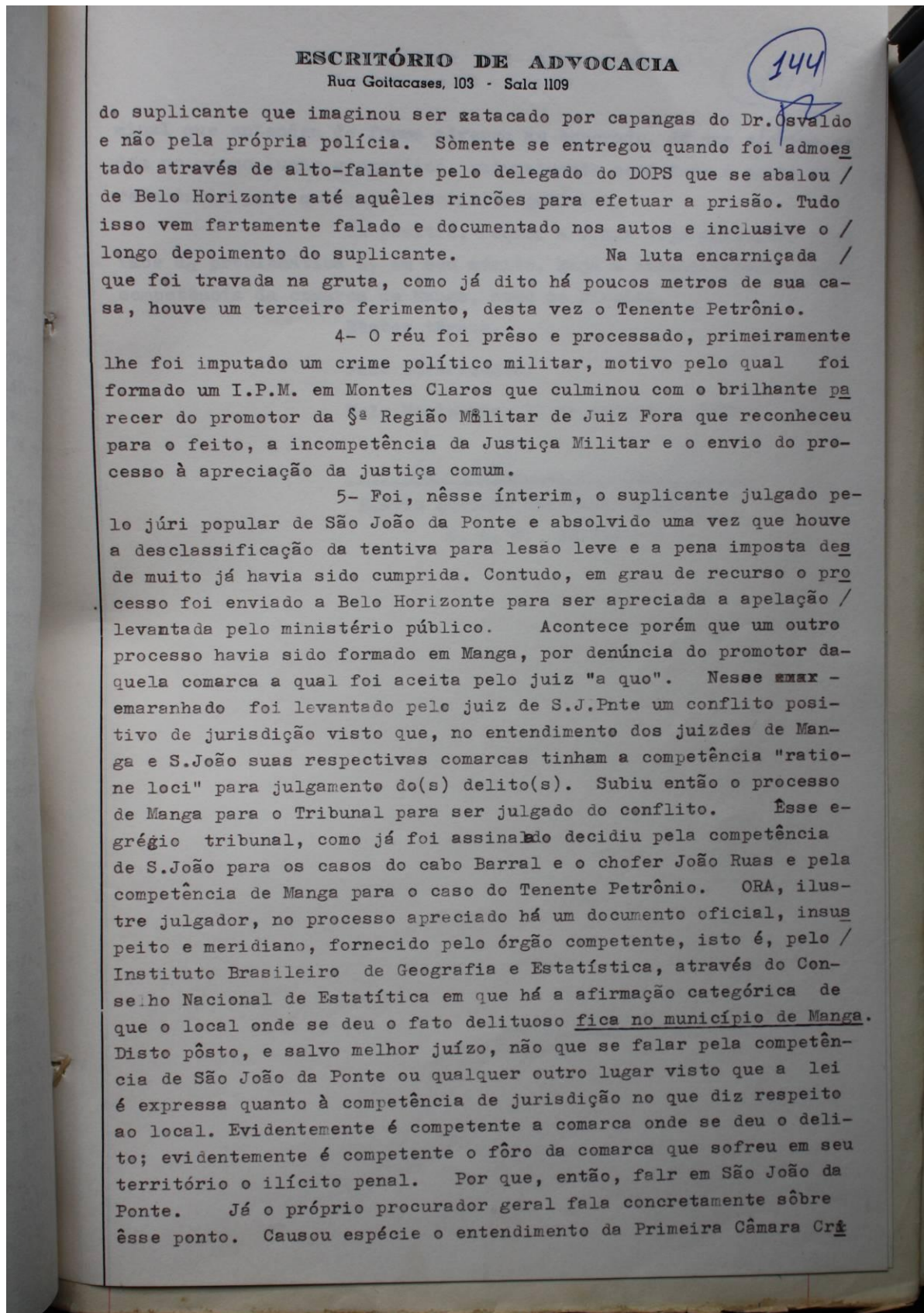


Foto: Hugo Fonseca Moreira

Figura 8 – Continuação da figura 6

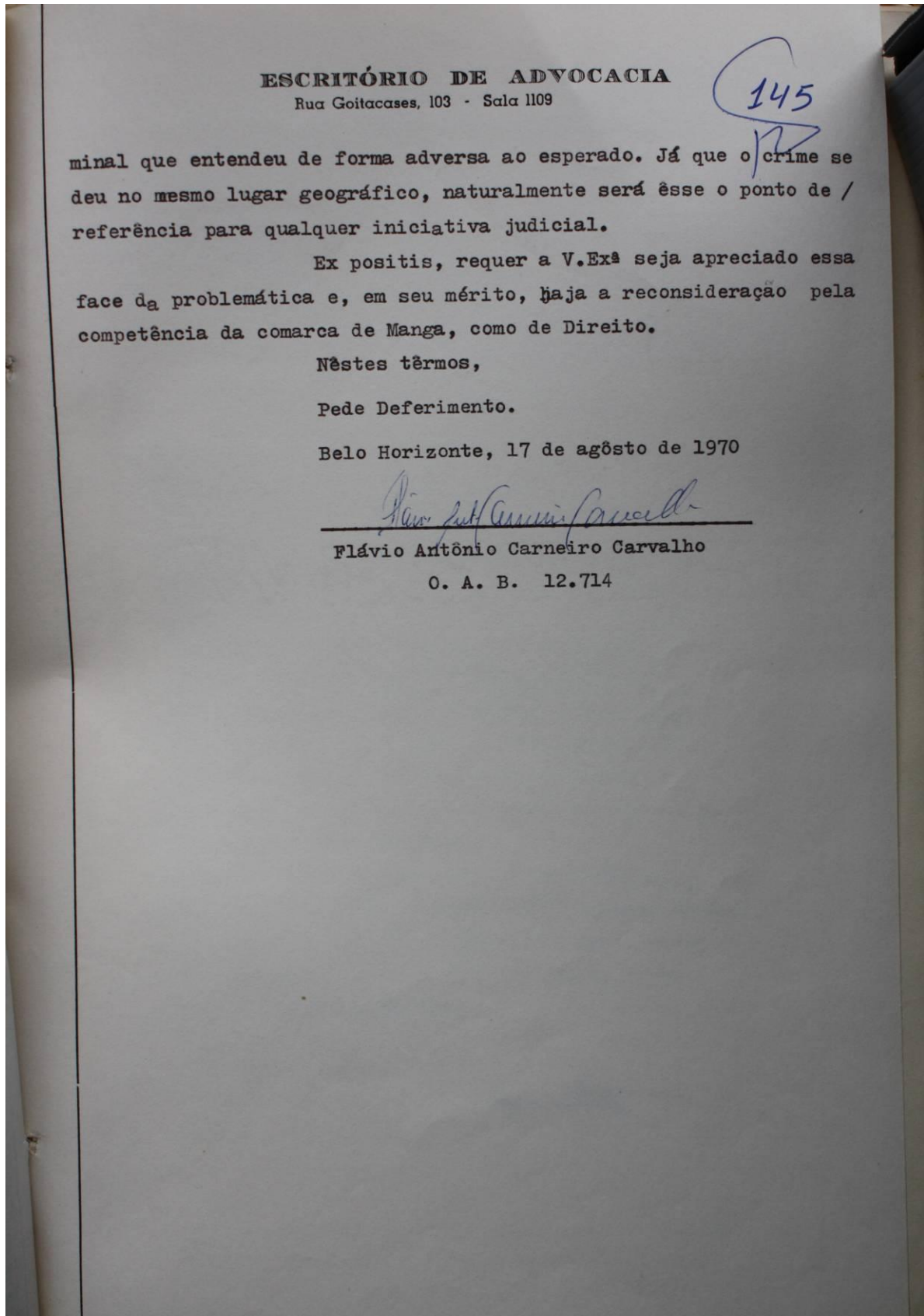


Foto: Hugo Fonseca Moreira

O pedido de *habeas corpus* foi analisado pelo Desembargador Laire Santos que, coincidentemente, havia sido Juiz de Direito em Montes Claros e era amigo declarado do fazendeiro e jornalista Oswaldo Antunes. O mesmo foi negado sob a alegação de que não tinha conhecimento do conflito de número 68, da Comarca de Manga, e somente ter conhecimento do relativo ao processo de número 157, da Comarca de São João da Ponte, indeferindo-o, assim.

Figura 9 – Conclusão do pedido de *habeas corpus* proferida pelo Desembargador Laire Santos

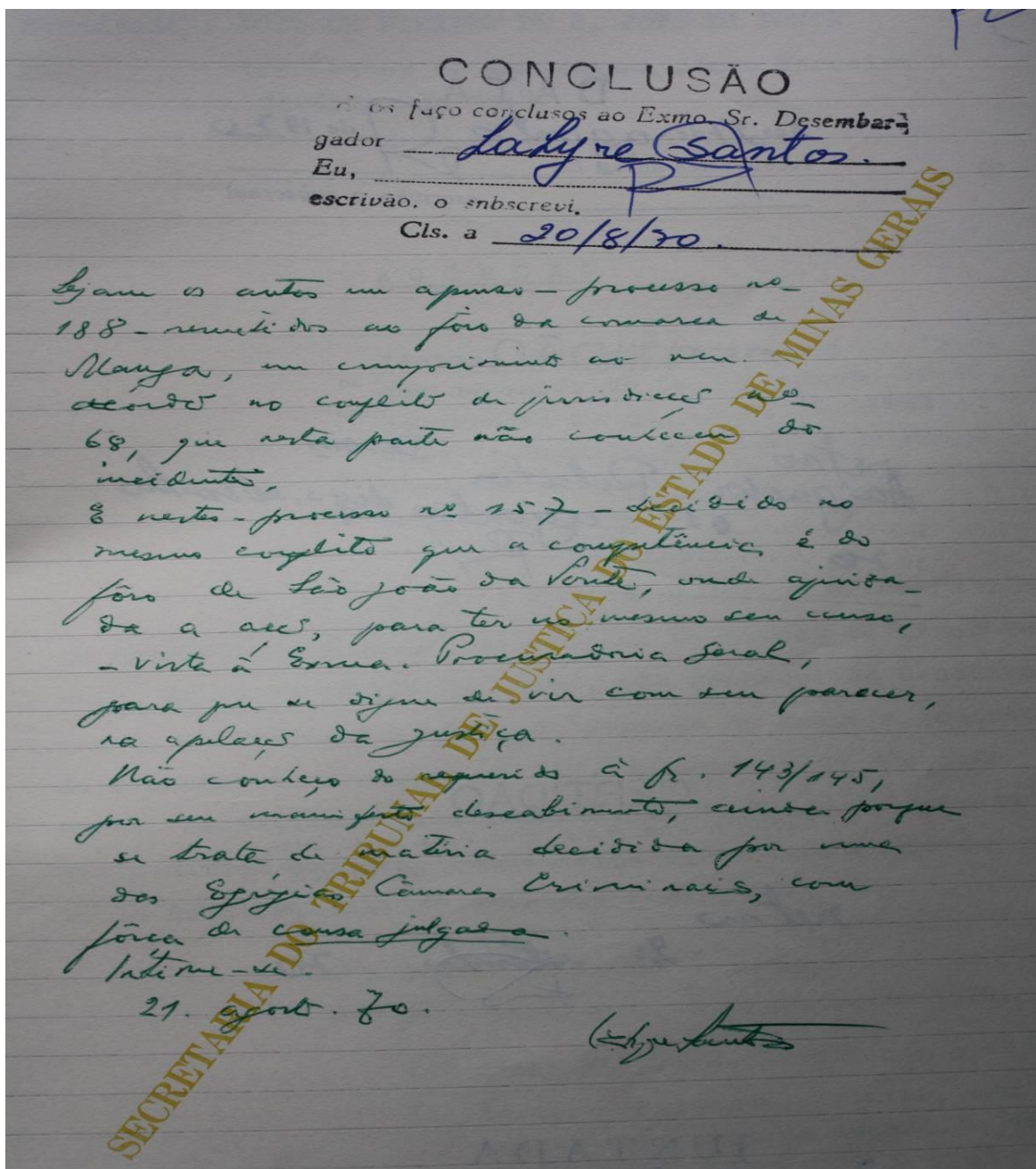


Foto: Hugo Fonseca Moreira

No DOPS, Saluzinho não demorou a fazer amigos. Os presos, em sua maioria, de formação superior, nutriam por ele uma profunda simpatia e respeito. Os detentos ficavam encantados com as histórias do lavrador e sua luta pelo direito à terra. Não entendiam porque estava ali como preso político, quando deveria estar sob a custódia da justiça comum. De qualquer forma, todos procuravam algum meio de ajudá-lo, inclusive no desenvolvimento de sua escrita e leitura.

Contam que o primeiro livro que Saluzinho leu, com a ajuda dos companheiros de cela, foi “Grande Sertão: Veredas”, de Guimarães Rosa, mas isso não está registrado.

Um dos presos, à época, o acadêmico da UFMG, José Afonso Alencar, presidente do Centro Acadêmico Afonso Pena, conseguiu se comunicar com um advogado, informando-lhe de que na cela 01 estava presa uma pessoa extremamente interessante e que no seu entendimento se tratava de preso político comum.

Alguns reclusos, ao serem transferidos do DOPS, choravam ao se despedir de Saluzinho. Dentre eles, José Carlos da Mata Machado (morto, posteriormente em tortura); Antônio Joaquim Gomes (desaparecido); o estudante de medicina Carlos Malgaço. Noutra cela, estavam o jornalista Tito Guimarães e o deputado cassado Dazinho, dentro outros (CHAVES, 2008).

Atendendo aos pedidos dos presos – amigos e clientes –, o advogado Flávio Antônio Carneiro Carvalho decidiu interceder por Saluzinho. Inicialmente teve grande dificuldade de se comunicar com o posseiro, devido ao seu alto grau de surdez. No entanto, percebeu de pronto que se tratava de um preso comum.

A partir dos dados do Dr. Flávio Antônio Carneiro Carvalho, descritos no Processo, bem como no número de sua OAB, número 12.714, fiz uma busca no sítio eletrônico da OAB³⁸ tive como me comunicar com o Dr. Flávio Carvalho, que reside, atualmente, no Rio de Janeiro. A partir de contato via email e, posteriormente por telefone, consegui entrevistar o Dr. Flávio em seu escritório no Rio de Janeiro. Além de se lembrar do caso, o Dr. Flávio afirmou que o processo de Saluzinho estava totalmente viciado e sem qualquer andamento, não podendo dizer o porquê disso. Mas a partir do que vira, entrara, imediatamente, ou com novo pedido de *habeas corpus*, desta vez junto ao Supremo Tribunal Federal. Em uma semana, o advogado recebeu um telex de Brasília informando do deferimento do seu pedido. O entanto, ao apresentar o telex ao diretor do DOPS, Davi Azan, este se recusou a libertar o

³⁸ <http://www.oab.org.br>

preso, informando que o faria somente mediante a apresentação de um alvará de soltura. O alvará foi então requerido junto a Tribunal de Justiça, de Belo Horizonte, sendo lavrado o competente termo, imediatamente, por determinação do próprio presidente do Tribunal, Erotides Diniz. Todavia estas informações não se encontram no processo, que termina com um pedido de nulidade do julgamento em que Saluzinho fora condenado.

Enquanto permaneceu preso, incomunicável com seus familiares, o próprio fazendeiro Oswaldo Antunes e alguns policiais se encarregaram de divulgar em toda a região que Saluzinho havia morrido. Após sair da prisão, Saluzinho perambulou pelo Norte de Minas, absolutamente sem possuir nada. Estabeleceu-se numa pequena posse de terras devolutas, às margens do Rio São Francisco, no município de Itacarambi. Não tardou muito tempo, chegou à sua “fazendinha” um fazendeiro conhecido como Almerindo, que “tomou-lhe” a posse, juntamente com toda a madeira que acabara de tirar para vender e para construir a sua moradia³⁹.

Novamente sem nada, Saluzinho abrigou-se no sítio do seu amigo Osmar, próximo à cidade de Itacarambi, onde plantou uma pequena lavoura. Estava com uma bela roça de milho, arroz e mandioca, até que o fazendeiro João Martins, conhecido como Martinzão, decidiu engordar o seu gado na lavoura dos outros. Cortou a cerca e repontou o gado para dentro da área, destruindo toda a lavoura plantada por Saluzinho⁴⁰.

Após a reconstrução da cerca, apareceu na “fazenda” um jagunço do Martinzão, dizendo que ele próprio iria cortar o arame novamente, cumprindo a ordem do “patrão”. Ouve discussão e, ante o ataque do agressor com um facão, Saluzinho atingiu-lhe com um tiro de espingarda, ferindo-lhe o braço. Após quase dois meses, foi preso e conduzido para a cadeia pública de Januária, onde permaneceu recluso, completamente abandonado⁴¹.

Um belo dia surgiu na cadeia o advogado Aristeu, que ali fora visitar um cliente detido. Tendo reconhecido a pessoa de Saluzinho, impetrou um *habeas corpus*, em favor daquele homem, a esta altura, já velho e debilitado. E conseguiu, desta vez, sua última liberdade.

Após esse fato Saluzinho ainda viveu alguns anos entre as cavernas do Rio Peruaçu, na região de Fabião, em Januária, retirando madeira para cercas e vendendo para alguns fazendeiros. Hoje esta região compõe o Parque Nacional do Peruaçu. Saluzinho trabalhou

³⁹ Fonte: Chaves L. & Ribeiro A. (1985). Entrevista de Saluzinho. Vídeo VHS.

⁴⁰ Ídem.

⁴¹ Ibidem.

ainda, precariamente, nos últimos anos de vida para o fazendeiro José de Paula, em Itacarambi. Velho e doente, já não assustava mais ninguém. Recebeu, ainda em vida, uma homenagem da Câmara Municipal de Montes Claros, proposta pelo vereador José Paulo.

Morreu em Itacarambi, no dia 13 de fevereiro de 1990, na miséria, sem terra e sem nada, levando consigo o sonho da reforma agrária.

Finalizada a pesquisa sobre Saluzinho e tendo a dissertação por finalizada, ocorreu que, lendo as notícias locais da cidade de Montes Claros, no sítio eletrônico <http://montesclaros.com>, percebi que um dos columnistas do sítio se chamava Osvaldo Antunes. Busquei informação junto ao site e à chefia de editoração do mesmo, descobri que aquele se tratava justamente do Dr. Osvaldo Antunes que, no passado, entrara em conflito com Saluzinho. Enviei-lhe, então, um email solicitando que o mesmo me concedesse uma entrevista. Após tentativas frustradas ele aceitou conceder a tal entrevista, talvez porque vencido pelo cansaço. Marcamos, então, que eu o encontraria em sua casa, onde ele me recebeu e eu o entrevistei, todavia, sem que eu pudesse filmar ou gravar a mesma.

A entrevista com o Dr. Osvaldo Antunes foi, muito mais, uma “aula” de Direito Processual e Criminal que, propriamente uma entrevista. Iniciamos com ele dizendo sobre a presença de verdades e inverdades na história sua e de Saluzinho. As verdades eu poderia conferir em seu Processo (“caso eu tivesse acesso”), e as inverdades estava “espalhadas na boca de quem nem teve fé dos acontecidos”, e que eu precisaria espalhar o que chamou de “joio do trigo”. Após esta sua fala eu lhe disse que tinha uma cópia do Processo e havia fotografado o mesmo para a realização da pesquisa, e lhe mostrei as fotografias do mesmo em meu notebook. Ele passou as vistas em algumas páginas e disse que aquele seria um “excelente material à minha pesquisa”.

Iniciei perguntando sobre como era a história da prisão e do por quê da prisão de Saluzinho a partir do seu ponto de vista. A resposta que obtive foi curta e grossa: “não existe o meu ou o seu ponto de vista. Existe o ponto de vista dos fatos, da justiça... e isto você pode verificar nos autos”. Após uns instantes de silêncio eu o perguntei se ele poderia, então, resumir, para mim, a história descrita nos autos. E o que ele me contou não foi diferente do que consta em seu depoimento no Processo às folhas 13 e 14. Após seu relato, tentei, ainda, explorar um pouco do seu parecer sobre tudo o que havia ocorrido. Foi quando, de forma mais solta, o Dr. Osvaldo começou a sua “aula de Direito”, que muito enriqueceu esta pesquisa:

Em certo momento ele diz que Saluzinho, de fato, era um homem muito valente, no sentido bom do termo. Mas que, para ele [Osvaldo] existiam dois meios de você conquistar

algo que julga ser “de direito”: o primeiro é por meio da legalidade, e o segundo por meio da ilegalidade e da bandidagem. Saluzinho fizera a escolha errada. Em certo momento ele diz algo com relação ao fato de Saluzinho “ser comunista”. Então eu lhe perguntei o que era ou em que pesava o fato dele ser ou não um “comunista”. Ele me disse que o comunista daquele tempo era diferente do comunista de hoje. Reportando ao que havia dito sobre “os caminhos, ou da legalidade ou da ilegalidade”, naquele tempo era chamado de comunista aquela pessoa que incitava outras a trilharem o caminho da ilegalidade para garantirem seus “direitos”. Era, portanto, um “subversivo”.

Eu interpelei o Dr. Osvaldo, então, dizendo que, nos autos do processo, consta que Saluzinho agira exclusivamente sozinho e, em nada, há provas ou nos leve a crer que ele tivesse incitado alguém, ou a ajudá-lo nos “crimes que praticara contra o Cabo Barral ou o Tenente Petrônio, ou contra qualquer outro de que fora acusado. Foi quando ele respondeu que,

(...) realmente! Com palavras eu também não me lembro o ver chamando ninguém pra brigar com o patrão ou pra roubar as terras do patrão ou de outro fazendeiro. Mas só o fato dele ter ido contra o que a lei pregava, naquele momento, outros iguais a ele saíram da toca e passaram a enfrentar fazendeiro, enfrentar polícia, enfrentar a lei.

Perguntei, então, se ele poderia dar um exemplo de alguém que tivesse enfrentado fazendeiros e policiais a partir do exemplo de Saluzinho, e ele logo deu o exemplo do Conflito de Cachoeirinha, hoje município de Verdelândia, onde “posseiro e vagabundo” além de estarem em terras que não lhes pertenciam ainda enfrentaram, de cara limpa, até o Comandante do Batalhão da Polícia Militar daquela época, o Cel. Georgino Jorge.

Dizendo ao Dr. Osvaldo que eu tinha conhecimento sobre o conflito de Saluzinho e que, assim como ele mesmo havia iniciada a entrevista, não havia “o meu ou o seu ponto de vista, mas sim o da justiça”, que o Conflito de Cachoeirinha fora julgado aos olhos da justiça e, no tardar, concedida vitória àqueles posseiros. Tendo isto em vista, perguntei se ele não achava, então, que os mesmos [posseiros] tiveram razão em enfrentar a polícia e o fazendeiro que, “coincidentalmente” era o próprio Georgino Jorge. Sua resposta: “se assim a justiça averiguou, nos resta apenas aceitar”.

Lembrei-o, então, de que ao final do Processo de Saluzinho, também por meio da Justiça, fora concedida anulação, pelo Supremo Tribunal de Justiça, do julgamento que condenara Saluzinho pelos crimes de que fora acusado, na alegação de que não fora ele quem iniciara as agressões, mas apenas acometeu tais crimes na tentativa de se defender. Ele concordou e disse que, assim como dissera no início da entrevista, existem dois meios de se conseguir algo que julgue “de direito”: o da legalidade e o da ilegalidade. Se optado pelo caminho da ilegalidade, de saída você já perde o seu direito; já pela legalidade, mesmo que demore, a verdade virá à tona.

Mudando o foco da entrevista, perguntei ao Dr. Osvaldo se no Norte de Minas e, principalmente pelos lados de Varzelândia, existiam muitos posseiros. Ele respondeu que sim, uma vez que as terras eram, quase que em sua maioria, devolutas. Eu lhe perguntei se essas terras eram ou ainda são devolutas. Ele disse que elas “eram”, uma vez que fora feita muita grilagem daquele tempo para cá. Arrisquei, então, em lhe mostrar, mais uma vez o Processo de Saluzinho, onde, no mapa do município de Varzelândia, à folha 17, ilustrada na Figura 2 (p. 100) desta dissertação, sua fazenda se encontra dentro de uma Mata dita Devoluta. Ele então interrompeu a entrevista e disse que eu o estava desrespeitando ao duvidar de sua integridade moral. Eu pedi desculpas e disse que não era esta a minha intenção, como de fato não o foi, mas apenas a de compreender melhor como foi tratada a questão da disposição das terras e do processo de cercamento sofrido pela região naquele momento.

Encerrada a entrevista retornei à minha casa e tentei transcrever, da memória para o papel, a conversa que acabara de ter. Foi a minha última fonte consultada a respeito da história de Saluzinho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com bem frisou Sérgio Buarque de Holanda⁴², a formação sócio-cultural brasileira é o prolongamento de uma formação sócio-cultural Ibérica, onde o mérito pessoal e a responsabilidade individual constituem-se valores dominantes. Diante disto, decorreria uma “reduzida capacidade de organização social”. Conseqüentemente, a solidariedade só existirá nos círculos íntimos e domésticos (espaço privilegiado das relações sentimentais), trazendo consigo dois valores muito caros a essa tradição: a obediência e a vontade de mandar. Essa exaltação da personalidade, característica luso-espanhola, é acompanhada de uma certa “repulsa ao trabalho”, pois o que ambos admiram como ideal é uma vida de grande senhor, exclusiva de qualquer esforço, de qualquer preocupação.

Gosto pelo mando; princípio da disciplina pela obediência; forte personalismo; pouca disposição para o trabalho manual: esses são alguns dos principais atributos de nossa tradição colonial. Na prática, essa tradição acaba por se consolidar em todo um universo imaginário, carregado de representações que acabam por estruturar toda uma comunidade de sentido.

A ocupação (colonizadora) do Norte de Minas, conforme mencionado no Capítulo I, se dá no contexto de expansão dos Bandeirantes em fins do século XVII. Uma dessas bandeiras, a de Matias Cardoso, transitou pela região do rio São Francisco por volta de 1689. Essas bandeiras levaram à formação de currais, que se expandiram na região san-franciscana à custa da dizimação dos índios da região. Temos, por tanto, já por essa época, tanto o surgimento quanto a consolidação de uma classe de grandes proprietários de terra, cuja organização política se fundamenta na sua riqueza e no seu poderio pessoal, pois nos “domínios rurais, a autoridade dos proprietários de terras não sofria réplica. Tudo se fazia consoante sua vontade, muitas vezes caprichosa e despótica”⁴³. Nesses domínios, a autoridade do chefe proprietário era incontestável e se estendia aos escravos e agregados, dilatando, assim, o círculo familiar e alargando a autoridade do chefe. No caso “Norte de Minas”, exclui-se a figura paternalista sobre os escravos, uma vez que esta região teve de tudo, menos escravidão. Havia escravos, claro, mas somente até onde a Mata da Jaíba fazia limite. A partir dela vemos a presença de negros aquilombados, somente expropriados a partir da década de 1930. Todavia, já em processo de formação de uma “cultura política” específica,

⁴² HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 26 Edição, 1995.

⁴³ Ídem. p. 80.

permaneceria a figura paternalista sobre outros aspectos. Esse quadro familiar se estende para fora do ambiente doméstico, modelando toda nossa organização social e política.

A violência se torna característica dos sertões do São Francisco. Tal violência acaba por impregnar todos os setores da organização social, incrustando-se até na esfera cultural. Maria Sylvia de Carvalho Franco⁴⁴ demonstrou como o ajuste violento se consolidou na cultura sertaneja como uma forma tradicional de agir. A violência aparece integrada ao cotidiano sertanejo, repetindo-se com certa regularidade, principalmente nos setores fundamentais das relações comunitárias. “(...) essa violência atravessa toda a organização social, surgindo nos setores menos regulamentados da vida, como as relações lúdicas, e projetando-se até a codificação dos valores fundamentais da cultura”⁴⁵.

A conduta violenta acabou se incorporando à sociedade sertaneja e essa mesma sociedade acaba por valorizar tal tipo de conduta, devido, principalmente, ao “fato de circularem, desimpedidas de juízos restritivos, [o que] indica também que a violência é incorporada não apenas como um comportamento regular, mas positivamente valorado”⁴⁶.

⁴⁷Nessa situação de valorização da violência, determinada por um contexto onde as notícias sobre a violência circulam livremente, pode-se observar todo um sistema de valores centrados em atributos como a “coragem pessoal”, a “honra”, a “bravura” e a “força”. Enfim, a violência corresponde a todo esse sistema de valores instituídos socialmente. Alia-se, a isso, sua contra-face: a dominação pessoal exercida sobre os grupos subalternos, ou seja, pequenos proprietários e sitiantes, além de trabalhadores rurais e escravos. A respeito disso, temos a instituição de fortes vínculos entre o grupo dominante e o grupo dominado através do estabelecimento de relações de compadrio. O compadrio camufla relações de dependência e submissão pessoal. Essa submissão ao grande fazendeiro vai acarretar um total comprometimento da autonomia dos pequenos agricultores, que, em termos políticos, vai se traduzir em total adesão para com os grandes potentados. O conformismo político também é outra grave consequência do processo de dominação pessoal, pois os dominados são reduzidos a um estado de completa inércia.

As primeiras redes de poder tecidas no Norte de Minas terão início a partir da primeira metade do século XIX. Com a queda da monarquia e sua substituição pela república, os grupos detentores do poder se reestruturarão na tentativa de se inserirem na nova ordem

⁴⁴ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na Ordem Escravocrata**. São Paulo: UNESP, 1997.

⁴⁵ Ídem. p. 27.

⁴⁶ Ídem. p. 56.

política, marcada pelo federalismo e pelo regime representativo de base maior. A cultura política do Norte de Minas, no decurso da primeira república, se inscreve dentro de uma conjuntura predominantemente coronelista. Contudo, o coronelismo local é fruto de uma realidade histórica própria, o que infere, à cultura política local, uma coloração sintonizada com a sua concretude histórica. Efetivamente, a violência na região Norte de Minas pode ser observada desde os primórdios da ocupação, quando os bandeirantes dizimaram muitos e escravizaram a maior parte dos nativos. Entretanto, é durante os motins do rio São Francisco, na primeira metade do século XVIII, que os Potentados da região vão demonstrar que a violência se incorporou rotineiramente em suas práticas: escapava do feroz controle do poder público lusitano e, por isso, o grau de violência na região foi muito alto. Nessas áreas “foi facultado aos proprietários o exercício pleno da dominação ao nível interno, ao que se somou a ausência de mecanismos eficazes de subordinação externa”.

Essa conjuntura histórico-social determinou os principais valores sociais que vão permear o imaginário coletivo local. Estrutura-se uma comunidade de valores, onde a violência e os fatores que a legitimam, o mandonismo e a dependência pessoal, são normatizados e sancionados através de sistemas de representações que as fixam e as traduzem. As relações de dominação dependem de um imaginário coletivo para a legitimação de seu poder. Essas relações de dominação vão se caracterizar por forte investimento no campo do imaginário social coletivo. Os potentados vão procurar legitimar o seu poder e buscar seus referentes nessa comunidade de sentido. O imaginário da elite dominante (o potentado na colônia, futuro coronel no império) precisa se desdobrar em representações coletivas a fim de legitimarem as relações de força e também efetivarem a sua legitimação como prática política. A coragem, a honra, a valentia e a força constituem alguns atributos simbólicos que designam este potentado. Seus principais valores correspondem à ordem, à moral, à família, à propriedade e à tradição.

Este foi o pano de fundo sobre o qual forjou-se o cenário em que se deu a trajetória de Antônio Dó e “seu bando”. Todavia, o notável da história deste sujeito social – e não foi diferente com muitos outros não famosos anteriores a ele – é a sua personalidade desviante. Se é certo afirmar que a violência é valorada e sua conduta é normatizada ao personalismo, ao paternalismo, em suma, ao “contrato de favor” entre potentado/coronel/fazendeiro/patrão e agregado/empregado/”afilhado”, é certo, também, afirmar que, rompido este “contrato”, que tem sua lógica na dádiva, que deve ser recíproca, nasce um sujeito com as mesmas características daquele em que há a valorização da violência e onde se observam valores

centrados em atributos como a “coragem pessoal”, a “honra”, a “bravura” e a “força”. Todavia, estas são, agora, características de um sujeito “livre” do mando moral daquele que lhe presta o favor, mas de um sujeito que utilizará de tais características violentas contra aquele que ofende ou ofende um dos seus. Como o caso que ouvi em São Francisco em que um sertanejo pede ajuda a outro para resolver uma pendência em que o mesmo está sendo injustiçado. Em troca da ajuda, o primeiro ficará devendo o favor ao segundo. Este, então diz que o ajudará, mas quem a obrigação do primeiro lhe deve o favor, uma vez que esta seria uma pendência em que ele “está com a razão”, e que o favor poderia ser cobrado caso haja a necessidade da ajuda em outra pendência em que, deste vez, lhe “falte a razão”.

Antônio Dó, até o dia de sua primeira peleja com Chico Peba, era um homem inserido na lógica social vigente. Ele, juntamente a seus pais e irmãos, assim que chegaram a São Francisco, se apresentaram ao chefe político local e, por meio do favor, se apossou de uma parcela de terras na qual passou a trabalhar e a viver. “Afilhados” daquele chefe político, cumpriram suas obrigações de reciprocidade, apoiando-o politicamente e reproduzindo aquela lógica de favores.

Transformada a ordem política que conheciam e, posto de lado aquele chefe político à entrada de outro, como seria natural, a disputa política entre esses se estenderia às suas respectivas “parentelas”. Dó e sua família, por serem apadrinhados do Cel. Nunes Brasileiro, não seriam assistidos pela corrente política de mando, a partir da destituição daquele Coronel. A prática de atentados violentos entre essas referidas “parentelas” já era algo conhecido e legitimado, o que não foi o estopim de sua revolta. O seu desvio se deu dentro de outro contexto: qual seja a disputa pelo acesso à terra e a falta (ou quebra) de contrato de favor entre a nova ordem política de mando e Antônio Dó.

Logicamente tudo se enquadra em um mesmo contexto. Mas a revelia de Dó é motivada de forma específica. Processualmente, a análise poderia ser realizada como “briga de vizinhos”, num primeiro instante. Em um segundo instante, quando da agressão de Dó ao Capitão Américo, “desacato seguido de agressão”, como assim foi feito, evocados os artigos 134 e 303 do Código Penal e do disposto no artigo 66, no parágrafo 3º, do Código Penal. Seguido a isso, Dó, refugiado, foi acusado e perseguido por crimes de formação de bandos armados, invasões de propriedades, saques, pistolagem e outros crimes que muito o igualam ao afamado Lampião, seu contemporâneo. E, por essa semelhança com Lampião é que Dó fora chamado de “o cangaceiro das barrancas”. Por isso, também, a análise de sua trajetória

não pode se furtar a debruçar uma lente que o veja a partir do recorrente conceito de “banditismo social”.

As literaturas nacionais, principalmente da região nordeste, apresentam referências aos tipos rurais e, entre estes, os “camponeses revoltados”, de forma individual ou coletiva. Entre estas duas formas de resistência, os literatos do século XIX preferiram a individual como modelo. Esses indivíduos revoltados foram a base da construção de arquétipos e, *a posteriori*, a base de modelos na construção da identidade nacional. Tanto o romantismo quanto o liberalismo analisaram este tipo social como a base da nacionalidade: pessoas violentas lutando contra o irreversível avanço da modernidade, identificadas com os valores patriarcais tradicionais e associadas à liberdade absoluta do “bom selvagem”.

Desde a década de 1960, as aproximações da História Social ao fenômeno do Banditismo Social estiveram fortemente marcadas pelos estudos desenvolvidos por Erick Hobsbawm. Fernand Braudel tinha feito alguns avanços nesta questão, porém, só quando Hobsbawm publicou *Primitive Rebels*, em 1959, e *Bandits*, em 1969, o Banditismo Social, como uma forma de resistência camponesa, passou a fazer parte do elenco temático da História Social. Este modelo de análise foi aplicado largamente a distintas realidades e situações, com maior ou menos êxito. Desde o início, este é um tema que aparece como necessariamente comparativo e não restrito a um período histórico e, outrossim, a uma determinada situação histórica.

Dos três tipos de “bandidos”, a partir das concepções de Hobsbawm, quais sejam: “o bandido nobre”, como Hobin Hood; “os guerrilheiros primitivos”; e o vingador, como Lampião; Antônio Dó e Saluzinho não se enquadram em absolutamente nenhum destes perfis. Talvez uma junção entre o “bandido nobre” e o “vingador”, uma vez que, de trama pessoal, ela passa a ser coletiva a medida que as suas ações [Antônio Dó] passam a ser em nome de uma maioria desfavorecida, como as vezes em que atendeu aos chamados do Padre Gangana a defender pequenos posseiros e agregados do processo de cercamento de terras. E a medida em que Saluzinho enfrenta a grilagem de terras iniciada pelo fazendeiro Osvaldo Antunes em nome de “todos os posseiros” da Mata da Jaiba.

Mas, um outro ponto deve ser bem colocado. Aquilo que é banditismo, por ser social, é diferido de criminalidade, ao menos nas análises históricas e sociológicas. Neste ponto, facilmente veremos os surtos de bandoleirismo do passado analisados como Banditismo Social, e o banditismo contemporâneo visto como criminalidade. Além disto, raros são os casos em que o “bandido” é glorificado em vida, e esta pode ser uma chave para nos

aproximarmos desta questão. Antônio Dó foi um destes poucos fenômenos, mas fora glorificado como “o bandido” e é, neste adjetivo, que se encontra todo o seu status: “honra”, “bravura”, “força”. Não a causa que o levara a se tornar um ser desviante, mas o desvio, em si, era o elemento que o trasladava da condição de indivíduo à condição de sujeito. Sujeito do seu processo.

O contrário ocorreu com Saluzinho. Também passou da condição de indivíduo à de sujeito a partir de seu “desvio”. Mas o título de “bandido” que recebera fora a sua desgraça. Foi reconhecida a causa de sua bravura mas não a bravura, em si. Seria necessário a abertura política do país, uma década e meia, depois de sua prisão, para que os movimentos sindicais iniciassem uma luta em defesa dos posseiros, inspirada em Saluzinho, todavia a partir de outros recursos. De um lado temos um desviante pela “bandidagem”; de outro temos um bandido pelo desvio.

Encontramos, então, dois sujeitos idênticos, personificadores de períodos distintos no contexto social, político e cultural do Norte de Minas. De um lado um “bandido herói” e de outro um “herói bandido”. Cada qual portador da chave que abre as portas de seus respectivos cenários; cada qual escrevendo a história de suas vidas e introduzindo a história de toda uma figuração os sucederiam. Vemos, então, dois sujeitos idênticos quanto à liderança que exerceram. Não apenas a liderança direta, de chefia, tal qual verificamos na trajetória de Antônio Dó em relação aos seus “jagunços”, mas uma liderança que extrapola os limites do que eu chamaria de *dominus corpus* ou “domínio pela presença”: morre o homem mas fica o nome.

O conceito de liderança, normalmente, tem, hoje, uma acepção bastante diferente da que teve, tradicionalmente na história do pensamento, desde Platão. Como exemplo de uma formulação do conceito tradicional, tem-se a definição dada por Mac Iver & Page (1937) que a consideram a capacidade de persuadir ou dirigir os homens, resultado de qualidades pessoais, independentemente da função exercida. Nesta definição, a Liderança é identificada e reduzida à esfera de poder resultante das atitudes do líder, como tal. Permanece, assim, preso, o seu conceito, totalmente, à idéia de uma biologia específica do líder: o herói carismático.

O Dicionário de Política de Norberto Bobbio identifica três tipos de líderes e os caracteriza como a) o líder de rotina, b) o líder inovador e c) o líder promotor. Todavia, nos três tipos está a figura ou daquele líder que se define pelo papel que desempenha em uma determinada instituição ou daquele líder que determina o seu papel. Em ambos os casos há a concepção de íntima relação entre o líder e sua liderança.

O adjetivo proposto a Antônio Dó e a Saluzinho, entretanto, vai além destes conceitos, uma vez que busca enxergá-los não no exercício de suas lideranças – se que posso chamar de suas –, mas a partir da significação que suas trajetórias tiveram para outros homens e mulheres que o sucederam, não, especificamente, líderes, também.

Um exemplo que eu poderia reportar, neste momento, é o de quando eu entrevistava o Dr. Osvaldo Antunes e o mesmo chama Saluzinho de “comunista” demonstrando a diferença entre o “comunista de outrora” e o “comunista atual”, sendo o primeiro “aquela pessoa que incitava outras a trilharem o caminho da ilegalidade para garantirem seus ‘direitos’, sendo, portanto, um ‘subversivo’”. Interpelado, por mim, dizendo que, nos autos do processo, consta que Saluzinho agira exclusivamente sozinho e que, em nada, havia provas de que ele tivesse incitado alguém, ou a ajudá-lo nos “crimes que praticara contra o Cabo Barral ou o Tenente Petrônio, ou contra qualquer outro de que fora acusado, o Dr. Osvaldo respondeu:

(...) realmente! Com palavras eu também não me lembro o vir chamando ninguém pra brigar com o patrão ou pra roubar as terras do patrão ou de outro fazendeiro. Mas só o fato dele ter ido contra o que a lei pregava, naquele momento, outros iguais a ele saíram da toca e passaram a enfrentar fazendeiro, enfrentar polícia, enfrentar a lei.

O que eu quero dizer é que as trajetórias vividas por Dó e Saluzinho foram os portões de novos cenários, cada qual a seu tempo, na história da forma como se dariam as relações entre os portadores da *literacy* e os portadores da *orality*, às custas de violência, em um momento, e de luta e resistência (*literacy*) em outros momentos, tiveram seus pesos equiparados.

Finalmente, a história de Antônio Dó e a história de Saluzinho são algumas das histórias perdidas do Norte de Minas, silenciadas na literatura mas berradas na oração moral e de personalidade de cada posseiro, geraizeiro, caatingueiro, vazanteiro, xakriabá ou quilombola do sertão norte-mineiro, e que, as vezes de forma estridente e outras imperceptíveis, vão tomando contorno e acabam se concretizando na história oficial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Capistrano – **Capítulos da História Colonial (1500-1800)**. 7 ed. São Paulo: Publifolha, 2000. Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro.

_____. **Capítulos de História Colonial**. Abril Cultural, São Paulo: 2000. Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro.

ALMEIDA, Roberto Alves de. **O saber camponês**. Monografia de graduação. Departamento e Antropologia. Brasília: UnB. 1988.

AMAMS, Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene. **A região mineira do Nordeste e o Semi-árido**. Montes Claros: dez./1993. (mimeo)

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **A Sedição de 1736**: estudo comparativo entre a Zona Dinâmica da Mineração e a Zona Marginal do Sertão Agro-Pastoril do São Francisco. Belo Horizonte: Departamento de Ciências Políticas da UFMG, 1993. (Tese de Mestrado).

_____. **Vassalos e Rebeldes**: violência coletiva nas Minas na Primeira Metade do Século XVIII. Belo Horizonte: Editora com Arte, 1998.

ARAÚJO, Elisa Cotta De. **Nas margens do São Francisco**: sociodinâmicas ambientais, expropriação territorial e reafirmação étnica do Quilombo da Lapinha e dos vazanteiros do Pau de Légua. Montes Claros: Unimontes, 2009 (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Social).

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Mitologia da Mineiridade**. O imaginário mineiro na vida política e social do Brasil. Brasiliense, São Paulo: 1999.

ASPAS – Assessoria Para Assuntos da SUDENE – C.E.D. **Área do Polígono das Secas em Minas Gerais**. Palácio dos Deputados, 1970. (mimeo).

BARBOSA, Rômulo Soares; FEITOSA, Antônio Maurílio. “A dinâmica de luta pela terra no norte de Minas Gerais”. In: FEITOSA, A. M. A. et al (org.). **Debaixo da lona**: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil. Goiânia: Ed. da UCG, 2006. p. 171-195.

BARTH, Fredrik.. **Ethnic Groups and Bounderies**: The Social Organization of Culture Difference. George Allen & Unwin, London: 1969.

BASSIN, Mark – **Inventing Siberia**: Visions of the Russian East in the Early Nineteenth Century. In *The American Historical Review*, 96: 3, 1991.

BOLLE, Willi. “Grandesertão.br” ou: a invenção do Brasil. In MADEIRA, A. e VELOSO, M. (orgs.). **Descobertas do Brasil**. Brasília: Editora da UnB, 2000, pp. 165-240.

BOURDIEU, Pierre. “A Economia dos Bens Simbólicos”. In **Razões Práticas**. 5 ed. São Paulo: Papirus, 2004, pp. 157-194.

BRASIL, Senado do Império. **Annaes do Senado do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, Diário do Rio de Janeiro, 1973a.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Annaes do Parlamento Brasileiro**. Rio de Janeiro, J. Villeneuve, 1973.

BRITO, Valéria Esteves de. **Negros de Maravilha: Abandonados e Esquecidos, agora Lembrados**. Diagnóstico Cultural, Sócio-Econômico e Político. (mimeo).

BURTON, Richard. **Viagem de Canoa de Sabará ao Oceano Atlântico**. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo: USP, 1977.

CABRAL, Antônio Ferreira. **Capitão Enéas: um Mauá no Norte de Minas**. Belo Horizonte: Ed. Littera Maciel Ltda., 1985.

CARDOSO, Vicente Licínio de. **À Margem da História do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1933.

CARVALHO, Orlando. **O Rio da Unidade Nacional: o São Francisco**. São Paulo: Nacional, 1933.

COHN, Amélia. **Crise Regional e Planejamento: o processo de Criação das SUDENE**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978.

COSTA FILHO, Aderval. **Os Gurutubanos: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro**. Brasília: UnB, 2008. (Tese de Doutorado).

COSTA SILVA, René Marc – **Por onde o povo anda: a construção da identidade quilombola dos negros do Rio das Rãs**. Brasília: Departamento de História, 1998. (Tese de Doutorado).

COSTA, João Batista de Almeida. “A cultura sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas”. In Santos, G. R. (Org) **Trabalho, cultura e sociedade no Norte/Nordeste de Minas: considerações a partir das Ciências Sociais**. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997, pp. 77-97.

_____. “O Ser da Sociedade Sertaneja e a Invisibilização do Negro no Sertão Norte do Gerais”. In LUZ, C. e DAYRELL, C. A (orgs.). **Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade**. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa; Goiânia: Agência Ambiental de Goiás, 2000, pp. 107-140.

_____. Cultura, Natureza e Populações Tradicionais: O norte de Minas como síntese da nação brasileira. In: **Revista Verde Grande**. v. 1, n. 3, Montes Claros: 2006. p. 8-48.

COSTA, João Batista de Almeida. “Cultura, natureza e populações tradicionais: o norte de minas como síntese da nação brasileira”. In: **Revista Verde Grande**. Montes Claros: Ed. Unimontes, Vol. 1, n.3 (dez. 2005/fev. 2006).

_____,. **Do Tempo da Fartura dos Crioulos ao Tempo de Penúria dos Morenos:** Identidade através de Rito em Brejo dos Crioulos (MG). Brasília: Universidade de Brasília, 1999. (Dissertação de Mestrado).

_____,. et all. **Os Guardiões das Veredas do Grande Sertão:** A população tradicional veredeira do Assentamento São Francisco e Gentio, o Parque Nacional Grande Sertão Veredas e o Inventário das Referências Culturais. Funatura; IPHAN, Brasília: 2005. (mimeo).

COSTA, João Batista de Almeida. **Mineiros e Baianos:** Englobamento, Exclusão e Resistência. Brasília: Universidade de Brasília, 2003. Tese de Doutorado.

_____,. “Movimento Catrumano: o norte de Minas como berço de Minas Gerais”. In: **Revista Verde Grande**. v. 4. Montes Claros: 2007. p. 17-28.

_____,. Sentir-se Norte Mineiro: as raízes de nossa regionalidade. In: **Opinião**, Montes Claros (MG): 2002. p. 04 - 04, 07 out.

CUNHA, Euclides da – **Os Sertões:** Campanha de Canudos. 39 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves; São Paulo: Publifolha, 2000. Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro.

D’ANGELIS FILHO, João Silveira e outros. **Gurutubanos:** o ambiente e a produção no Vale do Gurutuba. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas: 2003 (mimeo).

_____,. **Políticas locais para o des-envolvimento local no Norte de Minas:** uma análise das articulações local e supra local. Temuco, Chile: 2005.

DAYRELL, C. A. e outros. **Grande Sertão:** Veredas e seus ecossistemas. Montes Claros: Grupo de Estudos e Ação Ambientais, 1991 (mimeo).

_____. e outros. **Populações Tradicionais do Norte de Minas:** Transformando o uso sustentável da biodiversidade em trunfo para o desenvolvimento territorial. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, 2005. Diagnóstico PICUS/FUNBIO (mimeo).

_____. **Geraizeiros y Biodiversidad en el Norte de Minas Gerais:** La contribución de la agroecología y de la etnoecología en los estudios de los agroecossistemas. Huelva: Universidad Internacinal de Andalucía, 1998. Dissertação de Mestrado.

_____. “Os Geraizeiros descem a serra ou a Agricultura de quem não aparece nos Relatórios dos Agrobusiness”. In LUZ, C. e DAYRELL, C. A (orgs.). **Cerrado e Desenvolvimento:** Tradição e Atualidade. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa; Goiânia: Agência Ambiental de Goiás, 2000, pp. 189-272.

DIAS, Fernando Correia. **A imagem de Minas.** Ensaio de sociologia regional. Imprensa Oficial, Belo Horizonte: 1971.

DIEGUES JÚNIOR, Manoel. **Regiões culturais do Brasil.** Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais; Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro, 1960.

DULCI, Otávio Soares. **Políticas e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

DURKHEIM, Emile e MAUSS, Marcel. “Algumas Formas Primitivas de Classificação”. In MAUSS, Marcel, **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 1981, pp. 399-455. Coleção Estudos.

EITEN, George. **Vegetação do Cerrado**. In PINTO, Maria Novaes (org.). **Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas**. 2 Ed. Brasília: Editora da UnB; Sematec, 1993.

ESTERCI, Neide. **Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa**. Petrópolis: Vozes. 1987.

FJP/Centro de Estatística e Informações. **Anuário Estatístico da Região Mineira do Nordeste**. Belo Horizonte: 1994.

FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. **Homens livres na Ordem Escravocrata**. São Paulo: UNESP, 1997.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método I**. 5 Ed. Revisada. Petrópolis: Vozes, 1997.

GEA – GRUPO DE ESTUDOS E AÇÃO AMBIENTAL. **Grande Setão: Veredas e Seus Ecossistemas**. Montes Claros, 1991. (mimeo).

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GERVAISE, Ives. **A transformação Agrária do Nordeste Meridional: Norte de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Instituto de Geo-Ciências/UFMG, Publicação Especial n.º 1, 1975.

GOMES, Ana Maria. **Perfil Sócio-demográfico Xakriabá**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, s/d (mimeo).

GREIS/SETAS, Grupo Regional de Integração Social. **A Imigração em Montes Claros: Aspectos Sócio-Econômicos**. Montes Claros – MG: SETAS, set./1980. (mimeo).

GUIMARÃES ROSA, João - “Minas Gerais”. In *Ave, Palavra*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978, pp. 245-250.

_____. **Grande Sertão: Veredas**. 30 Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 26 Edição, 1995.

JANOTTI, Maria de Ludes Mônico. O coronelismo: uma prática de compromissos. São Paulo: Brasiliense, 1981.

JATOBÁ, Jorge. Desenvolvimento Regional no Brasil: Políticas e Controvérsias. In: ANPEC, Resenhas de Economia Brasileira. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

LACERDA, Carlos. **Desafio e Promessa**: o Rio São Francisco. Rio de Janeiro: Record, 1964.

LESSA, Simone Narciso. **Trem-de-Ferro**: do cosmopolitismo ao Sertão. Campinas-SP: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, UEC. 1993. (Tese de Mestrado)

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Totemismo Hoje**. Lisboa: Edições 70, 1986. Perspectivas do Homem.

LIMA, Alceu de Amoroso. **Voz de Minas. Ensaio de Sociologia Regional Brasileira**. Rio de Janeiro: Agir, 1945.

LIMA, Noraldino. **No Valle das Maravilhas**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1925.

LINHARES, Joaquim Nabuco. **Mudança da Capital**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1905.

LINS, Wilson. **O Médio São Francisco**: uma sociedade de pastores e guerreiros. 2.^a ed., Salvador: Livraria Progresso, 1960.

OLIVEIRA, Cláudia Luz. **Vazanteiros do Rio São Francisco**: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais. Belo Horizonte:UFMG, 2005. Dissertação de Mestrado.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. **História do Sertão Noroeste de Minas Gerais (1690-1930)**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1991.

MESQUITA, Elpídio de. **História do Rio São Francisco**. Rio de Janeiro: Livraria J. Leite, s/d.

Montes Claros: FUNORTE; **Catuti**: Prefeitura Municipal 2003 (mimeo).

NUNES LEAL, Victor. **Coronelismo, enxada e voto**. Rio de Janeiro: Alfa Omega, 1978.

_____. **O coronelismo e o coronelismo de cada um**. In: Revista de Ciências Sociais. Vol. 23, n. 1, 1980, pp. 11-14.

OLIVEIRA, Alessandro Roberto de. **A Luta Política é uma coisa, a Indígena é a História do Povo**: Um estudo das relações entre os Xakriabá e os Regionais. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 2004. Monografia de Graduação.

OLIVEIRA, Marcos Fábio M. "A inclusão do Norte de Minas na área de Atuação da SUDENE". In: **Caderno Geográfico**, V. ii, n.º 2, UNIMONTES. Montes Claros: out./1993.

PANG, Eul Sôo. **Coronelismo e Oligarquias** (1889-1943): A Bahia na 1ª República brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

PAULA, Hermes de. **Montes Claros, sua História, sua Gente e seus Costumes**. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1957.

PIERSON, Donald. **O Homem do Vale do São Francisco**. Rio de Janeiro: Ministério do Interior/Superintendência do Vale do São Francisco. 1972, Tomo II.

PIMENTEL, Sidney Valadares. **O Chão é o Limite. A Festa do Peão de Boiadeiro e a Domesticação do Sertão**. Goiânia: Editora UFG, 1997.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. “As Minas e os Gerais – Breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas”. In LUZ, Cláudia e DAYRELL, Carlos (orgs.). **Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade**. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa; Goiânia: Agência Ambiental de Goiás, 2000, pp. 19-46.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. Abril Cultural, São Paulo:2000. (Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro.)

_____. **Formação do Brasil contemporâneo**. Abril Cultural, São Paulo:2000. (Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro.)

QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização: A Integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno**. Petrópolis, 1986.
Rio de Janeiro: 1982.

ROCHA, Geraldo. **O Rio São Francisco: factor precípua da existência do Brasil**. Rio de Janeiro: Nacional, 1940.

RODRIGUES, Luciene. “Contribuição da Agricultura Irrigada ao Desenvolvimento Regional: o caso do Projeto Jaíba”. IN: LUZ, Cláudia; DAYRELL, Carlos. (Orgs.). **Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade**. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa; Goiânia: Agência Ambiental de Goiás, 2000.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

SANTOS, Ana Flávia Moreira. **Do terreno dos caboclos do Sr. São João à Terra Indígena Xakriabá: as circunstâncias da formação de um povo: um estudo sobre a construção social de fronteiras**. Brasília, Universidade Brasília: 1997. (Dissertação de Mestrado).

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHETTINO, Marco Paulo Fróes. **Espaços do Sertão**. Brasília: Departamento de Antropologia/UnB, 1995. Dissertação de Mestrado.

SENNA, Nelson de. **Anuário de Minas Gerais**. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1918.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. “Desenvolvimento e sustentabilidade nos cerrados: o caso do sertão norte mineiro”. In LUZ, C. e DAYRELL, C. A (orgs.). **Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade**. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa; Goiânia: Agência Ambiental de Goiás, 2000, pp. 273-309.

_____,. “Desenvolvimento e Sustentabilidade nos Cerrados: o caso do sertão norte-mineiro”. IN: LUZ, Cláudia; DAYRELL, Carlos. (Orgs.). **Cerrado e Desenvolvimento. Tradição e Atualidade**. Montes Claros: Imprensa Universitária da UNIMONTES, 2000.

SILVEIRA, Vitor. **Minas Gerais em 1925**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.

SOARES, Luís Eduardo. **Campesinato: ideologia e política**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1981.

SOUZA, João Morais de. “Discussão em torno do conceito de coronelismo: da propriedade da terra às práticas de manutenção do poder local”. In: **Cadernos de Estudos Sociais**. Recife, Vol. 1, n. 2, pp. 321-335. Jul./Dez., 1995.

SPIX, J. B. Von; MARTIUS, C. F. P. Von. **Viagem pelo Brasil**. Rio de Janeiro: Nacional, 1938.

SUÁREZ, Mireya e outros. **Fronteiras: Espaços Imaginados, Lugares Concretos**. Brasília: CEPPAC/UnB, 2001. Projeto de Pesquisa

SUDEMINAS. **A Zona Mineira do Polígono das Secas e o Nordeste Brasileiro**. Belo Horizonte: Conselho Estadual do Desenvolvimento, Out./1967.

SUDENE. **Área Mineira da SUDENE: Desenvolvimento e Integração Nacional**. Recife: SUDENE, 1995.

SUDENE/MINTER. **SUDENE Vinte Anos 1959-79**. Recife: SUDENE, 2ª ed., 1980.

VASCONCELLOS, Sylvio. **Mineiridade**. Ensaio de caracterização. Imprensa Oficial, Belo Horizonte: 1968.

WELLS, James. **Exploring and Travelling Three Thousand Miles Through Brazil: from Rio de Janeiro to Maranhão**. London, Samp on Low, Marston, Searle e Rivington, 1887.

WIRTH, John B. *O Fiel da Balança*: Minas Gerais na federação brasileira. Paz e Terra, 2001.

WOORTMAN, Klaas – “Com parente não se negueia’: O campesinato como ordem moral”. In: **Anuário Antropológico 87**, pp. 11-76.

WOORTMANN, Ellen F. “O sítio camponês”. In: **Anuário Antropológico 81**. Brasília/Rio de Janeiro: EdUnB/Tempo Brasileiro. 1983.